Diário de Lisboa

Julho 1977
Quarta-feira

N.º 19 402
ANO 57.º
6 escudos

13

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

PLANO A MÉDIO PRAZO É PRIMEIRA ETAPA

Governo obrigado a decidir-se

Como segundo ponto da ordem de trabalho, sobe hoje à tarde ao hemiciclo de S. Bento o Plano a Médio Prazo (PMP) elaborado pelo Governo.

Antecedendo os debates parlamentares realizaram-se consultas do Governo com os três principais partidos da oposição, solicitadas pelo Primeiro-Ministro.

Culminando ontem com a deslocação a S. Bento de uma delegação do PCP, estes contactos demonstram a preocupação governamental pelo resultado das próximas votações na Assembleia da República nas quais, ao PMP, há que adicionar a da controversa «Lei Barreto».

No curto espaço de cinco dias o Governo sofreu, este mês, duas derrotas parlamentares (a última ocorreu ontem), demonstrando a gravidade da sua situação minoritária e constituindo sério aviso quanto ao futuro imediato.

Está, em causa, sobretudo, a política «pendular» do Governo, oscilando entre a direita e a esquerda, ao sabor das circunstâncias, por forma a fazer passar os diplomas que lhe interessam, sem, entretanto, se definir para um ou outro lado.

As últimas derrotas governamentais parecem apontar para uma «saturação» da esquerda parlamentar, nomeadamente do PCP, em suportar uma situação da qual os maiores dividendos são retirados pela direita. Privado de apoio à esquerda e enfrentando a agressividade das «bancadas convergentes», restará ao Governo definir-se, se quiser assegurar a sua continuidade.

É neste clima que a Assembleia da República debate hoje o PMP: com um PCP escusando-se a uma cobertura sem retribuição e uma «convergência» que, mesmo com sinais de divisão, poderá fazer prevalecer uma posição comum, tudo dependendo do pagamento da «factura» apresentada (pelo PSD/PPD, especialmente).

Flores para o PR à passagem da comitiva

EANES EM TRÁS-OS-MONTES

Do ferro de Moncorvo ao Douro navegável

MONCORVO, 13 — Pelo nosso enviado especial, Rogério Rodrigues) — O Presidente da República, após contactar ontem com as populações em Bragança e Miranda do Douro e inteirar-se dos seus problemas locais, desceu hoje de helicóptero no campo de futebol de Moncorvo, onde não estava prevista a sua paragem, para se deslocar em visita de trabalho aos empreendimentos da barragem do Pocinho e das minas do Carvalhal, ambos a distâncias de cerca de 10 quilómetros da vila.

Se a visita da barragem do Pocinho tem a ver com a futura navegabilidade do Douro (longínqua embora), finalizada que seja a barragem de Crestuma, já a visita ao empreendimento mineiro de Moncorvo tem a ver com o arranque da exploração em si e com uma política de transportes e desenvolvimento regional. Com efeito a projectada ligação, por caminho-de-ferro, de Vila Franca das Naves ao Pocinho, em estado avançado enquanto projecto — pesem as versões diferentes que se conjugam para dar à questão o aspecto de dilema entre a navegabilidade do Douro e o escoamento do minério por carril — poderá vir a ter como corolário a médio ou longo prazo, a penetração na direcção do Vale do Tua e de Bragança, de uma ligação ferroviária em via larga ligando o extremo Nordeste a todos os grandes centros industriais e populacionais do País.

Em Bragança ontem era feira. Para lá desta circunstância local, a população veio à rua receber o Presidente da República para enviar uma carta ao poder que outros recados, pelo Poder Local (agitado e controverso em relação à personalidade do dr. Verdasca, governador civil), foram também transmitidos na sessão de trabalho da Câmara Municipal.

Alguns não foram devidamente desenvolvidos, certas opiniões polémicas e muito imediatas, a ver com o clima que se vive no distrito de Bragança, não foram proferidas dado o carácter de reunião aberta e a presença dos jornalistas. E de outras defendeu-se o Governo através de Sousa Gomes, ministro do Planeamento e Coordenação Económica, colocando como contempladas no «Plano de 1977» muitas das questões levantadas.

O presidente da Câmara local, capitão-engenheiro José Luís Pinheiro divulgou uma lista de carências e necessidades que se na maior parte são semelhantes à das outras cidades transmontanas já visitadas, são novas no que respeita ao funcionamento de uma Escola Normal Superior e à manutenção da unidade militar em Bragança. Registe-se que uma semana antes do início da visita presidencial o brigadeiro Pires Veloso, que acompanhava o general Ramalho Eanes, esteve no Norte e teve reuniões nomeadamente com os militares da guarnição da capital do Nordeste. Outros assuntos para que a intervenção do presi-

Continua na pág. 20

Começa hoje julgamento de Rui Gomes

Começa esta tarde no 1.º Tribunal Militar o julgamento do estudante antifascista Rui Gomes, acusado de ter participado num assalto ao forte militar de Porto Brandão.

Rui Gomes foi, segundo afirma, preso no Hospital de Santa Maria, onde se tratava de um ferimento recebido na manifestação dos deficientes das Forças Armadas, quando da intervenção dos Comandos.

Posteriormente, esteve 22 meses há espera de julgamento, que só foi marcado depois de Rui Gomes ter entrado em greve da fome, no forte de Caxias.

Foi entretanto divulgada uma carta da mãe de Rui Gomes em que agradece o apoio que recebeu e na qual denuncia que «as autoridades que nunca reconheceram a injustiça da sua prisão tudo farão para que ele fique na cadeia, tudo farão para que ele fique lá, onde deviam estar os «pides».

Um outro manifesto foi também divulgado pela Comissão de Luta para a Libertação de Rui Gomes, assinado por mulheres antifascistas.

Também nele se manifesta inquietação pela forma como Rui Gomes irá ser julgado — «Que autoridade moral podemos reconhecer para acusar

Continua na pág. 20

Alentejo mobilizado em defesa da Reforma Agrária

A chamada «Lei Barreto» continua a despertar viva controvérsia em todo o País, tendo sido ontem anunciado no decorrer de uma conferência de Imprensa promovida por uma Comissão Dinamizadora Distrital, que se vão efectuar dezenas de plenários de empresas, de zonas e de delegados sindicais com o intuito de promover debates sobre a Reforma Agrária.

A iniciativa de organizar estes debates vem na sequência da aprovação de uma moção em que se manifesta «total repúdio pelo projecto Barreto» e «a firme disposição de defender a lei em vigor». Esta moção, aprovada no sábado passado num plenário da União dos Sindicatos, deu origem a que se promovesse um novo plenário, este de dirigentes, delegados sindicais e comissões de trabalhadores, a realizar no Instituto Superior Técnico no próximo dia 19.

Esta foto do Arquivo «DL», datada de 1974, recorda os momentos de esperança vividos pelo campesinato alentejano logo a seguir ao 25 de Abril

Entretanto, milhares de trabalhadores rurais reuniram-se ontem em plenários efectuados nos concelhos de Beja, Serpa, Moura e Barrancos, para discutir este projecto que, a ser aprovado, afectará a vida de grande parte da população alentejana e modificará, inconstestavelmente, a estrutura económica do País.

No decorrer destes plenários organizados pelo respectivo Secretariado Distrital das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas, foi aprovada uma moção classificando o projecto de inconstitucional porque «significa o recuo da transição para o socialismo; porque significa um recuo da transformação da actual sociedade numa sociedade sem classes; porque significa um recuo na socialização dos meios de produção e riqueza; porque significa um recuo na expropriação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas; porque significa não uma transferência progressiva da terra e dos meios de produção para as mãos dos trabalhadores, mas, pelo contrário, uma transferência regressiva de tais bens para as mãos dos agrários latifundistas».

No prosseguimento dos plenários de ontem, estão marcados para hoje plenários em Vidigueira, Cuba, Alvito e Ferreira do Alentejo e, para amanhã, em Mértola, Castro Verde, Aljustrel, Ourique e Odemira.

Numa nota distribuída aos órgãos de Informação, o SIP do PCP declara que «enquanto

Continua na pág. 20

"A GUERRA SANTA"

— prefácio de LUÍS DE STTAU MONTEIRO

à 2.ª edição da peça

(CENTRAIS)

Um momento da visita de trabalho de Eanes, rodeado de jornalistas e populares

Política de A a Z

O JULGAMENTO DE RUI GOMES

Finalmente Rui Gomes vai ser julgado. E digam o que disserem, escrevam o que escreverem, interpretem códigos e leis como interpretarem, decretem na hora e na precipitação o que decretarem, este julgamento do jovem Rui Gomes é um **julgamento político.**

De **política** se trata. Política fazem os amigos e camaradas de Rui Gomes, e **política** fazem os que pelo julgamento se interessam ou dele se alheiam; é **política** a obstinação cega no erro do particularizar um caso, que não é o mais grave nem foi o mais significativo, de um período da nossa recente vida nacional e que na dimensão histórica só terá a relevância que esta prisão arrastada, que a greve da fome, que este julgamento, produzirem. Esteve-se a ponto de consentir uma morte. Estamos na iminência de fabricar **um caso político** que ficará a acusar-nos todos, exemplarmente.

Porque o jovem Rui Gomes esteve vinte meses preso sem culpa formada. Porque, reconheça-se ou não a relação de causa e efeito, o que dos factos se poderá concluir é que a burocracia judiciária só se moveu quando o escândalo público atingiu a perspectiva dramática que a greve da fome nos propunha.

Aqui, então, perguntámos, se a lentidão processual não conduziria a um julgamento sem réu. E era lentidão, era indiferença pela vida de um jovem de vinte anos, era desrespeito pelos direitos humanos, desprezo olímpico de burocratas pela esperança em Abril florida e que andamos, com boas e péssimas razões, a amortalhar em desilusão, decepção e desespero.

O julgamento de Rui Gomes começa hoje. Que seja breve. Que seja justo. Não, justo não poderá ser. Porque a injustiça da situação de Rui Gomes com outras situações comparada, é motivo clamoroso de espanto e de indignação. Vinte meses de prisão sem culpa formada, é excessivamente grave quando se tem vinte anos e quando se condiciona a vida pela entrega a um ideal. Discutam-se as ideias, apreciem-se os actos, censurem-se os erros, mas não se crie esta injustiça, não se consinta este escândalo.

Mas não se deixe em aberto esta dívida: o «País que somos», o Portugal de Abril, deve a Rui Gomes vinte meses de Liberdade.

O TEATRO E A VIDA

Não será uma obra teatral antiga, velha de dez anos, que fará ruir as instituições ou as desprestigiará. O alvoroço da RTP tem, pela segunda vez, um sabor de colagem culposa. Há naquela casa um complexo de culpa e a multiplicação das desculpas só vem acentuar a inutilidade dos inquéritos, das reorganizações, das remodelações, quando o problema é, como sabemos, mais fundo, quando é um **problema de fundo.**

Mas uma peça mal teatralizada por mais desagradável, por mais deslocada e anacrónica que considerássemos a sátira, não veio desprestigiar mais as Forças Armadas que as declarações graves de um político insular ou que o depoimento escandaloso prestado num tribunal em que um militar do activo se solidarizou com os insultos a um militar do activo, conselheiro da Revolução, revolucionário de Abril, presidente da Comissão Constitucional, órgão de conselho, também, do senhor Presidente da República. E não falamos dos jornais que correm, dos livros que se editam, dos anúncios que os promovem na própria RTP, levando, ao interior dos nossos lares, o lixo fascista. Sabemos que são anúncios pagos, não só. **A reacção, a direita,** têm acesso generoso aos meios de Comunicação Social.

Se as Forças Armadas se limitam a acompanhar a **televisão** e a **rádio;** se a segurança militar e a segurança nacional dependem da liberdade de acção de um Rui Gomes, algo está mal neste País de Abril. E, confessemos o nosso sentimento: receamos que as Forças Armadas estejam pouco vigilantes.

UM «MESSIAS»

O êxito pessoal do Presidente da República, no contacto directo com as populações, tem merecido referências que reflectem o reconhecimento de um facto que não pode ser ignorado pelos «partidos», pelos «sindicatos», pelos homens políticos. As populações estão cansadas de promessas, estão desiludidas, fazem perigosas comparações entre situação e situação, entre tempo e tempo. Fazem contas à vida. Fazem comparações simples. Sentem já algo que é descontentamento e que poderá converter-se em desespero.

O Presidente Ramalho Eanes ouviu súplicas, lamentações, queixas, protestos. E ele próprio, e quem o acompanhava, apercebeu-se que as populações nele ainda confiam. Inútil não compreender que essa confiança **neste homem,** nasce da falta de confiança **noutros homens.** Inútil disfarçar que se vai criando a imagem de **um justo,** de **um salvador,** de **um messias.**

Fala-se em relatos de Imprensa de **messias.** Escreve-se: depois de Sidónio Pais **(sic),** ninguém atraiu tanta curiosidade na cidade de Chaves. Comenta-se, a viagem e os discursos, criando essa perspectiva providencialista que é perigosa para a Democracia, para a Revolução de Abril e para o cidadão António Ramalho Eanes.

Estamos perante uma vaga de fundo? Ou estamos perante um equívoco político? Certo é que existe o sentimento de que isto não pode continuar assim, de que é preciso **governar** e que é preciso **trabalhar.** Mas existe, também, a vontade de defender o que em Abril se conquistou. Em primeiro lugar, a Constituição. Mas não só. Abril foi, com o MFA e o Povo, uma Revolução.

António Ramalho Eanes sabe que Dom Sebastião está morto e que o «messianismo» é — foi sempre — um atraso de vida.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

"Com que moral?..."

O Governo perdeu ontem uma votação na Assembleia da República: a sua proposta de lei sobre as atribuições e competências das autarquias locais, votando contra, o CDS, o PSD/PPD, o PCP, três deputados independentes e a UDP. Os dois projectos, apresentados pelo PCP e PSD, respectivamente, viriam a ser aprovados por maioria. Apesar do PS ter tentado adiar a aprovação de qualquer destes diplomas (ignorando por completo os protestos dos dirigentes das autarquias locais, de membros do seu próprio partido, que há cerca de um ano foram eleitos e aguardam a saída desta Lei), os diplomas foram aprovados na generalidade, esperando-se agora a discussão na especialidade.

Estiveram ali, em confronto, duas teses. A do Partido Socialista, centralizadora, e a do PCP e outra PSD (apesar de divergências) profundamente descentralizadoras. Ganhou a tese mais correcta. E contra isto não houve argumentos.

E tanto não houve argumentos que o sr. deputado Jaime Gama, «perturbado» por esta votação resolveu fazer uma declaração de voto. Para defender a proposta do seu partido, que acabava de ser rejeitada? Qual quê? Nem uma sílaba sobre o assunto. A preocupação do sr. deputado Jaime Gama era a votação. Que ele (o Partido Socialista) possa saltitar ora para o PCP, ora para o CDS e PSD é legítimo e perfeitamente normal. Que o Partido Comunista vote com os outros dois partidos da oposição é que o deputado socialista não consegue suportar. E, demonstrando que não sabe perder, decidiu fazer uma intervenção espantosa de imaginação. Mas não só.

Começou por ver na votação «a convergência democrático-comunista», depois censurou os partidos da direita por «aceitar o voto dos comunistas, dialogar com eles, fazer negociações para dar o poder de polícia às autarquias». Rematou com este naco de improviso, depois de dizer que os partidos da direita estão a fazer a recuperação «democrática» do PCP: «estão a colocar no gatilho, das armas distribuídas pela GNR, o dedo dos comunistas». Sobre as autarquias locais, blá, o sr. deputado Jaime Gama remeteu isso para uma intervenção de um outro membro do seu partido. Para ele só lhe interessa o Parlamento. O Governo sobrevive do Parlamento, enquanto que com as autarquias pode ele bem. Os «leaders» dos outros partidos insurgir-se-iam contra esta intervenção. Carlos Brito perguntou «Com que moral» é que o Partido do Governo fazia aquela intervenção? O representante do CDS preferiu atribuir aquela declaração a «um estado de descontrolo do grupo parlamentar» e também do Governo. Para o PSD, a intervenção de Jaime Gama mereceu também o mais enérgico protesto. Acácio Barreiros, no seu protesto, demonstrou que o PS só se preocupa com as votações. Mas duas hipóteses de projecto-lei para as autarquias locais foram aprovadas. E qualquer das alternativas prevê uma ampla descentralização. Que, por ironia, seria de extrema utilidade ao partido do Governo (domina a maioria das edilidades) se deixasse de ser Governo.

PARA VER O PROFESSOR

Na sessão da noite foram aprovadas autorizações legislativas ao Governo em matéria de revisão do Código Civil, Código do Processo Civil, Código Comercial e a proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado.

Para aspectos tão importantes e para algumas intervenções sobre alterações previstas no Direito da Família e o que isso significa para a maioria da população portuguesa (as mulheres) e de que falaremos mais detalhadamente, a Assembleia estava distraída. O grupo do CDS tinha apenas cinco deputados (chegaram a estar três e eles são 40) porque tinham ido ver o Professor na TV. Regressaram depois. Os outros deputados, na sua maioria liam, conversavam ou acertavam agulhas para os debates fundamentais que hoje começam: «Plano a Médio Prazo» e Lei da Reforma Agrária. Isto a «Lei Barreto».

F.M.

Revolução de Outubro vai ser assinalada em Portugal

O 60.º aniversário da Revolução de Outubro vai ser comemorado com diversas iniciativas artísticas e culturais, de acordo com as informações ontem dadas aos órgãos de Informação por elementos da Comissão Promotora da celebração, no decorrer de uma conferência de Imprensa que teve lugar ontem à tarde na Casa da Imprensa. Estas iniciativas, que se desenvolverão em todo o país, terão por objectivo principal chamar a atenção de todos para a importância histórica da data de uma revolução que modificou o curso da história e que está na base das estruturas políticas e sociais de muitos países.

Estarão presentes em muitas das actividades planeadas, personalidades soviéticas ligadas à ciência, à cultura e à arte, prevendo-se, até por isso, que os colóquios e as conferências integradas nas comemorações venham a revestir-se de grande interesse.

Fazem parte do plano das comemorações, entre outras actividades, exposições de artes plásticas, de desenho infantil, de artesanato e de fotografia, conferências sobre temas realcionados com a Revolução de Outubro, representações da peça de John Reed «Os dez dias que abalaram o mundo», sessões de bailado levadas a cabo por um grupo folclórico ucraniano e exibições de filmes sobre a vida soviética de 1917 até aos nossos dias. Será, ainda, publicada uma antologia de literatura e de música soviética, prevendo-se, igualmente, a edição de uma medalha comemorativa e várias exposições.

A mesa que presidiu à conferência de Imprensa de ontem, com João de Freitas Branco no uso da palavra

Mais cem mil turistas

Houve um aumento de mais de 50 por cento nas entradas de turistas no primeiro semestre deste ano, em relação a igual período do ano passado. O primeiro mercado fornecedor de turistas foi o espanhol, onde se registou um acréscimo de 103,9 por cento.

O total de turistas que visitaram o nosso País, no período referido, foi de 399,7 milhares contra 264,4 no ano passado.

Em FARO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ BRASILEIRA

Noticiário breve

TRIBUNAL DOS DIREITOS DO MAR

A missão portuguesa na ONU comunicou a disposição do Governo Português de oferecer Lisboa para futura sede do Tribunal dos Direitos do Mar, instituição prevista no projecto de convenção sobre direito marítimo em estudo na 3.ª Conferência das Nações Unidas. A decisão caberá agora às diferentes partes contratantes da referida convenção.

EMBAIXADOR NA TURQUIA

Ramos de Paula Coelho, novo embaixador de Portugal na Turquia, entregou as suas cartas credenciais ao presidente Fajri Koruturk.

VEREADORES NA JUGOSLÁVIA

A delegação da CML que se encontra em visita à Jugoslávia, chefiada pelo presidente do Município Aquilino Ribeiro Machado, visitou ontem em Zagreb a fábrica Nikola Tesla, especializada em material de comunicações. Estão previstas conversações com as autoridades municipais de Zagreb sobre a cooperação entre as duas cidades.

DELEGAÇÃO DO PCP

Uma delegação do PCP, composta por oito elementos e chefiada por António Murteira, da DORA, visitou a URSS durante 10 dias, tomando conhecimento do trabalho que as organizações do PCUS desenvolvem na base das decisões do seu 25.º Congresso.

MDP/CDE

Activistas do MDP/CDE, integrados nas autarquias do distrito de Setúbal reuniram na Moita. Além da análise da sua actuação nos órgãos autárquicos foram examinadas as graves consequências que se prevêem para alguns concelhos do distrito caso a «Lei Barreto» venha a ser aplicada.

SEDE DO PPD

É hoje inaugurada a sede da secção «H» da área metropolitana de Lisboa do PSD/PPD, sita na Rua Morais Soares, 99. Assistira o secretário-geral Magalhães Mota.

MARROCOS
JULHO·AGOSTO·SETEMBRO
TÂNGER·MEKNES
FEZ·MARRAKECH
CASABLANCA·RABAT
1 SEMANA 8 DIAS DESDE 3.950$
2 SEMANAS 15 DIAS DESDE 5.700$
CIRCUITO CIDADES IMPERIAIS
1 SEMANA 8 DIAS DESDE 9.950$
(PENSÃO COMPLETA)
CONDIÇÕES ESPECIAIS P/GRUPOS
VIAGENS APOLO
operadores turísticos
consulte o seu agente de viagens

post-scriptum

A propósito do 22 de Junho

Li no nosso jornal de 5 do corrente um postal que respondia a um artigo da secção A a Z. E acerca do conteúdo desse postal gostaria de dizer o seguinte:

Tudo aquilo que o signatário expôs me pareceu muito pluralista. Só que os números estão errados. Pois não seriam 200 mil os que trairam, mas sim 199 999, já que eu não participei na manifestação por motivo de doença.

Em seguida o sr. correspondente estabelece diferenciações entre 600 mil e 2 400 000.

Ora dos 2 400 000 do sr. correspondente, 750 000 (ainda) pertencem infelizmente ao número dos que não vão a lado nenhum e muito menos a manifestações de trabalhadores propriamente ditos; 250 mil são pessoas de decisão instável.

Dos restantes 1 400 000, cerca de 400 mil são daqueles que vão sim a algum lado, se esse lado forem os campos de futebol. Restam portanto ao sr. pluralista apenas 1 000 000.

Desse milhão, 500 mil pertencem ao número daqueles que por falta de esclarecimento ou receio inculcado pelos quase 50 anos de terror fascista (ainda) não vão a manifestações ou reuniões, embora às refeições só comam pão e batatas, pois o peixe e a carne são caríssimos.

Dos restantes 500 000 trabalhadores do sr. correspondente, 499 990 pertencem à classe dos que não protestam apesar de também serem explorados pelos patrões.

Os restantes não participaram na manifestação do dia 22 por pertencerem à Carta Aberta.

No que se refere aos trabalhadores do sr. correspondente, estamos conversados.

Quanto aos 5 004 352 representados pelos partidos, 2 400 000 são os trabalhadores do sr. correspondente. Metade do restante são senhoras idosas e não só.

Restam ainda 1 302 176, se daqui subtrairmos os números que representam os não civis pouco mais resta que os tais 600 mil do dia 22/6/77.

E assim julgo ter provado que a lógica do sr. correspondente é mesmo uma batata!

António Pedro
— MARINHA GRANDE

O direito à habitação

Segundo a actual Constituição, todos têm direito à habitação condigna. Mas o que acontece é que, na prática isto não passa de uma ilusória promessa para muitos. Concretamente no meu caso fez três anos que tenho de viver num lado com um filho e noutro minha mulher com outro filho. É simplesmente triste...

Tenho recorrido a todos os meios para conseguir alojamento, mas nada. Inclusivamente, a instâncias minhas, já fui recebido pelo presidente da Câmara de Ovar, não no gabinete, mas nos corredores. E todas as vezes que me dirijo àquela Câmara as palavras são as mesmas: que volte amanhã, que volte depois, que tenha paciência...

Isto é revoltante. E não só para mim, como também para muitos que se encontram em idênticas circunstâncias. A sociedade para a qual tudo produzimos, inclusive as casas, não é capaz, em contrapartida, de nos conceder sequer um lugar digno para habitar.

É assim que caminhamos para a tal sociedade justa, onde todos terão um lugar?

Manuel H. Oliveira Rodrigues
— OVAR

«Defesa dos desertores»

Com palavras de aplauso a uma referência feita no «DL» aos desertores e refractários, o leitor MAF, de Ermezinde, escreve:

«Outro assunto a bater é o caso dos secretários das Câmaras locais (municipais) nos meios rurais onde são os verdadeiros senhores. Ligados aos grandes monopolistas e grandes agrários foram os verdadeiros lacaios do capitalismo reaccionário. Como se sabe os presidentes das Câmaras no tempo do fascismo eram escolhidos entre os grandes senhores que não ligavam nenhuma ao lugar do qual se serviam só para retirar honrarias.

Os secretários, esses sim eram os verdadeiros donos das Câmaras Municipais e fazendo favores a uns e a outros, muitos deles ajudaram a fazer toda a espécie de manigâncias nas eleições fascistas de 1969 e 1972.

Manda o mais elementar bom-senso em defesa dos princípios da revolução que nos meios rurais onde a população é mais atrasada e portanto mais influenciável, esses senhores sejam pelo menos mudados para distritos diferentes desde que tenham mais de 10 anos de permanência nos concelhos respectivos.»

«Salazar: 40 anos ao serviço» de quê?

Passei há dias por volta das oito horas da noite pelo Centro Comercial Imaviz e vi numa das lojas de prendas uma curiosa colecção de porta-chaves: medalhas com efígies de Mário Soares, Álvaro Cunhal e, em grande maioria, de Salazar, com a seguinte inscrição: «Salazar — 40 anos ao serviço da Pátria».

É incrível. E creio mesmo que quaisquer comentários são supérfluos. É a isto que afinal leva o pluralismo?

Isabel C. Almeida
— LISBOA

DÊ-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 320272

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

A NOVA LEI DO ARRENDAMENTO NOS AÇORES

J. VITERBO

Assim como a árvore se conhece pelos seus frutos assim também pelos actos legislativos e executivos dos organismos públicos se conhece a sua orientação política e os interesses que lhe estão subjacentes. Vamos ver como as instituições político-administrativas dos Açores, dominadas pelo PPD, produziram um fruto de má qualidade e de mau sabor para todos, excepto para os proprietários açorianos, muito principalmente para os grandes proprietários micaelenses — a Lei de Arrendamento, Decreto Regional n.º 11/77/A (D. Rep. n.º 117, I Série, 20 Maio)

1 — A LEI DO ARRENDAMENTO AÇORIANA, do PPD, É INCONSTITUCIONAL

Em primeiro lugar, vejamos muito sumariamente o terreno onde medra tão ruim planta: a Assembleia Regional dos Açores (composição: 2 do CDS, 27 do PPD, 14 do PS) discutiu e elaborou aquele diploma, firmando-se na disposição constitucional que atribui às regiões autónomas poderes para «legislar, com respeito da Constituição e das leis gerais da República, em matérias de interesse específico para as regiões que não estejam reservadas à competência própria dos órgãos de soberania» (art.º 229 — 1 al. a).

Será que o futuro podre é directa consequência da má qualidade do terreno, ou seja, da possível infelicidade de uma disposição constitucional?

Entendemos que não, em resumo porque a Constituição não permite que a Assembleia Regional legisle sobre arrendamento uma vez que, seja tal matéria específica ou não da Região Autónoma dos Açores, ela faz parte das bases da Reforma Agrária que são da competência exclusiva da Assembleia da República — art.º 167 al. 2) da Constituição — estando o tema do arrendamento (art.º 101) incluído no título IV da Constituição que se intitula «Reforma Agrária». Sucede além disso que a matéria do arrendamento não é «específica» da região autónoma dos Açores, o que parece ser uma evidência: o problema do arrendamento abrange todo o País e o embate entre senhorios e rendeiros reveste formas semelhantes e tem, em toda a parte e na generalidade, os mesmos fundamentos. Isto não quer dizer que não possam existir certas especialidades pontuais nos arrendamentos açorianos. Competiria então à Assembleia Regional regulamentar tais casos. Mas não foi o que sucedeu: em vez disso o decreto regional derrogou completamente a lei geral da República — que chegou a vigorar nos Açores, conforme consta em nota oficiosa do Governo Regional publicada na Imprensa local em Novembro do ano passado — ignorando pura e simplesmente o já citado art.º 229-1 al. a) na medida em que se estipula que o poder legislativo regional se deve exercer «com respeito às leis gerais da República».

Em suma: não oferece dúvida que o decreto regional não alinha no espírito da Reforma Agrária consignado na Constituição na medida em que prejudica os pequenos e médios agricultores (nos Açores os rendeiros são todos pequenos e médios) e lhes retira as garantias de que tanto necessitam.

Se não é possível portanto responsabilizar a Constituição, se à Constituição Portuguesa não pode ser imputada o tratamento que o PPD açoriano infligiu aos rendeiros, não sofre dúvidas que aquele partido tem de ser criticado e julgado por ser ele que tem a maioria absoluta na Assembleia Regional.

2 — AS CONDIÇÕES DO ARRENDAMENTO NOS AÇORES

Habitado por 290 000 pessoas, mais de metade delas reside em São Miguel (150 000 habitantes), ilha debilmente industrializada, onde cerca de 50 por cento da população vive da actividade rural. As ilhas onde existem grandes proprietários são as de São Miguel (principalmente), Terceira, São Jorge, e, desde há pouco mais de 15 anos, a ilha do Pico (que sofreu uma invasão de especuladores micaelenses e do continente). Na ilha de São Miguel, de 65 a 70 por cento das explorações agrícolas são arrendadas, nas restantes ilhas somente 25 por cento. Por isso e porque a procura de terras para arrendar supera largamente a oferta, restando àqueles que nada conseguem o recurso de emigrar, o problema do arrendamento é de vital importância em São Miguel. Nas décadas de 50 e 60 a procura de terra era tal que as rendas chegavam a ser postas numa espécie de leilão!

As rendas são, de uma forma geral, estipuladas em géneros, mas pagas em dinheiro: o leite, a carne e o milho são os géneros mais utilizados desde a década de 40. No ano corrente a renda de um hectare de pastagem de qualidade mais ou menos equivalente ao prado permanente de regadio no continente deve oscilar entre 6 e 11 contos (a tabela mínima da recente portaria 363/77 do Governo Central, estipula para o prado permanente de regadio no continente, o máximo de 4 contos); nas terras de milho, as rendas oscilam entre 7 e 11 contos por hectare (a referida tabela máxima estipula 5 contos no continente). Resta dizer que os rendeiros eram despedidos sempre que isso convinha ao senhorio e as rendas eram aumentadas também ao sabor do critério do senhorio.

3 — COMO FOI ELABORADA A LEI DO ARRENDAMENTO NOS AÇORES

Nunca o problema do arrendamento foi objecto de discussão ou do menor interesse dos órgãos de Imprensa. O silêncio que sempre se fez em tal matéria é revelador dos interesses ao serviço dos quais sempre estiveram os jornais açorianos. Quando em Novembro do ano passado o Governo PPD dos Açores anunciou que iria ser elaborada uma lei de arrendamento açoriana, declarou também que o projecto seria primeiramente submetido a «amplo debate público». Pois o debate não foi amplo nem restrito porque se não efectuou de todo em todo. A Imprensa nem piou! Nem mesmo o teor das discussões (?) travadas na Assembleia Regional saíram a público; nem mesmo existe qualquer registo oficial público das discussões (?) uma vez que ainda não existe um Boletim do Diário das Sessões da Assembleia Regional! Quer dizer: os «representantes do povo» discutiram a Lei do Arrendamento em surdina e nas costas dos seus eleitores! É claro que, com uma lei daquele conteúdo, teria de ser assim mesmo: discutida às escondidas dos rendeiros.

4 — O PREÂMBULO DA LEI REVELA IGNORÂNCIA, OCULTAÇÃO E CINISMO

O efeito do processo utilizado transparece logo no preâmbulo onde a ignorância, a meia-verdade e o cinismo se dão as mãos em perfeita consonância. Começa por afirmar-se que são 300 000 as explorações agrícolas existentes em Portugal, o que é falso: 300 000 é o número de explorações agrícolas em regime de arrendamento (37 por cento do total de explorações agrícolas). Do número indicado o preâmbulo tira depois conclusões que, obviamente, estão erradas! A seguir dão-se percentagens sobre as explorações por conta própria e as que são feitas em regime de arrendamento, nos Açores. E aqui é curioso notar-se que aquelas mesmas pessoas que pregam aos quatro ventos «a especificidade açoriana», nada digam sobre a «especificidade micaelense», integrando a percentagem de arrendamentos de São Miguel na percentagem de arrendamentos de todo o arquipélago, diluindo assim um número bastante significativo pois, repete-se, São Miguel tem metade da população dos Açores, e lá a percentagem de explorações em regime de arrendamento é de 65 a 70 por cento.

Por último, e sempre com referência ao preâmbulo, sugere-se, com o mais descarado cinismo, que é grande a receptividade popular da Lei de Arrendamento açoriana, «porque não é imposta de fora para dentro» (sic), o que equivale a afirmar que o rendeiro não se importa de ser explorado contanto que o seja através de leis criadas pelos representantes dos proprietários locais. Veremos o que os rendeiros açorianos terão a dizer quando a Imprensa local se der ao luxo de publicar, um dia, à lei e surja algum confronto entre o Dec.-Lei 201/75 (Lei do Arrendamento para o país) e o Decreto Regional 11/77/A (Lei de Arrendamento para os Açores).

Antecipemo-nos a esse confronto:

5 — FIXAÇÃO DA RENDA

1 — O Dec.-Lei 201/75 no seu artigo 6.º dispõe que a renda será obrigatoriamente fixada em dinheiro; o decreto regional, no seu artigo 8.º, dispõe que a renda pode ser fixada em géneros (portanto, o senhorio beneficia da valorização dos frutos produzidos por quem trabalha a terra). O artigo 6.º do Dec.-Lei 201/75 permite que o rendeiro se assim o desejar, pague a renda em géneros produzidos no prédio arrendado, mas o decreto regional ordena que o pagamento, mesmo estipulado em géneros, seja sempre efectuado em dinheiro: ao rendeiro é assim retirada a opção que lhe era dada pela Lei da República (o Governo Regional decerto imaginará o rendeiro a esfregar as mãos de contente... é uma honra ser explorado por uma lei que lhe não é imposta de fora...)

6 — A VENDA DOS CORTES DE ERVA

O artigo 3 do decreto regional visa um caso específico dos Açores: a venda dos cortes de erva. Trata-se de uma figura contratual através da qual o dono de certa área de pastagem vende a erva ao corte aos possuidores de cabeças de gado bovino. Comida a área, cessa o contrato e o gado é retirado.

Nas décadas de 60 foi frequente os senhorios preferirem vender a erva ao corte em vez de arrendarem o pasto porque isso lhes permitia fugir à fixidez do contrato de arrendamento: os cortes de erva não estavam submetidos a qualquer regime legal e o seu preço podia variar de ano para ano, de mês para mês e até de corte para corte. Ora aqui surgia um ponto realmente específico. E como foi o PPD açoriano regulamentar esta especificidade? Proibindo a venda sistemática dos cortes de erva excepto para fins industriais (está certo: para secagem e rações) e «para aproveitamento de excedentes de cultura» (sic). Quer dizer: é permitida a venda sistemática dos cortes de erva como aproveitamento de excedentes de cultura. Isto permite que qualquer proprietário possuidor de pastagens, meta lá uma ou duas vacas e venda sistematicamente as sobras!

Através desta disposição, a lei do PPD teve a habilidade de tornar inteiramente livre para o proprietário de pastagens, a fuga ao contrato de arrendamento. O proprietário preferirá sempre vender sistematicamente a erva ao corte: e para disfarçar, terá uma ou duas cabeças de gado que lhe permitirão afirmar que a erva vendida são... excedentes (e são!)

Mas não é só o proprietário que pode especular nesta matéria; o diploma está redigido por tal forma que constitui um verdadeiro convite ao aparecimento de rendeiros-especuladores ou rendeiros intermediários, que poderão tomar de arrendamento a pastagem para passarem a vender sistematicamente os cortes excedentes a altos preços (metendo também na pastagem um ou dois animais), prejudicando assim o lavrador mais pobre que não teve a sorte de arranjar pastos com área suficiente. De resto, o artigo 3 é utópico. Com ou sem animais-disfarce será sempre difícil determinar o que são «excedentes» e o que é «sistemático». O artigo 3 é pura e simplesmente uma benesse do PPD ao senhorio ou ao rendeiro-especulador e mais nada.

Na verdade, o problema da venda de cortes deveria ser objecto de um estudo mais aprofundado, no sentido de através dele não ser permitida a fuga ao arrendamento. Por exemplo,

Continua na pág. 4

A GRANDE LINHA DE «GUERLAIN», para a beleza da mulher, apresenta: «EMULSION D'AMBROISIE», «SUPERNOURRISSANTE», «CRÊME POUR LE COU», «GELÉE NETTOYAGE», «LOTION AROMATIQUE»; todos os dias, limpar, tonificar, proteger e nutrir. Este é o programa «GUERLAIN» que prolonga o aspecto jovem e saudável

CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA

SERVIÇO DE ÁGUAS

AVISO

Avisam-se os Srs. consumidores de águas do Concelho de Sesimbra que, para efeitos de férias a conceder aos leitores-cobradores fica suspenso o serviço de leituras e cobranças dos consumos de água «à porta» dos Srs. consumidores, no período de 12 de Julho a 10 de Agosto do corrente ano.

O recibo do mês de Agosto incluirá o aluguer do contador e consumo de água dos meses de Julho e Agosto.

Sesimbra, 11 de Julho de 1977

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Ezequiel Lino

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

CONCURSO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DA EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE DESRATIZAÇÃO, DESBARATIZAÇÃO E DE DESINSECTIZAÇÃO DO CONCELHO DO BARREIRO

Faz-se público que por deliberação do Conselho de Administração destes Serviços de 2 do corrente, se encontra aberto Concurso Público para execução dos trabalhos em epígrafe.

O depósito provisório é de 5.000$00.

As propostas devem ser apresentadas no prazo de 20 dias, contados a partir do dia seguinte ao da publicação deste anúncio no vosso Jornal, e o Concurso terá lugar na primeira reunião do Conselho de Administração que se seguir ao termo do prazo fixado.

O programa do concurso e o caderno de encargos estão patentes todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Secretaria destes Serviços.

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal do Barreiro aos 7 de Julho de 1977.

O Presidente do Conselho de Administração

Joaquim Manuel da Fonseca Matos

NOTÁRIADO PORTUGUÊS

Sexta Cartório notarial de Lisboa

Rua Rodrigo da Fonseca, 78-1.º Dto

Certifico para efeitos de publicação que, por escritura de 15 de Junho de 1977, exarada de folhas 87, verso, a folhas 89, verso, do livro para escrituras diversas deste Cartório D-58, foi constituída entre JOÃO MANUEL PINTO DE SEQUEIRA PRESTES SALGUEIRO e D. HELGA ELISE NEWMAN, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

PRIMEIRO — A sociedade adopta a firma «PRESTES, LIMITADA» tem a sua sede provisoriamente na Av. Infante Santo, número quarenta, oitavo andar, freguesia dos Prazeres, concelho de Lisboa, e durará por tempo indeterminado a partir de hoje.

PARÁGRAFO ÚNICO — A gerência poderá instalar e manter sucursais e outras formas de representação e estabelecimentos onde e quando lhe pareça conveniente.

SEGUNDO — O seu objecto é o exercício da indústria e comércio de lavandarias e tinturarias e ainda de importações, exportações e representações, podendo exercer qualquer outro ramo em que a sociedade acorde e seja legal.

TERCEIRO — O capital social é de um milhão de escudos, está integralmente realizado em dinheiro entrado na Caixa social e representado por duas quotas iguais de quinhentos contos, uma de cada sócio.

QUARTO — Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital, os quais poderão ainda fazer à sociedade os suprimentos, de que ela carecer, nas condições que forem acordadas em assembleia geral, mediante acordo.

SEXTO — Quando assim o deliberar a sociedade poderá adquirir e bem assim amortizar quotas nos casos seguintes:

a) — Por acordo entre a sociedade e o dono da quota;

b) — Se qualquer sócio ou herdeiro de sócio quiser apartar-se da sociedade;

c) — Sempre que, nos termos destes estatutos, caiba à sociedade exercer o direito de preferência, hipótese em que poderá exercer esse direito ou amortizar a quota alienada.

d) — Se a quota for objecto de penhor ou outra garantia, arrestada, arrolada, penhorada, apreendida, sujeita a providências cautelares ou por qualquer outro modo tenha de ser ou tenha sido arrematada, adjudicada ou vendida em consequência de processo judicial ou de qualquer outra natureza.

PARÁGRAFO ÚNICO — O preço da amortização será sempre calculado e pago de harmonia com o preceituado no artigo anterior e seus parágrafos.

SÉTIMO — A Administração da sociedade, dispensada de caução, é exercida pelo gerente ou gerentes nomeados em Assembleia geral que fixará os poderes e atribuições de cada gerente e, eventualmente, as respectivas remunerações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — É permitido nomear gerentes pessoas estranhas à sociedade, podendo a gerência delegar parte ou a totalidade dos seus poderes nos indivíduos que para tal efeito escolher.

unânime dos sócios.

QUINTO — A divisão e cessão total ou parcial de quotas entre os sócios é livre. Em todos os restantes casos, nomeadamente quando se trate de cessão a favor de estranhos, será necessário o prévio consentimento da sociedade, à qual fica expressamente atribuído direito de preferência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Quando um sócio pretender transmitir a sua quota comunicá-lo-á à sociedade por meio de carta registada. A decisão da sociedade quanto ao exercício do direito de preferência deverá ser comunicada ao sócio dentro do prazo de quinze dias a contar da recepção daquela carta.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Salvo rendo a sociedade preferir, poderão os sócios usar do mesmo direito, na proporção das suas quotas quando sejam mais do que um.

PARÁGRAFO TERCEIRO — A quota alienada será paga pelo valor nominal, acrescido da parte que lhe corresponder nos fundos de reserva constituídos segundo o último balanço aprovado.

PARÁGRAFO QUARTO — O preço da preferência poderá ser pago ou depositado em quatro prestações trimestrais, sem juro, ou em cinco prestações anuais acrescidas do juro bancário fixado em trinta e um de Dezembro de cada ano para empréstimos a médio prazo. Quando assim o deliberar a sociedade poderá adquirir e bem digo prazo.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Salvo disposições em contrário da assembleia geral, bastará a assinatura de qualquer gerente para obrigar a sociedade.

OITAVO — As assembleias gerais, com excepção daquelas para que a lei exija requisitos especiais, serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios, para os seus domicílios, com pelo menos oito dias de antecedência.

É certidão de teor parcial que vai conforme ao original.

Lisboa, dezassete de Junho de mil novecentos setenta e sete

O 3.º Ajudante

(Maria Manuela Catarino Soares Sequeira)

Arrendamento nos Açores

Continuação da pág. 3

dado que a superabundância de erva existe no período de Maio a Novembro, só durante esse período deveria ser autorizada a venda de excedentes, comunicando-se cada venda à Secretaria Regional de Agricultura e Pescas; fora dessa época, a venda dos cortes de erva não poderia ser feita sem prévia autorização daquela Secretaria Regional. Por outro lado, se as rendas são tabeladas (mesmo nos Açores) não sofre dúvidas que os cortes de erva também o deveriam ser.

Bastariam estas disposições para se ver qual é a orientação do decreto regional. Mas prossigamos:

7 — TABELAMENTOS DE RENDAS

Uma vez que é permitido fixar rendas em géneros, evidentemente que são necessários dois tabelamentos: um para o número de unidades de género por cada unidade de terra (por ex.: tantos quilos de milho por hectare), outro para o preço dos géneros (cada quilo de milho é fixado em tantos escudos). O decreto regional determina que o primeiro tipo de tabelamento seja fixado pela Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, ouvidas as Assembleias Municipais. Não se percebe esta consulta às Assembleias Municipais: muitas delas não têm qualquer preparação nem nada sabem acerca de tais questões. Seria preferível a consulta a organismos de rendeiros, de proprietários e a técnicos. O segundo tabelamento (preço dos géneros) é directamente fixado, para efeitos de arrendamento somente, pelas Assembleias Municipais. Também neste caso seria preferível a mesma solução: organismos de rendeiros, e de proprietários e técnicos. De resto as Assembleias Municipais, principalmente nos concelhos mais atrasados, são o lugar por excelência dos caciques e as suas intervenções, nesta matéria, tenderão a favorecer os senhorios que, normalmente, dominam a área.

8 — SUBSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES ARBITRAIS PELOS TRIBUNAIS COMUNS

O decreto regional não prevê as comissões arbitrais. Todos os conflitos entre rendeiros e senhorios serão resolvidos pelos tribunais comuns. Isto é um erro tremendo. As comissões arbitrais, instituídas pelo Dec.-Lei 201/75 para todo o País, são compostas por um juiz, um técnico, um representante dos rendeiros, um dos senhorios e um dos trabalhadores rurais. Só comissões deste tipo podem ser sensíveis às particularidades dos conflitos surgidos em matéria de arrendamento, «através dos seus conhecimentos especializados da vida prática e do senso popular» (art. 28 do cit. Dec.-Lei 201/75), que um juiz isolado no seu gabinete, não pode avaliar em condições.

9 — BENFEITORIAS

No que respeita a benfeitorias, o decreto regional nega ao rendeiro o benefício que lhe é conferido pelo Dec.-Lei 201/75: o direito de constituir onus reais em garantia de financiamentos obtidos para a efectivação dessas benfeitorias.

10 — DENÚNCIA DO CONTRATO PELO SENHORIO

Pelo Dec.-Lei 201/75 o senhorio pode denunciar o contrato de arrendamento se quiser trabalhar a terra directamente pelo prazo mínimo de 6 anos. O decreto regional consente que o prazo mínimo para o senhorio seja apenas de 3 anos. Qual será a «especificidade» açoriana que aconselha a diminuição do prazo mínimo? Pelo Dec.-Lei 201/75 o senhorio paga uma multa se explora o prédio por tempo inferior ao prazo mínimo de 6 anos; mas pelo decreto regional, o senhorio não paga tal multa. Porquê?

11 — DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO DE RENDA

O Dec.-Lei 201/75, sensível aos problemas do rendeiro, principalmente do pequeno rendeiro, dispõe que o senhorio só pode exigir a renda vencida, passados três meses sobre a data do vencimento (art. 7). É uma medida justa e humana porque a rigidez dos prazos muitas e muitas vezes não é compatível com as especiais contingências da agricultura e da lavoura. O decreto regional retira ao rendeiro a elasticidade do prazo (não deu importância à «especificidade» do sector agrícola). Mas não contente com isso, o decreto regional obriga o rendeiro a pagar o dobro da renda em atraso se quiser evitar o despejo com fundamento em falta de pagamento da renda. Qual será a «especificidade» açoriana que inspirou este «prémio» ao senhorio?

12 — RESOLUÇÃO DO CONTRATO PARA O SENHORIO PODER ESPECULAR

O artigo 18 do decreto regional dispõe que o senhorio pode pedir a resolução do contrato se destinar o terreno, na parte abrangida por projecto, a construção urbana. É novidade esta disposição, não tendo paralelo na lei nacional sobre arrendamento rústico. Será também que é «específico» dos Açores haver proprietários de áreas rústicas que as pretendem destinar a urbanização? O bom-senso diria que se a urbanização de áreas rústicas constitui necessidade pública, então as entidades competentes podem recorrer à expropriação. O que não está certo é que se possam prejudicar os rendeiros para fins que em grande parte das vezes não passam de fins puramente especulativos.

13 — SUBAPROVEITAMENTO

O artigo 23 do decreto regional trata da intervenção administrativa por subaproveitamento dos prédios e comete a verificação do estado de subaproveitamento às Câmaras Municipais, o que é claramente disparatado. As Câmaras Municipais não têm condições, nem instrumentos, nem serviços que lhes permitam levar a cabo tais avaliações. Segundo o Dec.-Lei 201/75, é ao IRA que compete verificar o estado de subaproveitamento e esse é que é o critério correcto. Aliás o art.º 20 do Dec.-Lei 201/75 regulamenta pormenorizadamente a situação, dando instrumentos ao IRA para levar a cabo a efectiva solução dos problemas de subaproveitamento, ao contrário do citado artigo 23 do decreto regional que é suficientemente vago para dar a impressão que foi feito para não ser cumprido.

14 — «CASO DE FORÇA MAIOR»

No artigo 10 do decreto regional, o rendeiro pode pedir a redução da renda ao tribunal sempre que exista «caso de força maior». Todos sabem quanto o conceito de «caso de força maior» é de difícil aceitação pelos tribunais que estão orientados pela regra de que os contratos têm de ser cumpridos («Pacta sumt servanda»). Atente-se agora como o problema é resolvido pelo Dec.-Lei 201/75: aí se dispõe que «quando o prédio arrendado não produzir frutos, ou os frutos pendentes se perderem no todo ou em parte sem culpa do rendeiro por causas imprevisíveis tais como inundações, estiagens extraordinárias, acidentes metereológicos ou geológicos, pragas de natureza excepcional ou outras, ou quando dessas causas resultar diminuição significativa da capacidade produtiva do prédio, o rendeiro tem o direito a redução proporcional de renda, que poderá ser paga ainda em prestações». Dispõe, depois, o mesmo artigo que tais questões serão resolvidas pelas comissões arbitrais se as partes não chegarem a acordo. É para questões destas que as comissões arbitrais são especialmente sensíveis, sendo evidente que não lhes seria possível resolvê-las com fundamento em «casos de força maior».

15 — CONCLUSÕES

A Lei do Arrendamento açoriana em relação à que vigora para o resto do País favorece o senhorio e agrava a situação do rendeiro, constituindo um claro recuo na dinâmica da Reforma Agrária tal como se encontra expressa na Constituição. O facto é tanto mais grave quanto as condições dos rendeiros integrados em cerca de metade da população açoriana (ilha de São Miguel) são, de longe, as piores de todo o País.

"Corrécio" volta aos tiros

Braga, 13 — Na GNR desta cidade acaba de dar entrada uma queixa contra Eduardo Oliveira da Costa («Corrécio») que, com outros elementos do seu bando, está na origem de novas cenas de violência em Braga.

Desta vez, a queixa foi apresentada por José Lopes da Silva, de 20 anos, vendedor ambulante, e João Martins Ferreira, de 21, pintor da construção civil. Ambos os queixosos foram alvo de perseguição por parte do bando quando saíam do café «Retiro do Caçador», em Nogueira.

Segundo participação agora apresentada à GNR, os «corrécios» teriam chegado a disparar cinco ou seis tiros de pistola, sem contudo lograrem atingir os perseguidos.

RTP abre concurso de canções

A RTP abriu um concurso de canções, «originais e inéditas», com vista à participação no Festival da Organização de Televisão Ibero-Americana (O.T.I.). As Condições de participação neste Festival são idênticas às do Concurso «As Sete Canções».

Os interessados podem pedir já um regulamento à RTP e começar a enviar as suas canções até ao dia 12 de Agosto.

Em ALHOS VEDROS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA MODERNA

JULGAMENTO DO "PIDE" TINOCO

Antifascistas torturados depõem em tribunal

A descrição dos crimes ordenados pelo «pide» Tinoco contra quatro antifascistas foi ontem ouvida pelo 4.º Tribunal Militar, na segunda sessão do julgamento daquele ex-inspector-adjunto da polícia política.

Das doze testemunhas convocadas só quatro puderam prestar declarações, dado que o julgamento foi depois interrompido por doença do juiz-vogal, coronel Martins Pires.

No entanto, esses testemunhos foram suficientes para demonstrar a crueldade e a sistemática violação dos mais elementares direitos da pessoa humana de que os funcionários da PIDE são responsáveis, apesar das «humanitárias sentenças» que os vão pondo em liberdade, um a um.

Gilberto de Jesus Ferreira, a primeira das testemunhas, foi preso sem mandado de captura, «com uma pistola apontada ao baixo-ventre», sendo depois torturado durante doze dias e doze noites com a «tortura do sono» e com a «estátua». Ameaçava, na altura, o Tinoco: «Quando tiveres 50 anos hás-de sofrer as consequências destes dias todos sem dormir». Ontem, no tribunal, defendia-se «este senhor falta completamente à verdade», ao mesmo tempo que era apupado pela assistência.

A segunda testemunha, o agrónomo Júlio da Conceição Silva Martins, foi preso em Dezembro de 1961. — «Dezenas de agentes, de metralhadoras e pistolas aperradas cercaram a casa e prenderam-me assim como à minha mulher». Sujeito durante onze dias e onze noites à tortura do sono, alvo de tentativas de suborno, e de ameaças, foi espancado por três dias consecutivos. O Tinoco e São José Lopes instruíam o processo. Ainda na prisão, em Peniche, em 1972, foi acusado de desenvolver actividades subversivas em Lisboa(?). Julgado nos famigerados plenários, foi condenado a oito anos de prisão com medidas de segurança.

O responsável por este novo processo foi o Tinoco, novamente.

Nas palavras deste «Nunca ameacei ninguém. Apenas participei na busca, apreensão e arrolamento dos bens encontrados em casa do senhor engenheiro». Mais uma vez apupos do público que assistia ao julgamento.

António Manuel Cesário foi preso em 63. Sujeito a dois períodos de tortura de sono, de nove dias, primeiro e depois de seis dias. Agredido pelo Tinoco a soco e a pontapé por outros agentes na presença daquele.

Mais uma vez afirmou o Tinoco: «Não tenho nenhuma ideia de ter estado ligado ao processo».

Por fim, João Camilo Pereira da Rosa. Tortura do sono durante dez dias e dez noites. Dezoito horas seguidas de interrogatório. Isto em 71, dose que voltaria a repetir-se em 73. Mais uma vez o Tinoco não se recordou de nada.

Comentário da assistência — «Ele sofre de amnésia»!

MAIS «PIDES» EM LIBERDADE

PORTO, 13 — Após o ex-deputado à Assembleia fascista, dr. José da Silva ter invocado a «Declaração dos Direitos do Homem» para justificar a «afronta» que são os julgamentos dos «Pides», mais dois agentes da sinistra polícia política saíram ontem em liberdade do 1.º Tribunal Territorial Militar desta cidade. Horácio Campos Oliveira, de Vizela, e Francisco Lopes Pinho, de Vila Nova de Gaia, foram ambos agentes de 2.ª classe tendo o primeiro exercido a «missão» de 1957 a 1963 e o segundo de 1961 a 1965. Os dois foram condenados em 16 meses de prisão mas, ante os perdões concedidos pelo tribunal e a prisão preventiva já cumprida, saíram em liberdade.

Várias testemunhas apontaram o bom comportadmento dos réus, embora algumas afirmassem desconhecer que aqueles tivessem pertencido à Pide. Horácio de Oliveira, industrial de Guimarães, era «bem comportado já em pequeno» e a educação religiosa que teve (5 anos no seminário de Braga) «nunca lhe permitiria praticar actos criminosos», conforme uma testemunha para quem Salazar terá sido, pelo vistos, um santo...

O Lopes Pinho também «muito vem comportado» é, para mais, «bricalhão» e «nunca chegou a ver um preso na Pide». Hoje trabalha na «Coats e Clarks», onde entrou, há anos, após uma deslocação que ali fez como «Pide», a fim de fiscalizar a actividade de técnicos estrangeiros.

Durante as alegações o dr.. José da Silva, patrono dos réus, manifestou-se empenhado na defesa da Declaração Universal dos Direitos do Homem e falou como democrata, dizendo que estes julgamentos nada têm de «didáctico» para a democracia portuguesa.

O tribunal, presidido pelo coronel Gonçalves Vaz e assessorado pelo coronel Simões e dr. Manuel Lopes, prossegue, amanhã, a série de julgamentos de «Pides» marcados para esta cidade.

Nos primeiros dias de Setembro, a Festa do «Avante» irá transformar a fisionomia do Vale do Jamor. Entre outras coisas, funcionará nestes terrenos uma grande «Cidade Internacional», dedicada às representações de outros partidos comunistas e operários

FESTA DO "AVANTE!"

Área duas vezes maior

«A Festa do «Avante» desenvolverá os aspectos mais característicos da festa do ano passado, mostrará a fisionomia popular do nosso partido e do nosso jornal e a profunda ligação dos trabalhadores comunistas à produção e ao processo revolucionário» — disse aos jornalistas António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e director do Jornal «Avante!», anunciando, no decorrer de uma conferência de Imprensa realizada ontem, o que irá ser a Festa do «Avante!», a realizar no Vale do Jamor nos dias 9, 10 e 11 de Setembro.

Além de Dias Lourenço, encontravam-se na mesa da conferência de Imprensa Domingos Abrantes, do Secretariado do CC, Albano Nunes e Aurélio Santos, também do Comité Central, e ainda Ruben de Carvalho, do «Avante!», António Pedro, da DORL, e Joaquim Campino.

Segundo uma nota da organizão, a área implantada da Festa do «Avante!» será de cerca de 100.000 metros quadrados, com uma área coberta superior a 10.000 metros quadrados. A área implantada da festa será duas vezes maior que a do ano passado.

A mesma nota acentua que a festa «documentará, com uma imensa variedade de meios, a luta dos trabalhadores portugueses, as suas conquistas políticas, económicas e sociais e as suas aspirações».

A nota salienta ainda que «os espectáculos da Festa de 77 não ficarão atrás do que neste aspecto foi a festa do ano passado, sendo certa a presença de um grande número de artistas portugueses e estrangeiros do mais elevado nível artístico» e que «A Festa do «Avante!» será ainda uma grande manifestação de internacionalismo, estando assegurada a representação das forças que em todo o mundo lutam pela paz, pela liberdade e pelo progresso social».

Entretanto, foi já posta à venda a Entrada Permanente (EP) para a Festa do «Avante!», livre-trânsntio que dá direito à entrada na festa todos os dias e a assistir aos espectáculos. A EP — que mantém o preço do ano passado (100$00)

FREITAS DO AMARAL NA TV

"Partidos democráticos" ao ataque

O CDS votará contra os projectos governamentais das leis do Plano e da Reforma Agrária, «a menos que no decurso dos debates venham a verificar-se importantes alterações no sentido que o CDS considera correcto» — afirmou ontem, na RTP, Freitas do Amaral, entrevistado para o programa «Mosaico».

Sobre o Plano, diria o «leader» do CDS, expondo as razões da sua discordância, que «assenta fundamentalmente numa política económica de restrições e de contenção da economia», acrescentando que, se for aprovado, transformará Portugal, dentro de quatro anos, «no país da OCDE com os índices económicos mais baixos, salvo, talvez, a Turquia». Como alternativa, propôs «a expansão rápida e o desenvolvimento, através de investimentos maciços». Na linha de anteriores tomadas de posição do CDS sobre questões económicas, isso significa a «normalização» prévia das relações de trabalho, primeiro passo susceptível de incutir confiança nos «empreendedores» dispostos a investir.

Referindo-se aos pontos da lei da Reforma Agrária contestados pelo seu partido, Freitas do Amaral criticou «o facto da lei atribuir, praticamente a propósito de tudo, poderes discricionários ao ministro da Agricultura», manifestando também a sua discordância em relação ao critério das pontuações.

Para Freitas do Amaral são «injustos» o sistema de limites previsto na lei e alguns dos critérios que podem conduzir à expropriação.

Correm rumores, no entanto, de que os «papeis» para a votação da Lei da Reforma Agrária na Assembleia da República já estão «convergentemente» distribuidos, com um eventual voto contra o CDS, uma abstenção do PSD e um voto a favor do PS, o que permitiria fazer passar a lei com uma «leve oposição» das forças à direita do PS que, com uma prática de direita, manteria assim a sua fachada de «esquerda».

Seja como for, ontem, na Televisão, Freitas do Amral «foi bem», defendendo com convicção o seu difícil «papel», sobretudo na parte referente às «críticas» à «lei Barreto».

Já no fim da entrevista, onde também foram abordados os temas da política da informação e da chamada «convergência democrática», Freitas do Amaral, manifestando «acordo com a linha geral seguida pelo Governo», criticou «a condução prática dessa política, nomeadamente por alguma falta de firmeza».

"Portugal Socialista" no circuito comercial

As vicissitudes da imprensa partidária, excluido o jornal «Avante», órgão central do PCP, são manifestas e explicam as diligências dos partidos políticos no sentido de alcançarem directa, ou indirectamente, influência na imprensa de circulação comercial.

As limitações da venda militante levaram a direcção do PORTUGAL SOCIALISTA a enveredar pela comercialização da distribuição e da venda do PORTUGAL SOCIALISTA. A partir do seu número referente ao mês de Julho (122), o jornal «Portugal Socialista», órgão central do Partido Socialista passa a ter circuito comercial através da Distribuidora de Informação Geral Lda. (DIG).

Os jornais poderão, pois, ser levantados no Páteo do Bragança, porta B, à R. Vítor Cordon, 45, telefones 372700 ou 372701.

Militantes sem partido promovem federação de núcleos de base

A formação de uma federação de núcleos de base de militantes sem partido foi a principal conclusão de um Encontro realizado no Porto, em fins de Junho passado, convocado por independentes que fizeram parte de estruturas do Movimento de Unidade Popular antes da sua desagregação.

A proposta, apresentada por militantes sem partido de Lisboa e pela redacção do boletim «E.R.», será discutida em encontros regionais a realizar no Porto, em Coimbra e em Lisboa / Setúbal, onde se formarão coordenadoras regionais, estando prevista a sua aprovação definitiva para Outubro, durante a realização de um segundo Encontro Nacional de militantes sem partido da Unidade Popular.

Ainda por decisão do Encontro do Porto, vai-se realizar em Lisboa, em Setembro, um Encontro de Sindicalistas Independentes Militantes da Unidade Popular, com o objectivo de coordenar a intervenção nos diversos sectores de actividade.

Qualquer contacto com os promotores desta iniciativa poderá ser feito para o Apartado 4014, Lisboa 4.

Traineiras fizeram-se ao mar

PORTO, 13 — Com um atraso de cinco meses, devido ao conflito entre pescadores e armadores, cerca de trinta traineiras de Matosinhos fizeram-se ao mar, para a safra da sardinha.

Ultimamente, o impedimento da saída era feita apenas pelos armadores, que pretendem ver abolido o imposto de meio por cento que a APDL — Associação dos Portos do Douro e Leixões — cobra sobre o valor do pescado.

COMPANHIA UNIÃO FABRIL, S.A.R.L.

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

SEDE — AV. INFANTE SANTO, 2 — LISBOA 3

OBRIGAÇÕES CUF, 6 %

PAGAMENTO DE JUROS

Avisam-se os Srs. Obrigacionistas que a partir do próximo dia 15 do corrente se encontra a pagamento o cupão n.º 19 referente à emissão de Fevereiro de 1968 (Série I) e o cupão n.º 18 referente à emissão de Setembro de 1968 (Série II). O valor líquido destes cupões é de 26$28,24, conforme se discrimina a seguir:

Juro ilíquido	30$00
Impostos	3$71,76
Juro líquido	26$28,24

O pagamento dos juros será efectuado nos seguintes estabelecimentos de crédito:

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
MONTEPIO GERAL
BANCO DA AGRICULTURA
BANCO BORGES & IRMÃO
BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA
BANCO FONSECAS & BURNAY (a)
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
BANCO PINTO & SOTTO MAYOR (b)
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO (c)
BANCO TOTTA & AÇORES
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS (d)
CREDIT FRANCO-PORTUGAIS
PANCADA, MORAES & C.ª
BANCO PINTO DE MAGALHÃES

Lisboa, 13 de Julho de 1977

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

a) Incorporando o Banco do Alentejo
b) » o Banco Intercontinental Português
c) » os Bancos do Algarve e Fernandes Magalhães
d) » o Banco Agrícola e Industrial Viseense.

SOARES-CUNHAL: TRÊS HORAS EM S. BENTO

Muitas apreensões não obstam a novas propostas de diálogo

Uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal e Carlos Brito reuniu-se ontem durante cerca de 3 horas com o Primeiro-Ministro Mário Soares, a solicitação deste último. O encontro com os comunistas foi o último de uma série de contactos com a oposição parlamentar, os quais haviam levado, no dia anterior a S. Bento delegações do PSD/PPD e do CDS.

«Em quase três horas diz-se muita coisa e, portanto, houve oportunidade de percorrermos a atenção sobre os aspectos fundamentais da situação política e económica do nosso País. Houve uma troca de impressões muito ampla, como é de supor, e tivemos ocasião, pelo lado do nosso partido, de expor as nossas preocupações quanto à situação e conjuntura actuais» — disse Álvaro Cunhal no termo da audiência.

O secretário-geral do PCP, manifestando as preocupações do seu partido quanto a diversos aspectos da actuação governamental, acrescentaria, na linha de anteriores declarações públicas, que «esgotaremos as possibilidades de diálogo, de negociação, para chegar a acordos concretos, de ordem prática, que evitem aquilo que consideramos muito grave para a economia nacional para a situação dos trabalhadores e para a democracia portuguesa». Estas palavras de Álvaro Cunhal prolongam o apelo lançado, sábado passado, em Vialonga, ao PS: «Procuremos chegar a acordo antes que seja tarde».

Passando ao conjunto de «apreensões», nomeadamente à aplicação de algumas leis já aprovadas como a da delimitação dos sectores, do controlo de gestão, e de outras a serem em breve discutidas na AR, principalmente a relativa à Reforma Agrária («e que nós chamamos lei de contra-Reforma Agrária»), Álvaro Cunhal diria: «O conjunto destes instrumentos jurídicos, a nosso ver, pode estabelecer uma nova escalada do que chamamos de recuperação capitalista, latifundista e imperialista. Daí todas as apreensões que temos e que expusemos ao sr. Primeiro-Ministro. Com a vontade, entretanto, que muitas vezes temos salientado, de que é necessário procurar soluções com os trabalhadores, soluções em que intervenham todos os sectores sociais e políticos interessados na defesa da nossa democracia e, portanto, também com o PCP».

Fiscalização Económica

. As brigadas de Fiscalização Económica do Porto levantaram, nos primeiros seis meses deste ano, 1.858 processos por crimes anti-económicos e contra a saúde pública.

Assim, para além da actuação nos mercados do Porto, foram também aprendidas 31 viaturas de matrícula estrangeira que circulavam no País com infracção à legislação de importação temporária e fuga aos direitos de importação.

AFIRMADO NA INTERVENÇÃO SOCIALISTA

"Lei Barreto serve minoria da CAP e CDS"

A «Lei Barreto» pretende dar satisfação «a uma camada minoritária, ligada essencialmente à CAP e ao CDS», enquanto «os grupos preferenciais assinalados na Constituição — trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores — não se reconhecem na Lei», afirmou Armando Trigo de Abreu no colóquio sobre política agrária promovido pela Intervenção Socialista. «As novas bases da Reforma Agrária, prosseguiu, apontam expressamente para a divisão entre os trabalhadores rurais e ameaçam de desemprego e marginalização os assalariados das propriedades de exploração social».

Considerando embora que a elevação de 50 para 70 mil pontos poderia, em si mesmo, não constituir o aspecto negativo mais grave, Trigo de Abreu salientou que essa alteração vai restringir muito a zona de intervenção, da qual ficará praticamente excluído o Ribatejo. Comparando a proposta Barreto com a lei actual, comentou: «Acusava-se a lei em vigor de ser apenas uma lei de expropriações, mas, afinal, o novo projecto não responde a essas críticas». Outro dos participantes no colóquio, António Bica, defendeu a necessidade de uma maior intervenção do Estado em todos os circuitos, para combater a especulação dos intermediários, de quem depende em larga medida o abastecimento. «O esquema de comercialização existente vem ainda do fascismo e é característico de uma economia de auto-abastecimento» disse António Bica, que sublinhou ser indispensável garantir um preço à produção e a colocação dos produtos junto do consumidor através de organismos públicos.

Finalmente, António Espada, detendo-se em particular nas características da estrutura agrária do Sul antes do 25 de Abril, disse que a estagnação em que se encontrava a agricultura, derivada da própria concentração do capital fundiário nas mãos dos grandes proprietários, tornava imperiosa, económica e politicamente, uma reforma agrária. A este respeito classificou a lei em vigor, que «visava a destruição do latifundiário que detinha o poder político local e era o grande associado do capitalista industrial», de demasiado «branda», devido à área excessiva concedida aos agrários depois da expropriação (50 hectares em terra de regadio, que correspondiam, em terra de sequeiro, a cerca de 210).

DE NORTE A SUL DO PAÍS

Aumenta contestação à "Lei Barreto"

Trabalhadores, organizações políticas e sindicais continuam a repudiar a «Lei Barreto» que na próxima segunda-feira começará a ser discutida na Assembleia da República. Enquanto os comandos e também o ministro Barreto estiveram no Alentejo, milhares de trabalhadores protestaram contra o que, dizem, será a destruição da Reforma Agrária.

Assim, em Lisboa, 44 sindicatos do distrito (14 dos quais não filiados na CGTP-Intersindical) reunidos em plenário da União dos Sindicatos de Lisboa aprovaram uma moção contra a «Lei Barreto» e os ataques do MAP à Reforma Agrária. Também num plenário da Cintura Industrial de Lisboa, representantes de 78 comissões de trabalhadores foram aprovadas moções de repúdio contra aquilo que poderá vir a transformar-se num «aborto jurídico e inconstitucional». «O grupo parlamentar do PS não pode votar», dizem, «ao lado de representantes do capital e da CIP em matéria que foi, é e será conquista do movimento operário.» O programa «TV Rural» do eng.º Sousa Veloso mereceu violentas críticas. Foi considerado «propaganda feirista» e acusado de «esquecer» sistematicamente uma das conquistas da Revolução — a Reforma Agrária.

Enquanto em Benavila, o ministro Barreto afirma que agora, com «a sua lei» é que a Reforma Agrária será «consolidada», os trabalhadores entendem que ela será «destruída» e de norte a sul protestam contra tal facto. Se ela não for alterada antes ou no decorrer dos debates, a Reforma Agrária ficará seriamente em risco. Aguarda-se, aliás, com grande expectativa o desenrolar das votações. O deputado socialista Lopes Cardoso já declarou votar contra este texto proposto pelo Governo, o que certamente arrastará consigo mais alguns deputados, quer pelo voto explícito ou talvez pela ausência. A menos que o texto venha a ser alterado.

Por seu lado, a direita também faz questão neste debate. Barbosa de Melo, dirigente do PSD/PPD considera que o texto proposto «tem princípios válidos» e que esta Lei é «importante para a sobrevivência do Governo».

OS PROTESTOS VÊM DO NORTE

Mas não é só do Alentejo que vêm protestos sobre a lei do ministro Barreto. Também no Norte as preocupações dos trabalhadores são insistentes. Chegaram-nos, entretanto, moções do Grupo de Apoio à Reforma Agrária, da Comissão de Trabalhadores da Metalúrgica Luso-Italiana, da divisão industrial de Carnaxide da Philips Portuguesa, da Comissão de Trabalhadores de H. Parry e Son ou da Junta de Freguesia de Vila Fria que na sua sessão ordinária considerou que a «Lei Barreto» bem como «o projecto de lei de Arrendamento Rural apresentado pelo PSD/PPD são gravíssimos atentados à Revolução do 25 de Abril».

Numa reunião do MARN em Gondomar, os pequenos rendeiros presentes protestaram contra a Lei do Arrendamento que quer manter as parcerias agrícolas «ou seja, um dos exemplos mais execrandos da exploração do homem pelo homem». Outras reuniões de rendeiros decorreram em vários pontos do Norte, nomeadamente em Matosinhos, Paredes, Santa Marinha de Zêzere, Felhueiras e Braga.

Várias têm sido também as posições partidárias face à «Lei Barreto». Desta vez, foi a Comissão Nacional do MDP/CDE que num extenso comunicado analisa a ofensiva do MAP e conclui: «Perante o povo e a História, os deputados da Assembleia da República serão julgados pelo seu comportamento na discussão e votação da proposta de lei», enquanto a Comissão Coordenadora do Norte do MDP/CDE exorta os deputados progressistas da Assembleia da República a rejeitarem a proposta de «Lei Barreto» que «não defende as conquistas do 25 de Abril, nem corresponde aos interesses do povo português e não se harmoniza com a Constituição da República».

Flávio Martins contra alteração à Lei do Arrendamento Rural

PORTO, 13 — O projecto de lei do MAP de alteração à Lei do Arrendamento Rural, aprovada em Abril de 1975, «é no fundo uma forma de reposição da parceria feudal», afirmou o eng. Flávio Martins durante um colóquio promovido pela Agrinorte na Cooperativa do Povo Portuense.

Na sua exposição Flávio Martins considerou o projecto de lei «totalmente desencorajante das entidades agrícolas, no que respeita aos rendeiros, em relação à necessidade imperiosa de desenvolver a agricultura para diminuir a balança comercial alimentar». Trata-se, sublinhou, de um conjunto de medidas antifomento numa altura em que é preciso aumentar decidida e fortemente a produção agrícola.

Participaram também no colóquio Enes Gonçalves, regente agrícola, e o sindicalista Mário Alves, tendo sido projectado o filme «O Rendeiro», de Luís Gaspar, com música de Samuel.

USP/CGTP atribui ao Governo dificuldades na Previdência

PORTO, 13 — «O Movimento Sindical vem de há muito denunciando as dificuldades financeiras da Previdência, resultantes da falta de uma política clara por parte do Governo quanto à segurança social», afirma-se num comunicado do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto/CGTP relativo à situação nas Caixas de Previdência está a faltar com o financiamento às Caixas do distrito do Porto, impossibilitando o pagamento dos abonos e dos subsídios de doença aos beneficiários». Com as dificuldades sentidas pelas Caixas vêm depois, salienta a USP/CGTP, as sentidas pelos beneficiários «que formam bichas esperando o pagamento de benefícios a que têm direito», situação esta que se estende às casas do povo e «aos abonos e pensões de miséria dos trabalhadores agrícolas». Essa mesma falta de uma política clara de segurança, com as constantes ameaças de corte de serviços aos beneficiários por parte de radiologistas, analistas e pequenos hospitais agravam as condições de vida de todos quantos não podem recorrer à medicina privada ou pagar por inteiro os medicamentos, diz ainda o comunicado, no qual se exigem «medidas imediatas e eficazes que ponham cobro a esta situação».

Bases do PCP debatem Reforma Agrária

As comissões de freguesia do PCP das zonas da Sé, S. Vicente, S. Miguel e Santo Estevão, promovem hoje uma sessão de esclarecimento sobre a Reforma Agrária, seguida de projecção de filmes e debate.

A sessão terá lugar às 21.30, na Sociedade Boa União, em Alfama.

Em ARMAÇÃO DE PÊRA o DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no MINI-GOLFE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP a que se refere o processo 8/59 340, arquivo 18, para o estabelecimento no concelho de Castelo Branco de uma linha mista a 30 kV com 380 metros, sendo a parte aérea com 260 metros e a parte subterrânea com 120 metros, do poste n.º 4 da linha para o posto de transformação n.º 22 de Cebolais ao posto de transformação do Posto de Assistência Social de Cebolais.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Junho de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

ATENÇÃO À HOTELARIA, REFEITÓRIOS, ORGANISMOS, PENSÕES, CANTINAS, COMERCIANTES, INDUSTRIAIS E PARTICULARES

MOBILIÁRIO, MÁQUINAS, UTENSÍLIOS e TRESPASSE

ENORME SELF-SERVICE RESTAURANTE, CERVEJARIA

C/ 6 MESES DE MONTADO, TUDO ESTADO NOVO

IMPORTANTÍSSIMO

LEILÃO

AMANHÃ, ÀS 15 HORAS

RUA JOSÉ DURO, 27-D

(Alvalade, Frente ao Mercado da Av. Igreja)

VAMOS VENDER PELA MAIOR OFERTA E SEM BASE DE LICITAÇÃO, TODA A EXISTÊNCIA, DO MELHOR QUE EXISTE NO GÉNERO ASSIM COMO TODA A MERCADORIA DO RAMO.

TRESPASSE Esta enorme e bem decorada casa c/ 310 mts.2 de área e venda de 16 000$, para este e quase todos os ramos de comércio, está preparada p.ª servir 300/400 pessoas por refeição, tendo a montagem apenas 6 meses e estando portanto tudo em óptimo estado de novo, irá à praça em 1.º lote em conjunto c/ toda a sua existência por menos de metade do valor da montagem, seguindo-se a venda lote por lote pela maior oferta e sem base de licitação, no caso de não haver arrematante para o conjunto.

CHAMAMOS A ATENÇÃO PARA A EXPOSIÇÃO HOJE (vespera do leilão), das 10 às 13 e das 15 às 19 h.
Amanhã (dia do leilão), das 10 às 13 horas

Para mais informações, consultar a

SOC. DE LEILÕES AV DUQUE DE LOULÉ Nº1 Telfs PBX (9 linhas) 532929 51478 532446 **AFRA FILHOS, Lda**

TURISMO, HOJE

É mais uma iniciativa do DIÁRIO DE LISBOA, de apoio a uma actividade considerada de utilidade social.
Durante algumas semanas serão aqui tratados assuntos relacionados com Turismo, colaborando nesta iniciativa empresas e organismos ligados a essa actividade.
A página sete de hoje é da responsabilidade da CTM

UMA EMPRESA EM EXPANSÃO

A CTM — Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos, EP, é o ponto culminante de um ciclo reestrutural nos transportes marítimos portugueses. Para tal, quatro etapas foram percorridas até esta jovem empresa nascer, consequência de fusões ou integrações sucessivas de quatro grandes empresas de navegação **e uma** de reparação naval.

1 — A fusão da EIN — Empresa Insulana de Navegação, SARL, detentora dos tráfegos com as ilhas da Madeira e dos Açores, do Norte da Europa/África e de Portugal/Norte da Europa e a CNCA — Companhia de Navegação Carregadores Açorianos, SARL, também com os trágefos da Madeira e dos Açores e dos Estados Unidos da América, ficando a nova empresa com o nome da primeira.
2 — Fusionamento da CCN — Companhia Colonial de Navegação, SARL, detentora dos tráfegos com o Norte da EuropaÁfrica (Angola e Moçambique), Mediterrâneo, EUA, América Central e América do Sul e a EIN já focada, passando a nova empresa a denominar-se CTM — Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos, SARL.
3 — Integração na CTM — Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos, da SOFAMAR — Sociedade de Fainas de Mar e Rio, a maior empresa portuguesa de granéis sólidos, operadora especializada no mercado internacional.
4 — Integração no sector oficial da CTM da Sociedade de Construções Metálicas, SARL, empresa especializada na reparação naval com cerca de mil trabalhadores.

As fusões sucessivas até à formação da CTM visaram, por um lado, evitar uma concorrência prejudicial das empresas integradas em tráfegos comuns, e, por outro, conferir-lhe dimensão e estrutura capazes de lhe possibilitar maior operacionalidade e frequência de escalas com maiores possibilidades de êxito nas linhas internacionais.

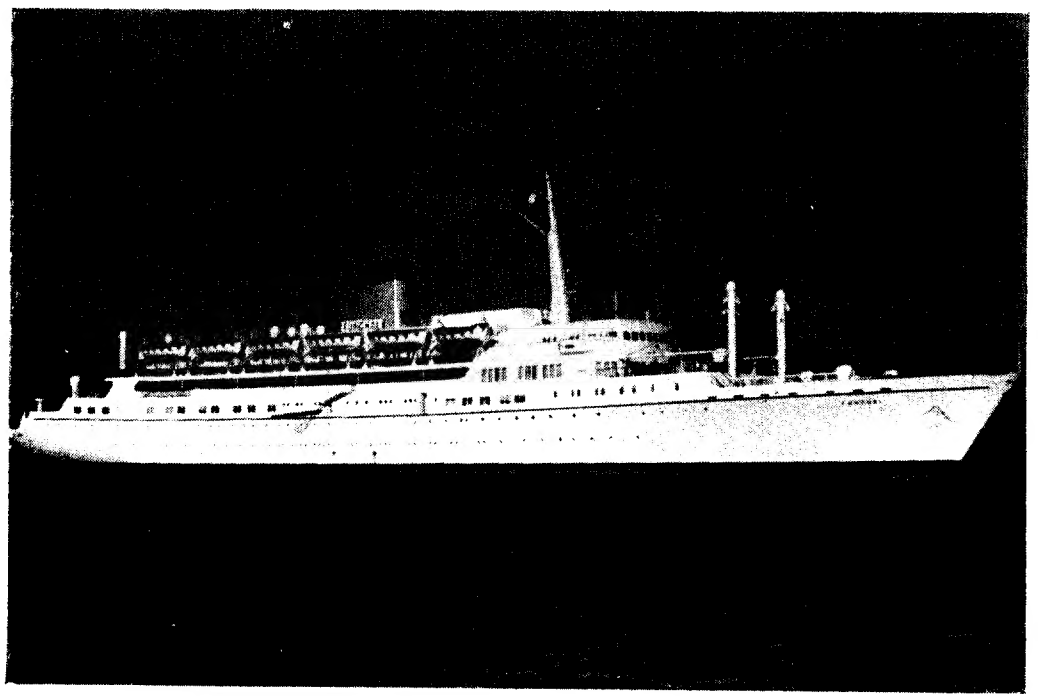
Com cerca de quatro mil trabalhadores e apesar da sua juventude, a CTM reúne em si o importante somatório das longas experiências acumuladas, no campo da sua actividade, oriundas das empresas suas componentes, possuindo, por outro lado, fruto da modernização que se está a imprimir, grande dinamismo, rumo ao futuro.

Constituída em Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, em 4 de Fevereiro de 1974, foi em 16 de Abril de 1975, juntamente com outras empresas do sector, nacionalizada e em 8 de Abril de 1976, declarada Empresa Pública.

FROTA

«Açores»
«Bailundo»
«Benguela»
«Bernardino Corrêa»
«Carvalho Araújo»
«Cedros»
«Congo»
«Funchal»
«Ganda»
«Gorgulho»
«H. Capelo»
«Horta»
«Ilha do Porto Santo»
«João da Nova»
«Lagoa»
«Lima»
«Lobito»
«Lugela»
«Malange»
«Maurício de Oliveira»
«Monte Brasil»
«Muxima»
«Pereira D'Eça»
«Porto»
«Ponta de S. Lourenço»
«Ponta Delgada»
«Ponta Garça»
«Rodrigues Cabrilho»
«Ribeira Grande»
«Rio Quanza»
«Rio Zaire»
«Rio Zambeze»
«Roçadas»
«Sete Cidades»
«Serpa Pinto»
«Uige»

36 Navios deslocando cerca de 400 000 tons.



PAQUETE FUNCHAL

TRÁFEGOS

Ao tempo da sua constituição previa-se que a actividade da CTM se orientasse para três áreas específicas:

Tráfego Insular: Madeira, Açores e cabotagem inter-ilhas.

Tráfego com ex-colónias: S. Tomé, Angola, Moçambique e cabotagem nesta última.

Tráfego Internacional: Linha Norte da Europa/África do Sul/Moçambique, Norte da Europa/Angola, portos do Mediterrâneo/Angola/Moçambique, Península Ibérica/Costa Oriental dos Estados Unidos, Portugal/França, além das ligações com os principais portos do Norte da Europa efectuadas por tráfegos específicos em associação com outras empresas do sector, casos de Alportugal Line, Beneluso Line e Lusitainer Service.

A flexibilidade comercial da CTM garante, através dos seus serviços de Agência, a representação de armamentos internacionais que asseguram o escoamento dos fluxos do comércio externo português para todo o mundo. São exemplo desta política comercial as representações em exclusivo, como Agentes Gerais em Portugal da Hanseatic Vaasa Line para o tráfego de mercadorias na Costa Ocidental da América Central e América do Norte e da Euro Middle East Line para o comércio com os portos do Golfo Pérsico, principalmente os de Dubai, Abu Dabi, Bahrain e Kuwait.

Após uma vivisão coerente entre os Armadores portugueses para evitar a concorrência entre si, principalmente nos tráfegos tradicionais com as ex-colónias e após a sua recente descolonização, sem embargo do interesse político-económico que representam as trocas comerciais com os novos países de expressão portuguesa, permitiu maior implantação do armamento da CTM no mercado internacional já frequentado e a diversificação da frota em novos serviços, nomeadamente as carreiras directas de Portugal Insular para o Norte da Europa, designadas por Framaport Line, ao mesmo tempo que se lança decididamente com mais amplitude no tráfego entre Portugal e os EUA e no restabelecimento das ligações tradicionais com a América Latina e muito em especial com o Brasil, que sempre mereceram especial atenção por parte das ex-empresas integrantes da nova companhia, este serviço regular de cargas, Linha da América do Sul, relançado em Agosto de 1976, iniciou-se com o Navio «Lobito».

No mercado de transportes de passageiros tem a CTM aplicado o seu paquete «Funchal», altamente credenciado no mercado internacional, na realização de Cruzeiros internacionais em sistema de afretamento, os quais se têm revestido do maior êxito sobretudo nas relações de amizade com outros povos.

O «Funchal», devido à sua operacionalidade, conforto e um serviço altamente criterioso e impecável, apresenta uma taxa de ocupação fortemente positiva dado que durante os meses de Novembro a Abril opera na América do Sul, escalando principalmente portas do Brasil, Uruguai e Argentina, e de Maio a Outubro, a partir da Suécia, nos mares do Norte da Europa, Mediterrâneo e Mar Negro.

Os navios da CTM utilizados nos vários tráfegos permitem o transporte de cargas a granel e geral, quer convencional, (quer contentorizada, podendo ainda receber volumes pesados para os quais se encontram devidamente equipados, dispondo também de apreciável capacidade frigorífica.

UTILIZE NAVIOS PORTUGUESES
CARREGUE NA CTM

ACTIVIDADES (RESUMO)

LINHA DA AMÉRICA DO SUL

Linha regular entre os portos de Portugal e Espanha para o Brasil, Uruguai e Argentina

LINHA N/EUROPA-ÁFRICA

Serviço regular escalando os portos de Hamburgo, Antuerpia, Bremen, Roterdão, Londres, Le Havre e Bilbao no N.Europa. Lisboa e Leixões em Portugal. Cape Town, P. Elizabeth, East London, Durban e Maputo em África

LINHA DOS EUA

Serviço regular escalando os seguintes portos: Em Portugal, Lisboa, Leixões, Funchal e Ponta Delgada. Em Espanha, Bilbao e Cadiz. Nos EUA, Philadelphia, Baltimore e New York.

LINHA MADEIRA/AÇORES

Serviço regular entre os portos de Portugal continental e os Insulares da Madeira e dos Açores e cabotagem nos arquipélagos.

ALPORTUGAL LINE

Ligações semanais entre os portos de Lisboa e Leixões e os portos de Bremen e Hamburgo

BENELUSO LINE

Ligações semanais entre os portos de Lisboa e Leixões e os portos de Antuerpia e Roterdão.

LUSITAINER SERVICE

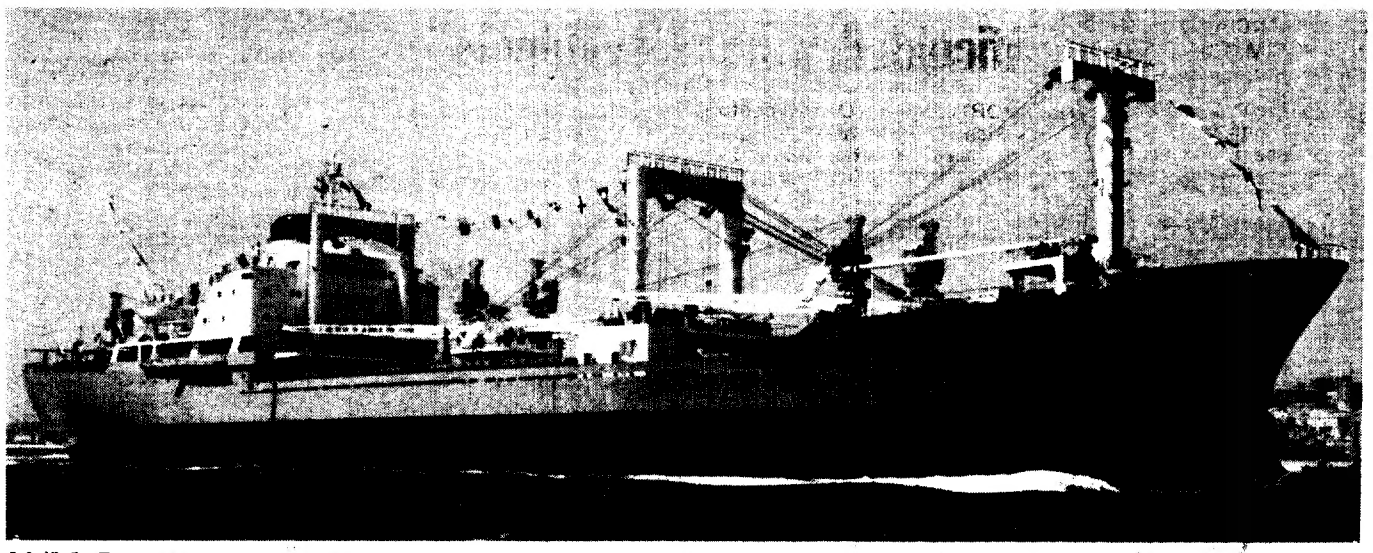
Serviço semanal de contentores entre os portos de Lisboa e Leixões e os portos de Roterdão e Londres.
Serviço associado com a CNN.

FRAMAPORT LINE

Ligações semanais dos Açores e Madeira com o N. Europa (Rouen, Le Havre, Roterdão e Bremen)

CRUZEIROS INTERNACIONAIS

América do Sul, Escandinávia, Norte da Europa e Mediterrâneo.



N/M PEREIRA D'EÇA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TRANSPORTES MARITIMOS

LISBOA — Rua de S. Julião, 63 Tel. 369621

PORTO — Rua Infante D. Henrique, 9 Tel. 313324

turismo estudantil
organização portuguesa para o turismo juvenil
TEL. 80 10 46

VOOS DE ESTUDANTE (SATA)

AMESTERDÃO	3.400$00	VÁRIAS DATAS EM JULHO E AGOSTO
COPENHAGUE	3.700$00	
HELSÍNQUIA	6.150$00	
ESTOCOLMO	5.375$00	
ATENAS	4.740$00	
LENINEGRADO	4.350$00	
MOSCOVO	4.605$00	

— Com ligações para todo o mundo —

Indispensável o **Cartão Internacional de Estudante**, a obter unicamente no **TE**

Para todos os jovens até 26 anos — CARTÃO INTERNACIONAL DE JOVEM — Diversas vantagens — Adquira-o já no TE

MARCAÇÕES - INFORMAÇÕES
LISBOA — R. Fernando Pedroso, 31 — Tel. 80 10 46
PORTO — R. da Boa Hora, 18 — Tel. 2 54 35
COIMBRA — Edifício da AAC — Tel. 2 24 56
turismo estudantil

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO DISTRITO DE SETÚBAL

ADMISSÃO DE UM ESTAFETA

Informa-se que de harmonia com o art.º 9.º da C. C. T. dos Trabalhadores da Previdência e da Circular n.º 231/76, da Direcção-Geral da Previdência, está aberto concurso de provimento, no período de 4-7-77 a 18-7-77, para o preenchimento de uma vaga existente nesta Instituição (Segurança Social), na categoria de:

— ESTAFETA

Ao referido lugar poderão concorrer indivíduos habilitados com carta de condução profissional e carta de condução de moto amador.

Os interessados deverão dirigir-se à Sede desta Caixa de Previdência, Praça da República, Setúbal, Secção de Pessoal onde lhes serão prestados todos os esclarecimentos necessários.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Caminhos de Ferro Portugueses

Enfermeira

Os Caminhos de Ferro Portugueses, E.P. pretende admitir uma Enfermeira com o Curso Geral de Enfermagem, com idade compreendida entre os 21 e os 55 anos, para prestar serviço no Infantário de Lisboa-Santa Apolónia com a remuneração mensal de 9 450$00.

As interessadas poderão contactar, pessoalmente ou por escrito, até ao dia 15 de Julho corrente, o Sector de Recrutamento, Calçada do Duque, n.º 20, Lisboa-2 ou ainda pelo telefone 36 31 81 — extensão 251.

DE FÉRIAS COM O Diário de Lisboa

Aceitam-se assinaturas de férias pelo período mínimo de 10 dias, ao preço de 6$00 por exemplar

NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

CASO DE "O SÉCULO"

Sindicato acusa Governo de "quebra de compromisso"

O Sindicato dos Jornalistas emitiu um comunicado em que protesta energicamente contra a atitude que o Governo tem vindo a assumir relativamente ao grupo de «O Século», cujos trabalhadores sofrem total insegurança no emprego. No mesmo documento, a direcção denuncia «a quebra de compromissos assumidos pelo Governo em Fevereiro último, quando garantiu publicamente, o recomeço de actividade das publicações — após reestruturação da empresa, assegurando durante este período os salários e demais direitos dos trabalhadores — garantia que tem de se considerar automaticamente renovada após a prorrogação do prazo de suspensão das publicações da ex-SNT, decisão essa que é da inteira responsabilidade do Governo.

A fim de debater problemas relativos à reestruturação da Imprensa estatizada, a direcção do Sindicato dos Jornalistas, juntamente com as direcções dos Sindicatos dos Gráficos e Trabalhadores da Imprensa na sua última reudiência urgente à Comissão designada em Conselho de Ministros para apreciação do «projecto Roque Lino».

SUBSÍDIOS SÓ PARA UNS

O Governo acaba de conceder um subsídio de 1 540 contos à empresa do «Jornal do Fundão». Sobre a atribuição deste auxílio, o Conselho de Imprensa na sua ultima reunião considerou que «a concessão de subsídios governamentais isolados é susceptível de comprometer a independência das empresas jornalísticas perante o poder político» reiterando «a necessidade e urgência de uma política de apoio enérgico à Imprensa em crise, que lhe permita manter-se independente do poder político e do poder económico». Na mesma reunião foi solicitado ao Ministério do Plano e Coordenação Económica que explique por que quer saber quais as tiragens, áreas de difusão, etc., dos vários jornais, já que é a este órgão que compete «organizar e divulgar o controlo da tiragem nos termos da Lei de Imprensa».

Entretanto, o Sindicato de Jornalistas decidiu nomear os seus representantes numa comissão que irá estudar o problema do ensino do jornalismo em Portugal. A direcção nomeou, pela Imprensa escrita, Jacinto Baptista e Wilton Fonseca pela Televisão, Cesário Borga e pela Rádio, Rui Paulo da Curz.

Comissão Intersindical convoca plenário

Continua grave a situação dos trabalhadores da ex-SNT «O Século» que, como se sabe, tiveram de vender as bobinas de papel existentes em armazém para obter a massa salarial do mês de Junho passado. Face às circunstâncias, a Comissão Intersindical convocou entretanto um plenário de trabalhadores para o próximo dia 15, às 15 horas, no Sindicato de Trabalhadores na Imprensa, com o objectivo de tomar posição sobre a situação da empresa.

Salientando que o Governo não garante os salários aos trabalhadores e não patenteia qualquer intenção de reestruturar e reabrir «O Século», a C.I. emitiu um comunicado através do qual apela aos trabalhadores no sentido de se manterem alerta e mobilizados, se querem lutar pelos seus empregos.

No mesmo comunicado, adianta a C.I. que a «comissão de Luta» de trabalhadores da SNT — que faz correr um manifesto e um abaixo-assinado — não foi eleita em qualquer plenário, nem é iniciativa da Comissão Intersindical, devendo tratar-se de um grupo restrito de pessoas. Sendo assim, «a CI alerta para o facto de a convocação para uma concentração feita no referido manifesto poder vir a constituir um revés na luta, dado que não parte de uma base de unidade, nem assenta na mobilização e discussão dos próprios trabalhadores».

Novos corpos gerentes da Associação Portugal-Guiné Bissau

O capitão Duran Clemente foi eleito vice-presidente do Conselho Directivo da Associação de Amizade Portugal Guiné-Bissau e membro do Secretariado da Associação responsável pelas actividades culturais.

Esta escolha de um homem que conhece bastante bem a Guiné e fez mesmo parte da Comissão Coordenadora do MFA naquela antiga colónia portuguesa, assim como a entrada para os cargos directivos de uma série de médicos e professores que lá trabalharam, como cooperantes (Paradela de Abreu, Luís Figueiredo, Maria Octávia Burnay, Isabel Moita e outros) poderão contribuir para a dinalização de uma Associação até agora praticamente inexistente.

Como presidente da Direcção continua Rogério Paulo, e os presidentes da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal são, respectivamente Caldeira Rodrigues e Miguel Urbano Rodrigues.

ABRE ESTA TARDE A EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO

A anunciada exposição de artesanato da Guiné-Bissau abre esta tarde na livraria Opinião, à Rua Nova da Trindade, em Lisboa, organizada pelo CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral).

Deverá estar presente na inauguração o embaixador da Guiné em Lisboa, engº Júlio Semedo, ou um seu representante.

MAIS BOLSAS DE ESTUDO DO GOVERNO PORTUGUÊS

O Governo português comunicou à Guiné-Bissau que decidiu aumentar para 150 o número de bolsas de estudo anualmente concedidas a estudantes daquele país africano. As bolsas foram também aumentadas no seu valor unitário para quatro mil escudos.

Tal decisão, segundo nota governamental, tem em conta «os bons resultados» da cooperação entre os dois países. O ano passado o Governo português apenas concedera 50.

Das bolsas de estudo este ano atribuídas, 50 destinam-se a sectores das pescas e da saúde. Poderão ser bolseiros em Portugal no âmbito deste programa estudantes e quadros em, parabásicos ou especializações.

Comunidade Islâmica contra Lei da Nacionalidade

O presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa, Suleiman Valy Mamede, enviou uma exposição ao Presidente da República na qual solicita a revisão de legislação actual sobre a nacionalidade portuguesa.

Na exposição o Decreto-Lei 308/A/75 é classificado de «monstruosidade jurídica», pois «impõe uma nacionalidade estrangeira a cidadãos que querem continuar portugueses».

Segundo Valy Mamede, a aplicação daquele decreto aos retornados das ex-colónias, entre os quais se contam muitos muçulmanos, «tem em vista praticar uma verdadeira discriminação racial».

Dentro de treze anos seremos 11 milhões

Haverá mais dois milhões de portugueses no ano de 1990, de acordo com dados divulgados pelo Núcleo de Planeamento da Secretaria de Estado do Ambiente, o que elevará a população para um total de 11 milhões de pessoas.

Segundo a SEA, para enfrentar os problemas decorrentes do crescimento populacional, impõe-se «uma nova estratégia de desenvolvimento baseado na utilização das nossas potencialidades internas». Entre os problemas já detectados e que urge solucionar, segundo aquele grupo de trabalho, conta-se a defesa dos cursos de água, e uma distribuição mais equilibrada da população entre o litoral e o interior do País.

Publicitários contestam Roque Lino

A comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores da Publicidade divulgou um comunicado em que contesta a posição do secretário de Estado da Comunicação Social sobre a criação da Empresa Pública de Divulgação e Informação Publicitária (EPDIP) e sobre as empresas publicitárias participadas.

A comissão recorda que no programa do Governo está explícita a criação de uma empresa pública de publicidade perguntando, a propósito da alusão de Roque Lino aos riscos políticos que a criação da EPDIP traria», se é mais fácil ao Governo, seja ele qual for, orientar num sentido político as suas acções no campo publicitário ou encomendar essas acções às empresas privadas sem qualquer controlo».

Os publicitários manifestaram ainda a sua estranheza perante a SECS que rejeita um projecto que resolve sem encargos adicionais para o Estado, o problema do desemprego num sector de actividade quando o País se debate com uma taxa elevadíssima de desemprego.

Angola protesta contra relevo dado a declarações da UNITA

A cobertura dada por jornais portugueses — nomeadamente o jornal oficioso e estatizado «Diário de Notícias» — a declarações fantasiosas de um indivíduo da UNITA, Jorge Sangumba, provocou um protesto da República Popular de Angola.

O protesto foi apresentado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Jorge, que para o efeito chamou o embaixador de Portugal em Luanda, dr. Sá Coutinho.

Entre outras afirmações consideradas graves pelo Governo da RPA aquele membro da UNITA afirmara que a sua organização ia proclamar em território angolano uma República independente cujos limites se situariam entre a linha de caminho-de-ferro de Benguela e a fronteira Sul.

As declarações — sobretudo pelo relevo que lhe deu o jornal do Governo e um diário afecto ao Partido do Governo — foram bastante mal recebidas em Angola onde se têm feito alguns esforços no sentido da aproximação de Portugal, principalmente a partir do momento em que o próprio Presidente da República, general Ramalho Eanes, enviou a Luanda um seu emissário de confiança para manifestar ao presidente Neto o desejo português de cooperação mais frutuosa e sem ingerências.

Mais oito despedimentos na Têxtil M. Gonçalves

. Mais oito trabalhadores acabam de ser despedidos da Têxtil Manuel Gonçalves, ao mesmo tempo que, segundo uma informação sindical, aumenta o clima de terror psicológico na empresa.

Num comunicado emitido pelo Sindicato Têxtil de Delães lê-se expressamente: «Em nome da democracia, da ordem e da liberdade, a administração e o patrão Manuel Gonçalves castigam, despedem e aterrorizam os trabalhadores da empresa».

Os oito trabalhadores foram despedidos anteontem, com processo disciplinar, sob a acusação de terem sido vistos a brincar, na hora de serviço na secção onde trabalham — armazém de tecidos da tecelagem. Segundo o Sindicato, os processos, para além de enfermarem de ilegalidade são inaceitáveis com base na acusação feita.

Apesar disso a resposta do delegado do MT em Braga ao problema foi, conforme nos afirmou um dirigente sindical, de que não havia nada a fazer uma vez que «quanto a processos disciplinares só o tribunal pode sancionar contrariamente». Isto porque (segundo o mesmo dirigente) para aquele delegado «as respostas políticas acabaram: isso era no tempo do gonçalvismo».

NEGOCIAÇÕES ARRASTAM-SE

Patronato farmacêutico saudoso do passado

«O desejo do regresso ao passado por parte do patronato tem sido bem evidente. Ao recusar-se a consagrar no texto do nosso contrato regalias já adquiridas, quer nos actuais contratos do sector quer conseguidas a nível de empresas, o patronato demonstra bem que continua a sonhar com os «bons» tempos da exploração desenfreada, com os ordenados de miséria, com a retomada do poder discricionário, isto é, com o regresso do fascismo».

Esta é uma das conclusões que a comissão negociadora sindical do contrato colectivo de trabalho vertical para a indústria farmacêutica retira da forma como se estão a processar as respectivas negociações.

Segundo foi hoje revelado em conferência de Imprensa, decorridos que são 42 dias de

f000

negociações estão por acordar 95 das 118 cláusulas do contrato. As associações patronais, aliás, têm recusado incluir no texto matérias como o exercício do direito sindical nas empresas, o controlo de gestão, regulamentação das faltas, cessação do contrato de trabalho, subsídios complementares da Previdência, subsídio de alimentação e refeitórios.

Tal comportamento consubstância o que os sindicatos consideram «atitudes irrealistas, irresponsáveis e saudosistas», impedindo o normal desenvolvimento das negociações e «funcionando objectivamente como uma atitude de boicote». Pela sua parte os sindicatos têm tentado encontrar plataformas de negociação e alternativas, «atitude que esbarra sistematicamente com a intransigência da comissão patronal».

Ao pensarem na adopção possível de formas de luta, os sindicatos têm em conta a composição heterogénea do sector, dominado pelas multinacionais, e os reflexos que elas teriam nas pequenas e médias empresas nacionais. E sugerem uma alternativa, ao perguntar se «estão os pequenos e médios empresários nacionais dispostos a negociar um contrato realista e que tenha em conta a situação actual e os direitos e regalias já adquiridos, ou querem continuar na situação de meros peões do jogo da CIP e dos interesses das multinacionais?»

Responsabilizando desde já esses empresários pelas posições que os trabalhadores venham a assumir no caso de aqueles persistirem «na sua acção antipatriótica e antinacional», os sindicatos mostram-se «firmemente decididos a conseguir um contrato que corresponda minimamente aos desejos» de todos quantos trabalham no sector.

SABIOL: DESPEDIMENTOS

O encontro com a Imprensa, efectuado esta manhã, possibilitou à direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos dar a conhecer os «processos repressivos» que levaram ao despedimento de dois trabalhadores na Sabiol-Sociedade Agro-Biológica e à instauração recente de um processo disciplinar que visa idêntica finalidade.

Os trabalhadores mais combativos da empresa são o alvo de tais medidas, perante a «complacência da maioria dos trabalhadores e com a conivência activa de uns poucos», segundo o Sindicato. Um dos empregados despedido era delegado sindical. Outro, Vitorino da Costa, processado disciplinarmente por ter feito uma intervenção no encontro nacional do sector em 23 de Abril.

A propósito destes factos, comenta a direcção do Sindicato:

«O que se passa presentemente na empresa já há longo tempo o previamos e fizeramos sentir aos trabalhadores na única vez que nos foi possível contactá-los. Está nas mãos de todos os trabalhadores da indústria e comércio farmacêuticos, e muito especialmente dos da Sabiol, travar os processos repressivos na empresa, solidarizando-se com o camarada Vitorino e exigindo a reintegração dos já despedidos».

Direcção unitária nos despachantes

Com mais de 52 por cento dos votos expressos, a lista «B», unitária de esquerda, ganhou ontem as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Ajudantes de Despachante Oficial, Despachantes Privativos e Agentes Aduaneiros, derrotando as suas duas opositoras em todas as mesas de voto.

As eleições registaram a maior afluência de sempre (cerca de 58 por cento), tendo votado 1343 sócios. Os resultados apurados são os seguintes: lista «B» («Na Unidade, no Trabalho, o Teu Sindicato»), 694 votos; lista «A», 585 e lista «C», 55.

EFACEC-INEL

Despedimentos mobilizam para sexta-feira

. Os trabalhadores da Efacec-Inel deverão realizar na sexta-feira, no Instituto Superior de Economia, um plenário com vista a discutirem a situação criada pelo despedimento colectivo de 11 dos 12 membros da Comissão de Trabalhadores.

A decisão foi anunciada, esta manhã, em conferência de Imprensa realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos de Trabalhadores e à qual compareceram diversos elementos de órgãos representativos de outras empresas, por se «tratar de uma ofensiva generalizada do patronato reaccionário».

Depois de plenários efectuados quando foi anunciada a medida contra os elementos da CT, tinha sido dado o prazo de uma semana para serem revistos os processos de despedimento dos trabalhadores. No entanto, em reunião ontem efectuada, a Direcção da Efacec-Inel recusou-se a receber a CT de Lisboa, avistando-se somente com as das outras três unidades.

Nesse encontro, a Direcção afirmou, de acordo com os elementos fornecidos esta manhã, que «não havia despedido nenhum trabalhador enquanto membro da CDDT, o que, além de ridículo é manifestamente falso se tivermos em conta os despachos de despedimento».

O único membro da Comissão de Trabalhadores que não foi alvo de despedimento (o que evidencia o divisionismo pretendido pela Direcção da empresa), manifestou esta manhã a sua solidariedade com os despedidos, enquanto afirmava a sua convicção de que no plenário de sexta-feira os trabalhadores saberiam encontrar as forças de luta adequadas à presente situação.

Na conferência de Imprensa foi denunciada toda a situação da Efacec-Inel, onde, por exemplo, neste momento se encontram 70 trabalhadores inactivos no sector de montagens industriais e igual número de elevadores. Ao mesmo tempo, segundo foi apontado, foram reduzidos os «stocks» «para níveis próximos de zero, o que não permite responder às necessidades que a cada momento se põem no sector» e existe «deficiente equipamento de ferramentas pesadas e as que se vão deteriorando ficam num estado tal que 50 por cento estão irrecuperáveis».

Quanto aos despedimentos, no essencial a Direcção visaria «aumentar a hierarquia que se encontrava desmobilizada; pressionar o Governo a elaborar legislação que espartilhasse as actividades das CT's; despedimento de 200 trabalhadores; pressionar o Governo a pôr termo à retroactividade de aumentos de vencimentos; fazer chantagem com o Governo ameaçando cancelar o investimento caso este não legislasse no sentido do capital privado ter as condições que lhe permitisse voltar às taxas de lucro de antes de 25 de Abril».

COMÉRCIO EXTERNO

Federação desconfia da composição do "Conselho"

A Federação dos Sindicatos do Comércio considera imprescindível a presença de representantes sindicais dos «sectores com maior preponderância na balança comercial» no Conselho Nacional do Comércio Externo.

Classificando, embora, de «positiva», a iniciativa do Governo, ao querer dotar o País com um órgão «aberto à discussão», ainda que «sujeito a um mero papel consultivo», a Federação afirma não poder aceitar «o papel de exclusividade que lhe foi atribuído», pois «os trabalhadores do comércio não são os únicos (ou sequer os principais) interessados pela definição e efectivação prática do comércio externo».

Os sindicalistas federados manifestam ainda apreensão face ao critério escolhido para designar os membros do Conselho.

Em comunicado à Imprensa, eles sublinham: «Não decorre de qualquer lógica que, por um lado, se tenham omitido, quer os representantes da estrutura sindical máxima — a CGTP — Intersindical Nacional — quer os dos sindicatos de sectores como os têxteis, metalúrgicos, electricistas, químicos, corticeiros, conserveiros e outros.»

Segundo a Federação do Comércio, o contrasenso é tanto maior, quanto, pelo lado do patronato se verifica que não só foram cobertos todos os sectores, como ainda se fizeram «nomeações sobrepostas», como é o caso da Confederação do Comércio e das duas Associações por ela representadas.

RIOPELE

Delegados sindicais sujeitos a coacção

. Segundo um comunicado difundido pela Comissão de Delegados Sindicais da Fábrica Têxtil Riopele (Pousada de Saramagos, Famalicão), a entidade patronal daquela empresa mantém os trabalhadores sob coacção, recusando-se ao diálogo quanto à readmissão de doze operários suspensos em Fevereiro.

Denuncia a Comissão Sindical que, apesar de todas as diligências, quer junto da Secretaria de Estado do Trabalho, quer junto da delegação de Braga do MT, não foi possível resolver ainda a situação daquela duzia de trabalhadores suspensos após a adesão a uma paralisação nacional do sector Têxtil. O assunto é empurrado de um lado para outro e os trabalhadores continuam na rua.

Enquanto isto, na empresa, os delegados sindicais estão proibidos de proceder à cobrança das quotas sindicais sob pena de serem despedidos. E mais: existe uma «comissão de luta» arranjada pela entidade patronal com objectivo de «vigiar» a actuação dos delegados sindicais...

Em ALVALADE-SADO o DIÁRIO DE LISBOA está à venda na PAPELARIA MARIA ADELAIDE

Caso da Algot portuguesa será discutido na Suécia

O caso da multinacional «Algot» e da sua fábrica portuguesa de Balazar (Póvoa do Varzim) será abordado amanhã numa reunião a efectuar em Boras, na Suécia, segundo informação prestada pelos sindicatos e pela USP/CGTP.

Nessa reunião, em que participarão um representante da Administração, Gote Johansan, e o administrador de falência, estará especialmente em relevo o futuro daquela fábrica portuguesa que, como temos noticiado, poderá ser arrastada para uma situação difícil em virtude da falência de empresa-mãe sueca.

Recorde-se que a Direcção da fábrica de Balazar, à frente da qual se encontram membros da família Algot, fundador da multinacional, pretende, bem como os próprios trabalhadores, a continuação da laboração e o envio das vultosas encomendas que só a unidade portuguesa pode executar. Este problema, que exige intervenção diplomática e participação dos Governos, conforme tem sido salientado pelos trabalhadores de ambos os países, está a criar graves dificuldades aos 1200 trabalhadores da unidade de Balazar pelo facto de ainda não lhes terem sido pagos os salários de Junho, embora continuem a trabalhar.

As dificuldades, segundo os sindicatos, estão agora nas demoras burocráticas entre o MIT e a Secretaria de Estado do Emprego. Novas diligências vão ser feitas amanhã e depois em Lisboa pelos sindicatos e pela Comissão Sindical da «Algot» portuguesa.

Entretanto, na reunião de amanhã, na Suécia, os sindicatos portugueses serão representados pelos seus congéneres suecos, cuja colaboração tem sido estreita no desenrolar deste problema.

CCTV DAS MADEIRAS

50 escudos é pouco

Ao fim de vinte meses de negociações, os sindicatos ligados ao contrato colectivo de trabalho vertical da indústria de madeiras, que abrange 300 mil trabalhadores, foram «contemplados» com uma proposta de tabela salarial apresentada pelo Ministério do Trabalho que envolve um aumento médio de 50 escudos em relação aos salários já praticados. Por isso a rejeitaram, buscando neste momento uma «solução pacífica» para o problema.

«Não tomaremos outras atitudes antes de esgotar o diálogo», afirmaram ontem à Imprensa os representantes dos 16 sindicatos interessados, que haviam reunido na véspera para exigir de novo a «publicação urgente de todo o clausulado acordado e da portaria de regulamentação do trabalho com as tabelas salariais propostas pelos sindicatos».

Segundo foi revelado, a proposta do Ministério, «miserável» e «provocatória», não beneficiaria grande parte dos trabalhadores, nomeadamente no distrito de Lisboa, pois estes estão a ganhar acima da tabela proposta.

Os sindicatos aguardam a realização de um próximo encontro com o secretário de Estado do Trabalho para ventilar a questão.

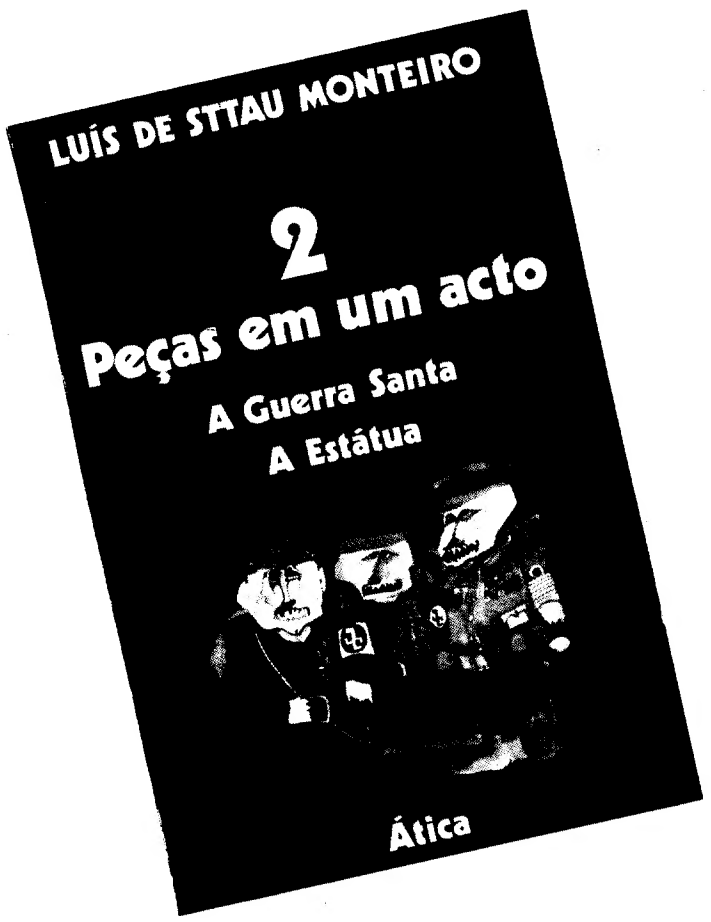
Registos e notariado contra a "Lei das Bases"

A «Lei das Bases» não pode ser aprovada pelos trabalhadores da Função Pública, neste caso especial pelo pessoal de Registos e do Notariado, afirma em comunicado o respectivo Sindicato.

O «não» resulta de efeitos legais a que conduziria a lei, se definitivamente aprovada, entre os quais a continuação de «grandes discriminações entre os trabalhadores, a falta de garantias de ingresso ou de acesso, a não indemnização quando, ao fim de três anos se verifique que eles, os trabalhadores, «não servem».

Esta tomada de posição para com o anteprojecto entregue pelo secretário de Estado da Administração pública resulta ainda de outras considerações formuladas pelo Sindicato dos Registos e Notariados da Zona Sul e Ilhas. De acordo com a parte sindical, tal lei, da maneira como o Governo a formulou, «não garante a formação ou alargamento de quadros, não assegura independência nem objectividade nas classificações e permite que os trabalhadores sejam colocados noutros serviços ou noutros Ministérios contra a sua vontade».

Em conclusão, o anteprojecto «não só não dá mais regalias aos trabalhadores, como pretende suprimir-lhes algumas já existentes».



"A Guerra Santa", d

Prefácio do autor à 2.ª edição de "2 Peça

. Tendo escrito estas duas peças em Junho e Julho de 1965, entreguei-as ao meu editor em Janeiro de 1966 e pedi-lhe que as atirasse para a rua o mais rapidamente possível.

Assentava a minha pressa na convicção em que estava de que urgia levantar o problema das guerras coloniais, mas não era esse o meu único objectivo: entendia eu em 1966 __ e ainda hoje o entendo __ que se impunha chamar a atenção do País para o papel então desempenhado pelo Exército na defesa das estruturas fascistas.

Poucos dias depois de ter recebido o original, o meu editor __ pessoa, aliás, que muito estimo e a quem muito devo __ chamou-me, francamente apavorado, e tentou dissuadir-me de editar A Guerra Santa e A Estátua, argumentando, com o bom senso que preside a todas as suas decisões, que o livro ia ser apreendido e que eu ia pagar muito caro a ousadia de tentar ridicularizar um Exército todo-poderoso que todos, então, consideravam empenhado na continuidade das guerras de África. Argumentei como pude, tentando fazer-lhe ver que o bom senso é uma arma de dois gumes, susceptível de justificar todas as covardias, mas a sua decisão estava tomada: a Ática não editaria as minhas Peças em Um Acto e o seu director, pela amizade que me tinha, aconselhava-me a metê-las numa gaveta bem fechada. Nem estranhei a decisão nem a levei a mal porque entendi o seu problema. Pôr em causa a legitimidade das guerras de África em 1966 era cometer suicídio, como o era admitir que uma guerra possa atrasar a passagem dum estágio a outro do processo histórico, mas que não possa deter ou alterar esse processo. Para o meu editor, a publicação das minhas peças não passaria duma aventura economicamente desastrosa, que nem sequer seria justificada pela hipotética influência que o livro pudesse vir a exercer sobre os seus leitores, já que o volume não estaria mais de oito dias nas montras das livrarias. O tempo veio, aliás, dar-nos razão a ambos: o livro foi apreendido, mas as guerras de África chegaram ao seu termo e até contribuíram para a aceleração do processo que veio pôr termo ao fascismo português.

Alguns meses depois de tomar conhecimento da decisão do meu editor, fui procurado pelo José Manuel Alves do Rio, então sócio da Minotauro, que me perguntou se eu tinha algum original para a sua editora. Falei-lhe das Peças em Um Acto e disse-lhe que a Ática as não queria editar por recear que elas fossem apreendidas. O José Manuel Alves do Rio, não sei se mais por curiosidade do que por qualquer outro motivo, pediu-me o original e, dias depois, convocou-me para uma reunião, a que fui certo de que a sua argumentação seria sensivelmente igual à do editor anteriormente consultado. A reunião teve lugar no bar do Hotel Florida, julgo que no princípio do Verão de 1966, e decorreu em termos bem diferentes dos que eu imaginara. O José Manuel Alves do Rio afimou-se disposto a editar as peças apesar de «inevitavelmente destinadas a serem apreendidas», mas afirmou-se convicto de que eu ia ser alvo dos ataques da «gente do costume», embora não acreditasse na minha prisão, por entender que essa mesma gente hesitaria em prender um escritor sem qualquer fundamento que não fosse o de ele ter escrito duas peças «discordantes». Na sua opinião, aliás, a peça verdadeiramente perigosa não era A Guerra Santa, mas A Estátua. Tive ocasião, mais tarde, no decorrer dos interrogatórios, de verificar que esta opinião era partilhada por um agente da PIDE, que me afirmou ter sido um erro político prender-me por ter escrito A Guerra Santa e não por ter escrito A Estátua.

Ficou combinado que o voluma seria editado em Novembro, por se entender que era difícil vender livros no Verão, e que se impunha vender o maior número possível de exemplares das minhas peças antes de elas serem apreendidas.

Não sei ao certo o que se passou depois desta reunião, mas julgo que o José Manuel Alves do Rio se desligou da Minotauro porque, a partir de então, não voltei a contactar com ele.

Em meados de Setembro, tendo terminado o prefácio que antecedeu a 1.ª edição das peças __ prefácio que não foi publicado na íntegra para não chamar a atenção da PIDE para o livro __ e tendo ultimado a revisão dos textos, li-as e discuti-as em casa do meu amigo Rogério Paulo e um pequeno grupo de amigos. A discussão arrastou-se até de madrugada, sendo todos de opinião que era urgente publicá-las, embora as opiniões divergissem acerca do meu destino eventual: uns afirmavam que eu ia ser preso e outros que não, alegando estes últimos que «eles» não quereriam reconhecer-se oficialmente retratados nas peças.

O Rogério Paulo fez ainda, acerca do final de A Estátua, algumas sugestões que julgo inútil citar aqui por me referir a elas no prefácio que escrevi para a primeira edição e que também consta desta.

Saí de casa de Rogério Paulo apreensivo e apreensivo aguardei o lançamento do livro, que foi, finalmente, posto à venda no dia 11 de Novembro de 1966.

Três ou quatro dias mais tarde, tive as primeiras informações acerca das vendas: o livro estava a vender-se tão bem que os responsáveis pela Minotauro tinham resolvido lançar imediatamente uma segunda edição.

No dia 17 de Novembro __ dias depois de o livro ter chegado às livrarias __ comecei a receber as primeiras chamadas telefónicas insultuosas e as primeiras cartas anónimas, sinal de que as peças estavam a ser lidas. Estas cartas __ todas elas metidas no correio dos Restauradores e escritas em papel igual __ davam-me também a entender que as peças tinham chegado à PIDE e que a minha «guerra santa» pessoal ia começar.

No dia seguinte, de manhã, efectivamente, ao chegar à Livraria Divulgação, notei um movimento desusado na rua e, quando entrei na livraria, fui informado de que o livro tinha sido apreendido e de que a tipografia incumbida de imprimir a segunda edição havia sido assaltada durante a noite por indivíduos que tinham destruído a composição e preso alguns tipógrafos.

Nessa mesma noite fui procurado por amigos, que me aconselharam a sair do País o mais rapidamente possível, e, a partir dessa data, nunca mais deixei de receber conselhos nesse sentido. Forçado a tomar uma decisão, resolvi ficar, por entender que um escritor é física e pessoalmente responsável pelo que escreve e não pode atraiçoar a sua obra fugindo às responsabilidades que nela assume. Acrece que, tendo eu escrito A Guerra Santa e A Estátua com um objectivo político definido, tinha de aproveitar todas as oportunidades para o alcançar.

Os dias foram passando, porém, sem que nada me acontecesse, e alguns dos meus amigos chegaram, mesmo, a admitir a hipótese de que «eles» se tinham dado por satisfeitos com a apreensão do livro.

No dia 23 de Novembro fui jantar a casa do meu amigo Francisco Veloso, e tanto ele como a mulher exprimiram a opinião de que nada me aconteceria, afirmando que, se «eles» me quisessem prender, já o teriam feito. No dia 24 de Novembro, pelas dez da manhã, o Francisco Veloso telefonou-me para saber o que se passava, e ao saber que eu continuava em liberdade voltou a afirmar-se convencido de que o assunto estava encerrado. Recebi esta chamada num escritório em que então trabalhava e, poucos minutos depois de ter pousado o auscultador, fui avisado de que havia indivíduos suspeitos nas imediações do prédio. Por volta do meio-dia a recepcionista do escritório informou-me de que estavam no corredor dois agentes da PIDE que pretendiam falar comigo. Telefonei para casa e para o escritório do dr. Abranches Ferrão a fim de pôr a minha família e o meu velho e querido amigo a par dos acontecimentos, e meia hora mais tarde estava já na Rua António Maria Cardoso, aguardando o primeiro dos inúmeros interrogatórios a que ia ser sujeito.

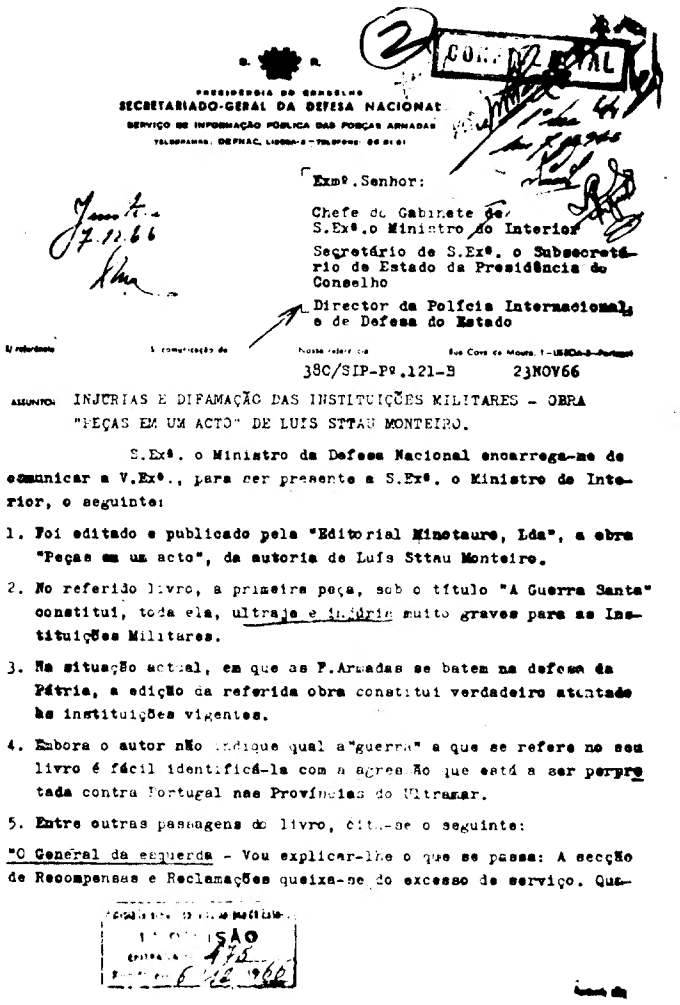
Não escondo que encarei o inspector Abílio Pires, já meu conhecido duma prisão anterior, com uma certa curiosidade: que diabo é que ele me iria perguntar?

. A táctica usada não foi a da pergunta imediata, porém, mas a da conversa «compreensiva». Declarando ter achado graça à peça, o inspector, incumbido de me arrancar confissões tenebrosas, pediu-me «para ter a coragem de dizer francamente que a peça tinha por objectivo criticar o Exército e minar o moral das tropas que se batiam no Ultramar», o que, em seu entender, constituía uma traição à Pátria que se batia, segundo ele, numa guerra necessária à própria sobrevivência do País.

Respondi-lhe que a acção da peça não estava localizada, que nenhum dos exércitos retratados caricaturalmente se podia comparar ao nosso e que, de qualquer forma, Portugal não estava em guerra no sentido técnico da palavra.

Acrescentei desconhecer qualquer lei que me impedisse de escrever peças de teatro sobre guerras generais, soldados ou ministros.

Já no fim deste primeiro interrogatório, o agente da PIDE, não sei se por táctica se por convicção, afirmou que a minha prisão por ter escrito A Guerra Santa tinha sido um erro político, porque, no entender da PIDE, eu devia ter sido preso por ter escrito A Estátua, e acrescentou, para pôr termo



SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA DAS FORÇAS ARMADAS

Exmº. Senhor:

Chefe do Gabinete de S.Exª.o Ministro do Interior
Secretário de S.Exª. o Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho
Director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado

38C/SIP-Pº.121-B 23NOV66

ASSUNTO: INJÚRIAS E DIFAMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MILITARES - OBRA "PEÇAS EM UM ACTO" DE LUÍS STTAU MONTEIRO.

S.Exª. o Ministro da Defesa Nacional encarrega-me de comunicar a V.Exª., para ser presente a S.Exª. o Ministro do Interior, o seguinte:

1. Foi editado e publicado pela "Editorial Minotauro, Lda", a obra "Peças em um acto", da autoria de Luís Sttau Monteiro.
2. No referido livro, a primeira peça, sob o título "A Guerra Santa" constitui, toda ela, ultraje e injúria muito graves para as Instituições Militares.
3. Na situação actual, em que as F.Armadas se batem na defesa da Pátria, a edição da referida obra constitui verdadeiro atentado às instituições vigentes.
4. Embora o autor não indique qual a "guerra" a que se refere no seu livro é fácil identificá-la com a agressão que está a ser perpetrada contra Portugal nas Províncias do Ultramar.
5. Entre outras passagens do livro, cita-se o seguinte:

"O General da esquerda - Vou explicar-lhe o que se passa: A secção de Recompensas e Reclamações queixa-se do excesso de serviço. Que-

SÃO

«Fac-simile» da primeira e última páginas do ofício de 23 de Nove à 2.ª edição de «2 Peças em um Acto», aqui reproduzido na íntegra.

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

Está prestes a ser discutida na Assembleia da República a nova Lei da Reforma Agrária.

Estas e outras leis são de indiscutível interesse para as massas trabalhadoras, pois podem significar que as conquistas por estas tão duramente alcançadas venham a ser destruídas.

É preciso termos plena consciência de que a Reforma Agrária não é assunto que diga exclusivamente respeito aos trabalhadores alentejanos e ribatejanos.

Obra destes e por eles heroicamente defendida, a Reforma Agrária, como garantia de um desenvolvimento económico e social independente e progressivo, diz respeito a todo o povo trabalhador que para com os seus heróicos obreiros trabalhadores rurais, pequenos rendeiros e pequenos e médios agricultores, ameaçados pela actuação do Barreto e Portas, deve reafirmar a sua total solidariedade.

Neste sentido e para discussão da proposta de Lei do Governo (lei Barreto) e o Projecto-Lei n.º 66/1, a direcção convoca todos os delegados sindicais para um plenário a realizar na próxima quinta-feira, dia 14/7, pelas 18 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Discussão da Lei da Reforma Agrária.**
2. **Informações sobre a PRT/Metalurgia e Metalomecânica.**

Recordamos a todos os delegados sindicais que deverão utilizar as horas facultadas pela Lei Sindical (Decreto-Lei 215-B/75), para que possam estar presentes na hora marcada.

NOTA: 1. Neste plenário estará presente um activista sindical da zona da Reforma Agrária.
2. Os textos da proposta e projectos em discussão podem ser levantados pelos Delegados Sindicais na sede e delegações do Sindicato.

– AVANTE PELA REFORMA AGRÁRIA!
– UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

A DIRECÇÃO

de Luís de Sttau Monteiro

eças em um Acto"

Luís de Sttau Monteiro, autor de «A Guerra Santa»

ao interrogatório, que «nada me podia salvar» porque eu tinha-me metido com o Exército.

Passei essa noite numa cela da cadeia de Caxias e, no dia seguinte, voltei a ser interrogado. Não posso dizer ao certo quantas vezes fui interrogado nesta primeira fase da formação do meu processo, mas sei que estive cerca de um mês em isolamento e que, certo dia, fui informado de que estava preso à «ordem das autoridades militares» por ser militar.

Confesso que esta mobilização tardia me surpreendeu.

Tendo terminado a minha inglória carreira militar, como alferes miliciano, mais de vinte anos antes da minha prisão, e tendo à data da mesma, 41 anos de idade sem que nos últimos vinte anos tivesse recebido do Exército um postal que fosse a relembrar o extinto vínculo disciplinar, pareceu-me extremamente curioso que se tivessem lembrado de me mobilizar no preciso momento em que, estando eu preso e tendo revelado o meu horror às armas, me acusavam de ter traído a Pátria.

Manifestei esta estranheza, que ninguém me poderá levar a mal, e fui imediatamente informado de que a minha prisão partira duma iniciativa do Ministério da Defesa Nacional e não da própria PIDE, mas que as autoridades militares preferiam passar despercebidas a fim de que o odioso da prisão caísse sobre a PIDE, que tinha as costas largas.

Como que desejosos de se escapulirem à responsabilidade da minha prisão, os agentes mostraram-me um documento comprovativo do facto alegado, um ofício datado de 23 de Novembro de 1966, assinado pelo general Deslandes, em que este chamava a atenção da PIDE para as minhas peças e para a gravidade do crime que eu pretensamente cometera, afirmando que o meu caso, a não ser severamente punido, constituiria um exemplo de impunidade sério, particularmente pernicioso. Sua Excelência o senhor general Deslandes insinuava, ainda, que estavam a ser difundidas outras publicações de carácter pacifista e estranhava que a PIDE se limitasse a apreendê-las...

A leitura deste ofício mostrou-me claramente que eu pusera o dedo numa das grandes feridas do País — o Exército, que o Movimento das Forças Armadas viria a reabilitar, para usar a feliz expressão do senhor general Spínola, oito anos depois da minha prisão.

A sua leitura revelou-me, ainda, que eu fora e continuava a ser uma bola que nenhuma das equipas queria para si e que ambas se empenhavam em chutar para o campo da outra, por motivos evidentes.

Se o Exército entendia que eu era militar, porque diabo é que pedira à PIDE para me prender?

Tivesse eu lido o ofício do general Deslandes com mais atenção e teria entendido, em Dezembro, o que só vim a entender em Janeiro — é que, nesse ofício, Sua Excelência o secretário-adjunto da Defesa Nacional não fazia qualquer referência à minha alegada qualidade de militar porque nunca lhe tinha passado pela cabeça que eu a tivesse. O que Sua Excelência o senhor general Deslandes pretendia era que eu fosse preso pela PIDE e julgado no plenário, sem que alguém pudesse acusar o Exército de me ter denunciado ou de ter dado um passo para que eu fosse preso e julgado...

Só ao verificar que os tribunais civis me não inculpariam — nem podiam, legalmente, inculpar — é que Sua Excelência e os seus pares encontraram, não sei em que escolástico baú o argumento que lhes permitiu classificar-me de militar, vinte e tal anos depois de eu ter cumprido o serviço militar obrigatório...

A raiva que Sua Excelência e os seus pares me tinham era tal que nem se importaram de desmascarar o jogo ao ver que a manobra inicial falhara, porque não há dúvida de que a sua intenção era, inicialmente, a de me denunciarem à PIDE, deixando que ela me prendesse e fizesse julgar pelas autoridades civis, enquanto eles permaneciam aristocraticamente fora do processo, oficialmente alheios a tudo o que acontecesse.

Julgo só ter entendido em meados de Janeiro o que me estava a acontecer e que, até lá, não dei muito crédito às informações obtidas. Em meados de Dezembro soube que a Minotauro tinha sido encerrada definitivamente no princípio do mês e a notícia preocupou-me por revelar que os meus inimigos tencionavam, efectivamente, fazer do meu caso um exemplo para todo o País, como aliás, fora pedido, já depois de eu estar preso, em plena Assembleia Nacional, pelo atento e valente deputado Cazal-Ribeiro, cuja actividade me inibo de comentar aqui por ele se encontrar preso — tenho, como se vê, da honra e da coragem, um conceito bem diferente daquele que sempre inspirou a actuação desse corajoso e patriótico comerciante de gás engarrafado.

Como já disse, não sei exactamente quanto tempo estive isolado na cadeia de Caxias. Lembro-me de ter passado no isolamento o dia de Natal, e como sei que a 18 de Janeiro fui oficialmente colocado à disposição das autoridades militares, calculo que a minha transferência para o reduto sul dessa cadeia tenha tido lugar por essa altura.

Nunca poderei esquecer, aliás, o primeiro passeio que dei no pátio do reduto sul com os meus camaradas de sala. Todos os presos estavam à janela, e como eu conhecia pessoalmente muitos deles e era companheiro de luta de todos eles, esse passeio teve o carácter dum encontro entre camaradas de combate e acabou de vez com a depressão que eu adquirira no isolamento.

Em data que já não posso precisar — julgo que lá para os fins de Janeiro — fui informado de que ia ser interrogado pelas autoridades militares, e daí a minutos fui levado, com um aparato bélico que noutras circunstâncias me teria divertido, ao Quartel Militar de Lisboa, onde fui interrogado por um oficial que me disse ser professor de balística da Academia Militar. Não me recordo do nome deste oficial, mas lembro-me perfeitamente de que a sua grande preocupação consistiu, neste primeiro interrogatório, em compreender os motivos que me levavam a não gostar do Exército, instituição a que ele atribuía todas as virtudes e de que tinha um conceito quase medieval. Para ele, o Exército era constituído por leais e corajosos cavaleiros que se batiam, senão por suas damas, pelos menos por suas bandeiras, e que, nos intervalos dos combates, se dedicavam à prática de salutares desportos fomentadores da honra individual. Não havia, para o meu inquisidor, carreira que se comparasse à das armas, e as perguntas que me fez revelaram uma inocência evangélica que ainda hoje me faz sorrir. Quando lhe afirmei que até gostara do serviço militar, que conhecera oficiais muito dedicados e que nada tinha contra os militares como pessoas, ficou visivelmente aliviado e perguntou-me se eu queria beber um uísque...

Os interrogatórios que se seguiram foram muito semelhantes ao primeiro — o meu inquisidor queria por força converter-me à ideologia da Távola Redonda e eu tentava explicar-lhe que o meu problema nada tinha a ver com cavaleiros medievais, com códigos de honra ou com garbosas e disciplinadas manifestações de brio militar.

Tivesse eu sido interrogado por Sua Excelência o senhor general Deslandes, que sabia muito bem ao que eu andava, e as coisas teriam decorrido de outra forma...

Em Março, o meu velho e querido amigo dr. Abranches Ferrão que, entretanto, andara de tribunal em tribunal e de repartição em repartição à procura do meu processo, sem que lhe fosse facultado, pela simples razão de que Sua Excelência o senhor ministro ou da Defesa ou da Guerra — sei pouco dessas coisas — o tinha sobre a sua secretária, resolveu recorrer ao «habeas corpus» numa tentativa de me arrancar aos meus carcereiros.

Redigido pelo dr. Abranches Ferrão, mas estudado por ele e pelo dr. Salgado Zenha, a quem também estou preso por laços duma já antiga amizade, o pedido do «habeas corpus» deu entrada no Supremo Tribunal de Justiça sem outro resultado que não fosse o de provocar um acórdão, datado de 17 deste mês, que não hesito em classificar de precioso pela isenção e pelo espírito de justiça que revela. Suas excelências os senhores juízes Henrique Dias Freire, Fernando Bernardes de Miranda, Francisco Soares, Adriano Vera Jardim e José Carlos Ribeiro de Almeida, revelando uma capacidade de argumentação escolástica a todos os títulos notável, concluíram que eu era mesmo militar por ter cometido um crime militar e que, por esse motivo, não podia requerer o «habeas corpus», apenas aplicável a civis.

Quando, seis meses mais tarde, os tribunais militares chegaram à tardia conclusão de que eu, afinal, não era militar, os dignos juízes que acordaram em me recusar o «habeas corpus» devem ter ficado muito surpreendidos — será que se sentiram «apunhalados pelas costas»? Ao saber que me fora recusado o «habeas corpus», resignei-me: não tinha outro remédio senão ser julgado como militar. Tinha, mesmo, de participar na inconcebível farsa que os encenadores fascistas pretendiam pôr em cena para que o meu caso se transformasse no exemplo que o senhor deputado Cazal-Ribeiro e os seus correligionários pretendiam dar ao País.

Tomei, então, a decisão inabalável que me permitiu resistir a todas as pressões a que fui sujeito nos meses que se seguiram: se ao escrever as peças eu pusera o dedo numa ferida suficientemente grave para provocar aquela repugnante farsa de que era participante involuntário, ao ser julgado poria a descoberto todo o jogo da justiça fascista e explicaria em termos claros e ine-

Continua na pág. 12

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
SECRETARIADO-GERAL
DEFESA NACIONAL

9. O Título XII, "Da defesa nacional", art.53, da Constituição Política da República Portuguesa, estabelece:

"O Estado assegura a existência e o prestígio das instituições militares de terra, mar e ar ....."

10. O Decreto-Lei nº.12.008, de 29 de Julho de 1926, artigo 10º, diz:

"É proibido sob pena de prisão correcional e multa correspondente, ...pôr à venda ou vender, ou por outra forma espalhar pelo público ..... quaisquer impressos que contenham ultraje às instituições ....."

11. Considera-se que o presente caso, a não ser severamente punido, constituirá exemplo de impunidade séria e particularmente pernicioso na presente situação. Acresce que outras publicações, algumas de origens insuspeitas, com carácter pacifista e contrárias ao estipulado na Constituição, artigo 54, têm vindo a ser difundidas entre o público sem outra sanção - ao que parece - além da simples apreensão.

Com a maior consideração,

A Bem da Nação

O SECRETÁRIO ADJUNTO DA DEFESA NACIONAL

Venâncio Augusto Deslandes
General

Novembro de 1966 citado pelo dramaturgo no texto do prefácio ra.

vamos para todo o lado

Lisboa R. Pascoal de Melo, 47
R. D. Estefânia, 47
(5.000 m2 de exposições)

Porto R. de Camões, 215 - 223
R. Dr. Alfredo Magalhães, 5
(1.200 m2 de exposições)

3.ª SEMANA cinebolso

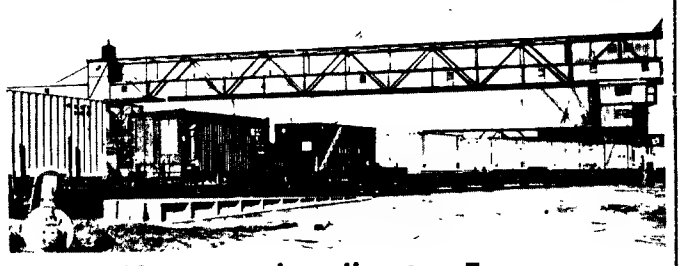
INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS
ESTE FILME CONTÉM CENAS EVENTUALMENTE CHOCANTES
uma comédia de JOHN THOMAS

NA PONTA DO SEXO
A BOUT DE SEXE

RICHARD DARBOIS · ANNE VAREZE

TALMA FILMES EASTMANCOLOR

Transporte de grandes contentores por Caminho de Ferro



Novo serviço directo «Teco»

Transporte Expresso de contentores entre Lisboa (Santa Apolónia) e Leixões

Diariamente de Terça a Sábado

Esclarecimentos e informações:
Departamento Comercial
Largo dos Caminhos de Ferro – Lisboa-2
Telefones 864181 e 866101 a 08
Telex: FERPOL-P 12382

Caminhos de Ferro Portugueses

AOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES

MODERNA E COMPLETA INSTALAÇÃO ITALIANA PARA APROVEITAMENTO DE DESPERDÍCIO, MÁRMORE E FABRICO DE MOSAICOS DE MÁRMORE COLADO, ATRAVÉS DE RESINAS POLIESTER, ACRÍLICAS OU C/ CIMENTO.

DISCOS DE DIAMANTE, BÁSCULA, PARA 50 KG. MATÉRIA PRIMA: Cerca de 4.000 m2 de plaquetas de mármore irregulares c/ 13 e 16 m/m. EMPILHADORES DE 2,5 e 7,5 TONS., TRACTORES DE RODAS E RASTRO C/ E S/ COMPRESSORES E BALDE, BRITADEIRA DIESEL, PRENSA E GUILHOTINA HIDRÁULICA, MOTORES, FERRAMENTAS, ETC.

LEILÃO

PRÓXIMO SÁBADO, AS 11 HORAS DA MANHÃ

ABÓBODA — ESTRADA P/ POLIMA (CARCAVELOS)

(Itenerário: Carcavelos, S. Domingos de Rana e Abóboda; 4 Km.)

Por ordem dos respectivos proprietários, e por reconversão industrial, vender-se-á pela maior oferta os bens em epígrafe que se encontram

EM EXPOSIÇÃO 5.ª e 6.ª feira, das 8 às 13 e das 14 às 18 horas

TRATA E PRESTA TODAS AS INFORMAÇÕES

SOC. DE LEILÕES
AV. DUQUE DE LOULÉ Nº 1
Telfs PPC (9 Linhas)
532929 51478 532446
AFRA FILHOS, Lda

"A Guerra Santa"

Continuação da pág. 11.

quívocos o que estava a passar-se em Portugal.

Com a publicidade do meu julgamento, por outras palavras, eu conseguiria o que não conseguira com as peças apreendidas pela P. I. D. E.

Esta decisão, de que dei conhecimento à minha família, aos camaradas de cadeia e ao Dr. Abranches Ferrão, permitiu que eu adquirisse, de um dia para o outro, um novo objectivo.

Esta decisão contribuiu para dar à minha prisão ilegal uma razão de ser.

Em Abril, porém, compreendi que o meu caso não ia acabar em tribunal. Chamado ao director da cadeia — um anafado sadista cujo nome já consegui esquecer —, fui posto perante um problema novo: estaria eu disposto a não escrever fosse o que fosse sobre o que me acontecera e a não voltar a tratar de assuntos relacionados com as guerras de África, se me levassem directamente da cadeia para o aeroporto e me metessem num avião com destino à Suíça?

Declarei em termos inequívocos que queria ser julgado publicamente e que não negociava com fascistas.

Já na cela, porém, compreendi que estava prestes a ser libertado porque o meu julgamento seria mais prejudicial para o regime do que a minha libertação.

No fim de Maio fui, efectivamente, libertado sem qualquer explicação. Vim a saber, já fora da cadeia, que o tribunal militar chegara à conclusão de que eu não era, efectivamente, militar, e por isso se vira forçado a pôr termo à minha prisão, embora Sua Excelência o senhor general Deslandes e os seus correligionários continuassem a exercer pressão sobre as autoridades para que eu fosse julgado nos tribunais civis.

Vim, ainda, a saber que a Procuradoria-Geral da República não acedera por entender que não havia nas minhas peças o menor indício de culpabilidade.

Isto foi, em resumo, o que se passou em relação às duas peças contidas neste volume. Trata-se, evidentemente, dum resumo muito breve, porque me parece inútil, agora que o pesadelo acabou, relatar tudo o que me aconteceu, por causas destas peças, em 1966 e em 1967.

O que me parece útil é explicar os motivos que levam a reeditá-las, agora que o fascismo caiu e que o meu caso não pode repetir-se.

Hesitei muito, antes de autorizar esta reedição, com receio de que ela pudesse ser mal interpretada ou pudesse abrir uma brecha, ainda que microscópica, na unidade que deve vincular o povo às Forças Armadas no momento histórico que vivemos.

Entendi, porém, que esta minha preocupação não tinha razão de ser porque o Exército do 25 de Abril nada tem a ver com o Exército que me prendeu e que foi, durante anos, o principal sustentáculo do regime introduzido pelo marechal Gomes da Costa.

Se alguma coisa este Exército do 25 de Abril é produto de todos quantos combateram o regime fascista, e ao lembrar-me de que, estando eu preso, os inspectores da P. I. D. E. confessavam, enraivecidos, que muitos exemplos deste livro «andavam em África, de mão em mão», sinto-me orgulhoso de ter contribuído, ainda que modestamente, para a mentalidade que viria a transformar a minha terra, tornando-a habitável.

Mentiria se dissesse que modifiquei os meus pontos de vista ou que me tornei militarista. Mentiria se dissesse que perdi o medo. Mentiria se me afirmasse partidário da força no Poder ou, sequer, da força.

Acontece, porém, que no dia 25 de Abril as Forças Armadas passaram a ser as grandes catalisadoras da renovação da minha terra e que, enquanto exercerem essa função, enquanto se mantiveram na vanguarda da luta que é de todos nós, têm direito a toda a minha admiração e a todo o meu respeito.

Este livro é um aviso que, a partir do 25 de Abril, deixou de ter razão de ser.

Ainda estou espantado e — não o escondo — deslumbrado.

Lisboa, 4 de Junho de 1974.

Luís de Sttau Monteiro

NOTA OFICIOSA

"Fila T Especial"

O Estado-Maior-General das Forças Armadas tornou pública a seguinte nota oficiosa:

«A RTP difundiu ontem, dia 10, no programa «Fila T», alguns extractos de uma peça de teatro, na qual se fazem graves ofensas às Forças Armadas Portuguesas, através da sua hierarquia, bem como aos valores morais, que muito mais do que às Forças, pertencem à Pátria.

A divulgação dos extractos de tal peça de forma tão ampla como o foi pela RTP só se poderá compreender, no actual contexto político e social, tão diferente daquele em que há muitos anos foi escrita, como obedecendo ao propósito de macular e desprestigiar as Forças Armadas Portuguesas.

«Por tal motivo as Forças Armadas às quais o Povo português, através da sua Constituição, cometeu as mais elevadas e nobres missões, incluindo a de defenderem a nossa democracia e independência, não podem ficar indiferentes ao ultraje que as feriu, repudiando-o veementemente e deixando bem ciente que propósitos como os que decerto estão na fonte daquela transmissão televisiva, não deverão ser mais consentidos.

«Foi feita a necessária participação às autoridades competentes e exigido o imediato apuramento de responsabilidades.»

COMUNICADO DO LUMIAR

Entretanto a Comissão Administrativa da RTP emitiu a propósito o seguinte comunicado:

«1. O programa televisivo «Fila T Especial», emitido no passado domingo, dia 10, mereceu por parte do Estado-Maior-General das Forças Armadas um enérgico repúdio consoante nota oficiosa ontem divulgada.

«2. A Comissão Administrativa da RTP após o visionamento do referido programa, entende manifestar publicamente a sua total discordância com o conteúdo insultuoso de parte do citado programa.

«3. Entende ainda a Comissão Administrativa lamentar profundamente que alguns dos trabalhadores da RTP não sintam a pesada responsabilidade que lhes advém do desempenho do serviço público de televisão.

«4. Actos desta natureza pretendem pôr em causa o esforço que vem sendo empreendido pela grande maioria dos que aqui trabalham no sentido da recuperação da Empresa.

«5. Nesta conformidade, a Comissão Administrativa da RTP tomou já as medidas internas que a situação impunha.»

Sttau Monteiro comenta

Dado que a nota oficiosa do Estado-Maior-General das Forças Armadas reconhece ter sido a minha peça «A Guerra Santa» escrita num contexto político e social bem diferente do actual, parece-me inútil comentá-la.

«Só lamento que os seus autores, apesar disso, afirmem conter a peça graves ofensas às Forças Armadas Portuguesas». Se a peça foi escrita, como os autores da nota reconhecem, há muitos anos e num contexto social diferente do actual, é evidente que as graves ofensas nela contidas são dirigidas às Forças Armadas da época em que a peça foi escrita e não às actuais.

O prefácio (reproduzido nesta mesma edição do «DL») é, aliás, claro a este respeito. Oxalá seja lido pelo autor ou pelos autores da referida nota para descanso das suas consciências. Atendendo a que, desta vez, é publicado num jornal, admito que esta minha esperança se venha a concretizar.

Este «pequeno» detalhe também passou despercebido aos autores da nota da Comissão Administrativa da RTP, o que reputo natural, dado que a peça foi publicada e apreendida em 1965 e que, por isso, pode não ter chegado às mãos senão das pessoas que na época já se batiam contra o fascismo, o que pode não ser o caso de todos os componentes da referida comissão.

De qualquer forma, e apesar de o prefácio não poder suscitar dúvidas a ninguém, desejo declarar em termos claros e peremptórios que as actuais Forças Armadas — as do 25 de Abril de 1974 — não são visadas nesta peça editada em 1965, que se dirigia unicamente às Forças Armadas de então. Pelo contrário, e apesar da sua confiança no 25 de Abril e na irreversibilidade das suas consequências, é o autor que justamente tem agora razão para ficar alarmado e desgostoso.

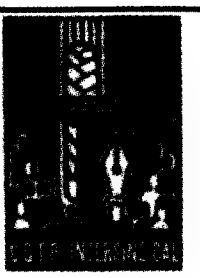
LUÍS DE STTAU MONTEIRO

CURSOS
DE FÉRIAS

Estão abertas as matrículas até 21/7 para cursos de Perfuração Verificação. Sistemas: IBM e UNIVAC. Início nos cursos 22/7. Estágio grátis após os cursos.

Informações e Matrículas no:
EXTERNATO CONTINENTAL
Tel. 325652—R. do Arsenal, 100,1.º

Em ALJUSTREL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFE ALIANÇA



PLENÁRIO DA C. G. T. P.—IN ABERTO A TODOS OS SINDICATOS

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 34.º dos Estatutos, convoca-se o Plenário da CGTP-IN, para reunir extraordinariamente, no dia 16-7-77 pelas 10.00 horas no salão da «Voz do Operário» na Rua Voz do Operário n.º 13 em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. — Análise da situação político-sindical
— Perspectivas de actuação
2. — Reforma Agrária
— Análise da actual situação
— Projecto do Decreto-Lei sobre «Reforma Agrária»
3. — Informações.

CONVIDAM-SE TODOS OS SINDICATOS NÃO FILIADOS A PARTICIPAREM NO PLENÁRIO.

Lisboa, 12-7-77

O Secretário da C. G. T. P.-IN

JORNALISTA DENUNCIA

Israel prepara ataque contra o Sul do Líbano

O antigo confidente do presidente Nasser, Mohammad Heykal, redactor chefe do quotidiano cairota «Al Ahram» considera que Israel vai lançar nos próximos meses, no sul do Líbano, uma operação de grande envergadura, sem no entanto desencadear uma guerra total».

Desenvolvendo esta afirmação num artigo publicado hoje pelo quotidiano libanês «Al Anuar», o jornalista egípcio afirma que Israel prepara-se para realizar um plano em dois pontos e que será uma «solução de reserva» à guerra, a qual, no Estado actual das coisas não lhe é favorável.

Este plano prevê, segundo aquele jornalista, a anexação por Israel de certos territórios árabes ocupados. Numa segunda fase, segundo aquele editorialista, Israel porá sob seu controlo o Sul do Líbano para se apoderar das nascentes do rio Litani e desbaratar o último bastião da resistência palestiniana.

Israel esperará que terminem os esforços de paz americanos e a realização deste plano vai permitir-lhe não ceder em nenhum ponto sem ser forçado a desencadear uma guerra contra os árabes.

Mohammad Heykal acrescenta ainda no seu artigo que Israel não está actualmente em condições de conduzir uma guerra total contra os árabes pois faltam-lhe «justificações morais».

Entretanto, a Liga Árabe recebeu até hoje a resposta de catorze países membros acerca da solicitada realização de uma conferência cimeira com o objectivo de examinar a situação no Médio Oriente.

O Iemen do Norte, Líbia, Palestina e Iemen do Sul aprovaram sem reservas a cimeira enquanto os dez países restantes exigem um acordo prévio sobre o local, data e ordem de trabalhos da conferência.

O Kuwait, Iraque, Líbano, Oman, Jordânia, Arábia Saudita, Síria, Marrocos, Mauritânia e os Emiratos Arabes pensam que essas questões devem ser discutidas numa reunião preparatória, a nível de chancelarias, a fim de que a cimeira tenha êxito.

O Egipto mantém a sua posição, exposta já pelo Governo, de que «não existem razões suficientes» para realizar uma cimeira árabe neste momento.

Albânia confirma diferendo com a China

A Embaixada da Albânia na capital da China forneceu ontem a confirmação indirecta de que existe um sério diferendo entre Tirana e Pequim.

Com efeito, pela primeira vez, todas as embaixadas e todos os jornalistas ocidentais acreditados em Pequim (mesmo aqueles que habitualmente não recebem material de propaganda albanês) receberam o texto integral, em inglês, do editorial do órgão do Partido Comunista Albanês, datado de 7 do corrente e difundido, ontem, na capital chinesa pela agência telegráfica albanesa ATA.

Este texto contém uma série de ataques contra a política externa da China (que não é nomeada) e esta difusão excepcional, na própria capital chinesa, é considerada nos círculos diplomáticos como «uma verdadeira provocação em relação aos dirigentes chineses».

A vontade de Tirana de expor publicamente na China o diferendo ideológico com Pequim suscita uma profunda surpresa nos diplomatas e observadores que se encontram em Pequim.

A poucos meses do 11.º Congresso do PCC, que tem uma importância capital, tudo se passa como se os dirigentes albaneses tivessem decidido ou apoiar uma tendência dos dirigentes chineses contra outra ou, pelo menos, suscitar debates no seio do partido irmão.

As críticas do partido albanês visam «a teoria dos três mundos» (Superpotências, Países Desenvolvidos e Países em vias de Desenvolvimento), enunciada por Mao Tsé Tung em 1974, e que apresenta o Terceiro Mundo como a principal força da luta anti-imperialista. Esta linha foi qualificada, a 7 do corrente, como «antileninista» e «oportunista» por «Zëri I Ppopulit» órgão do partido albanês.

«O princípio «os inimigos são meus amigos» não pode ser aplicado», escrevera o jornal, aludindo aparentemente à atitude demasiado moderada, adoptada pela China em relação aos adversários da União Soviética, seja qual for a sua cor política.

As críticas de Tirana surgiram numa altura em que a China multiplica actividades diplomáticas visando uma aproximação com a CEE e a Jugoslávia e em que Pequim apoia as políticas ocidentais ou do Terceiro Mundo hostis a Moscovo.

Ensaios nucleares discutidos em Genebra

Os Estados Unidos, URSS e Grã-Bretanha, as três maiores potências nucleares, iniciam hoje conversações secretas destinadas a proibir todos os ensaios com armas atómicas. Tentarão chegar a acordo sobre os elementos principais de um pacto para alargar a actual proibição de ensaios na atmosfera, no espaço exterior e debaixo de água, de forma a incluir experiências subterrâneas.

As outras potências nucleares — França e China — não assistem às conversações. Nenhum desses dois países renunciou a ensaios com armas nucleares e não participa também na Conferência Sobre Desarmamento, em Genebra, entre 30 nações.

Poucos detalhes das negociações deverão ser tornados públicos. As conversações devem começar às 15 horas, na missão soviética em Genebra, continuando depois nas embaixadas dos doutros dois países.

Vietname renova petição à ONU

A República Socialista do Vietname renovou o seu pedido de estrada na Organização das Nações Unidas (ONU), em carta dirigida ao secretário-geral, Kurt Waldheim, e ontem divulgada.

Na carta, pede-se ao secretário-geral que reúna o mais brevemente possível o Conselho de Segurança das Nações Unidas, para que este possa eventualmente recomendar à Assembleia-Geral a entrada do Vietname.

Anteriormente, os Estados Unidos cinicamente vetaram a entrada do Vietname na ONU, baseando-se em que «a nova República unificada ainda não informara previamente Washington da morte de militares norte-americanos desaparecidos em combate».

EL SALVADOR

Ex-presidente morto a tiro

O antigo presidente de El Salvador coronel Osmin Aguirre y Salinas foi morto a tiro, ontem, à noite, na rua onde morava em S. Salvador. O coronel Aguirre, de 78 anos, assumiu o poder, após um golpe de Estado, em Dezembro de 1944, e continuou como presidente durante um ano. De 1948 a 1950 pertenceu à Junta Militar que governou o país.

O assassínio registou-se apenas 12 dias depois do novo presidente, general Carlos Humberto Romero, ser investido.

A violência política tem-se intensificado em El Salvador desde a vitória direitista nas eleições de Fevereiro último, vitória que a oposição acusa de fraudulenta.

Em Abril, guerrilheiros de esquerda raptaram o ministro dos Negócios Estrangeiros, Maurício Borgonovo Pohl e executaram-no, três semanas depois. Em Junho, um grupo direitista ameaçou matar todos os padres jesuítas do país, acusando-os de apoiarem os guerrilheiros.

A Polícia acrescentou desconhecer se o assassínio de ontem fora por motivos políticos.

Centeno, um proeminente advogado que elaborou a lei de contratos de trabalho sob o anterior Governo peronista, foi sequestrado do seu escritório na quarta-feira passada, numa de várias rusgas por «homens armados» que alegaram ser membros das «forças de segurança».

A sua morte aumentou os receios acerca do destino dos outros quatro advogados raptados.

ARGENTINA

A Polícia declarou que foi encontrado num terreno baldio o cadáver do proeminente advogado Norberto Oscar Centeno, um dos cinco advogados raptados na semana passada em mar del Plata por «grupos de homens armados».

As autoridades acrescentaram que o corpo, encontrado ontem a 30 quilómetros de mar de la Plata, apresentava ferimentos nos membros e ia ser efectuada uma autópsia.

TURQUIA

Greve geral receberá gabinete de direita

A maior confederação sindical da Turquia, aglomerando um milhão de trabalhadores, ameaçou desencadear uma greve geral se o Parlamento aprovar uma coligação governamental da direita, dirigida pelo primeiro-ministro designado Suleyman Demirel.

Halil Tunc, presidente da confederação sindical, afirmou «a Imprensa, que seria seu dever patriótico convocar uma greve «se ressuscitarem o anterior modelo governamental».

Demirel, que já em ocasiões anteriores fora primeiro-ministro, chefiou uma coligação conservadora que esteve no Poder durante 26 meses, até às eleições do passado dia 5 de Junho.

O Partido Popular Republicano, chefiado por Bulent Ecevit e de características sociais-democratas, conseguiu 214 dos 450 lugares do Parlamento, mas isso não foi suficiente para que pudesse constituir Governo.

Perante a coligação das diversas forças da direita, Bulent Ecevit teve de ceder o lugar a Suleyman Demirel, chefe do Partido da Justiça, que nas eleições ficou em segundo lugar.

Os sindicatos consideram que o modelo em vigor até às eleições não poderá resolver os muitos problemas que se levantam à Turquia, como a violência generalizada, a grande inflação e o conflito com a Grécia, por causa da partilha de Chipre e dos direitos de exploração do mar Egeu.

"APARTHEID"

CEE estuda sanções para a África do Sul

A Comunidade Económica Europeia (CEE) não afastou ainda a possibilidade de vir a decidir uma série de sanções económicas contra a África do Sul, caso Pretória não ponha termo à política de «Apartheid», segundo declarou, em resumo, o presidente do conselho dos ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, Henri Simonet, no final de uma reunião de cooperação política dos «Nove», ontem efectuada em Bruxelas.

Na reunião, foi contituído um grupo de trabalho, encarregado de fazer um «inventário técnico» das medidas eventualmente a serem adoptadas pela CEE a fim de obrigar a África do Sul a reconhecer os direitos políticos da maioria negra.

Esta linha «dura» dos «nove» deve-se à iniciativa de David Owen, chefe da diplomacia britânica, o qual pôs em relevo a urgência no assumir de uma posição pela Comunidade Económica Europeia, visto esta ter de tomar posições claras, como comunidade, na Conferência sobre o Apartheid», a efectuar em Lagos, a 22 de Agosto próximo.

A Holanda, Bégica e Dinamarca apoiaram a posição de David Owen, segundo o qual se torna necessário utilizar o próprio poder económico da Europa para se conseguirem alterações políticas na África do Sul.

Owen propôs um código de boa conduta» para as sociedades europeias que trabalhem na África do Sul, a fim de minar o «Apartheid» nos seus princípios».

O código estabeleceria, nomeadamente, a igualdade de salários entre trabalhadores brancos e negros, bem como o reconhecimento, pelas referidas sociedades europeias, das organizações sindicais negras.

Quanto aos franceses e alemães, embora aceitando a ideia «em princípio», manifestaram reservas quanto aos aspectos jurídicos de semelhante código».

Por outro lado, a França pôs o problema da não-ingerência da CEE nos assuntos internos de um terceiro país».

Os «Nove» manifestaram-se igualmente bastante preocupados» com a situação geral na Namíbia e na Rodésia.

EUA — BOMBA DE NEUTRÕES

Senado debate hoje concessão de verbas

O Senado norte-americano debate hoje uma medida para proibir fundos destinados à produção da bomba de neutrões, uma arma que o presidente Carter afirmou que pretende ter, pelo menos, «como uma opção disponível para as Forças Armadas do país».

O chefe de Estado disse ontem numa das suas conferências regulares de Imprensa que não decidira ainda se autorizaria que a controversa arma fosse produzida. Contudo, indicou claramente que era a favor do fabrico da arma de radiação, «que não é, na verdade, uma bomba, mas é disparada como uma granada de artilharia ou ogiva de míssil».

«A questão é se a arma de neutrões deverá alguma vez ser empregada», observou Carter. «Apareceu como alternativa».

Legislação pendente agora no Senado contém verbas para armas de neutrões e o presidente declarou a líderes do Congresso, antes da conferência de Imprensa, que deseja que a produção continue. No entanto, os fundos poderão não sobreviver no Senado.

A arma, que explode acima do solo e mata principalmente devido a uma radiação terrível, é pretendida por forças da NATO na Europa, particularmente para reforçar defesas antitanques, «a fim de poderem enfrentar o potencial de blindados soviéticos na Europa Central».

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

FÉRIAS PARA SI
MADEIRA
Partidas semanais
Preços especiais
DESDE ESC: 2.490$00
Pague com o CARTÃO UNIBANCO

Consulte
Capristanos
Viagens e Turismo, S.A.R.L.
Av. Duque de Loulé, 47-A-Lisboa 1 Tel: 560171
ou o seu agente de viagens em qualquer ponto do país

TEATRO ABC
Tel 366745
Domingos Feriados
Matinées 16 horas
2.ª-feira não há
Sérgio Azevedo Apresenta

Hoje, 20.30 e 22.45 horas

O Sucesso do Ano!
O Espectáculo do Ano!
A Revista do Ano!
(A única em cena)

EM ÁGUAS DE BACALHAU

IVONE SILVA
em FIFI da Televisão

OCTÁVIO DE MATOS
VERA MÓNICA
SIMONE DE OLIVEIRA
VICTOR MENDES
ABC DANCER'S

A ÚNICA REVISTA EM CENA A PROVAR UM GRANDE ÊXITO

«Só até dia 17.»

TRABALHADORES DE TEATRO DA CASA DA COMÉDIA EM
A INVENÇÃO DO AMOR
Montagem Desmontagem Remontagem do poema de DANIEL FILIPE
Encenação e adaptação de FILIPE FAFÉRIA
Realização plástica de WLADIMIR FRANKLIN
Na CASA DA COMÉDIA Rua S. Francisco Borja (As Janelas Verdes)
Todas as noites às 21,45 h.
A 2.ª-feira há espectáculo
MARCAÇÃO DE BILHETES PELO TELEF. 66 72 99
Subsidiada pela Secretaria de Estado da Cultura

ÚLTIMOS ESPECTÁCULOS!
1383
grupo de campolide
Às 21,30 todas as noites, excepto ao Dom. e Seg.
Dom. à tarde às 16 h.
Não acons. a m/ 13 anos.
4º MÊS!
só até 31 julho
TRINDADE INATEL

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

Quando recordar é morrer...

. «FAUSTINO LIMITADA», de Mário Marques e Luna de Oliveira. Encenação: Varela Silva. Assistência documental e literária: Tomaz Ribas. Cenografia: Fernando Ramalho. Interpretação: Fernanda de Figueiredo, Maria Laurent, Joaquim Rosa, Alina Vaz, Madalena Sotto, Luís Pinhão, Ana Paula, Fernanda Coimbra, Ana Mayer, Alberto Villar, Ruy Furtado, Rolando Alves, Jorge Lopes, Óscar Caetano. Teatro de Todos os Tempos. Teatro Municipal de São Luís. Junho 1977.

De repente tivemos a sensação de estarmos noutro sítio e noutro tempo. Como se o teatro fosse a welqiana máquina de viajar no tempo, parecia que regressávamos aos maus velhos tempos das noites frias, frias da Estufa Fria da defunta Câmara fascista. Mais coisa, menos coisa, dir-se-ia que a companhia Teatro de Todos os Tempos (upa, upa) pretende ressuscitar aqueles espectáculos populares (oh! ares) que o fascismo oferecia a 5 esc. ao bom povo lisboeta, com a diferença de que os bilhetes do São Luís são um bocado mais caros. A diferença, aliás, justifica-se: sempre há no velho teatro do Chiado um outro conforto (basta lembrar as alcatifas!) e, depois, o cenário do espectáculo e os vestimentos dos actores sempre são de outro requinte. E, mais, no São Luís até há diapositivos, luxo inconcebível na Estufa Fria. À parte essa diferença de pormenor, o resultado final pouco diverge: não obstante a boa vontade dos actores não é possível, daquela maneira, dar vida a qualquer coisa que está realmente morta e cadáver deve permanecer nos rodapés das histórias do teatro.

Sabe-se, é claríssimo, que o teatro português, fora dos casos que realmente interessam, é um teatro que não merece ser ressuscitado, como, aliás, acontece, com o teatro burguês que se fez por essa Europa fora nas primeiras décadas do século. Percorram-se os documentos e verificar-se-á que, para além daqueles autores que fazem a História, encontram-se os textos que hoje ninguém lê ou representa, de autores que hoje ninguém conhece e que na altura existiram apenas em função dos monstros sagrados que os fizeram. Por isso, só por distracção Tomaz Ribas poderá falar, no programa, de Marivaux a propósito dos Lobatos ou dos André Brun e outros Schwalbach, e só por ignorância Varela Silva, o encenador, poderá evocar Alfieri, tragediógrafo italiano do século XVIII, hoje talvez injustamente esquecido, escrevendo que a comédia de Marques Oliveira vem estilisticamente na linha de Alfieri ou Feydeau, autêntica calinada no que ao primeiro diz respeito.

De Tomaz Ribas é o texto que acompanha a projecção de «slides» com que abre o espectáculo, texto e «slides» que evocam com alguma nostalgia (pareceu-nos) a Lisboa pitoresca (sic) dos anos 30 em que a vida era mais calma e havia menos automóveis. Há algumas referências ao fascismo salazarento que então começava a lançar as suas garras sobre o povo português mas esse prólogo não deixa de ocultar a Lisboa que não era propriamente a dos bilhetes postais ou a das Avenidas Novas.

A peça baseia-se num esquema de «vaudeville» que fez a fortuna de Feydeau mas sem ter a movê-la a espantosa máquina teatral que justificava o teatro do autor francês nem a pontaria criativa de outro autor importante no género, Labiche.

Falta ao texto e ao espectáculo, o ritmo que é, de facto, a razão de ser dramática de coisas deste género e que sem ele praticamente não chegam a existir ou acabam por morrer. Um cenário bonito, muito correctamente transposto das gravuras da época e funcional (mas que não tem nada a ver com as personagens) e uma interpretação razoável não chegam para justificar um espectáculo cuja encenação é demasiado pobre, rotineira, sem imaginação.

Estamos a pensar, a propósito, na maneira como o Fernando Assis Pacheco no primeiro programa da «Cornélia», destruiu um esquema de teatro naturalista através de uma forma

Madalena Sotto e Maria Laurent contracenam na peça «Faustino Limitada»

cénica realmente imaginativa — como prova de como é possível pegar num texto e virá-lo cenicamente do avesso, transformando uma coisa insossa num momento de autêntico teatro. Para isso, é preciso unhas, n'é? Pensar-se que basta pôr um actor a esticar a perna (Ruy Furtado faz bem o Conselheiro Tavares, cópia do Conselheiro Acácio) ou pôr uma actriz a fazer trejeitos com a boca (também Alina Vaz faz bem a sua Eugénia) para recriar um texto em termos de linguagem cénica, é uma ilusão que o espectador paga caro.

Em resumo, pegar num texto que não vale a pena, não vale a pena, por mais português que ele seja; pegar num texto que não vale a pena de uma forma que não vale a pena, não vale duplamente a pena.

os Bonecreiros
Representam...
MARIA MADALENA
FRANZ XAVER KROETZ
Por motivos de programação
Só até sábado 16
Todos os dias
R. António Maria Pais 6-A
MOSCAVIDE — MARCAÇÕES
Telef. 2515007
Subsidiado pela S.E.C.

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"Serenata à chuva" de Gene Kelly e Stanley Donen

FICHA:
Título original: Singin'in the rain.
Realização: Gene Kelly e Stanley Donen (USA-1952).
Argumento: Betty Comden e Adolph Green.
Canções: Arthur Freed (letras), Nacio Herb Brown (música).
Fotografia (Technicolor): Harold Rosson.
Montagem: Adrienne Fazan.
Interpretação: Gene Kelly (**Don Lockwood**), Donald O' Connor (**Cosmo Brown**), Debbie Reynolds (**Kathy Selden**), Jean Hagen (**Lina Lamont**), Cyd Charisse, Rita Moreno, etc.
Distribuição em Portugal: Filmes Castello Lopes.
Cinema: Condes
Classificação: Para todos
Duração: 98 minutos

Em 1952 a América saía, moralmente abatida, da «caça às bruxas», a guerra fria estava em plena escalada (a guerra da Coreia era apenas um dos seus aspectos), a prosperidade económcia era sem precedentes (o plano Marshall cumpria os seus objectivos de revitalizar os mercados europeus). Em 1952, sete anos após Hiroshima, a comédia musical sofre um súbito e efémero apogeu no cinema americano, imagem de uma alegria que era preciso forçar a todo o custo. Deste período dois filmes marcaram data pela indesmentível vitalidade e inventiva que demonstraram: **Um americano em Paris** (para quando a sua reposição?) de Vincente Minnelli e **Serenata à chuva**. Ligado aos dois o nome de Gene Kelly.

Nem a arrepiante legendagem de Gonçalves Aranha, nem as deficientes condições de projecção do Condes (o que, aliás, não é habitual naquela sala) conseguem, por um momento, minimizar o impacto que, ainda hoje, **Serenata à chuva** traz consigo. Impacto que lhe vem não de um argumento arquidesinteressante (a vulgar história de amor com os habituais equívocos e o indispensável **happy-end**) mas sobretudo do humor e da genialidade dos números musicais. Humor que apela sempre para a subtileza e para a imaginação (é ver os **gags** sonoros), muitas vezes pontado por uma piscadela de olho cinéfilo (como o «gangster» do «cabaret», paródia a George Raft em *Scarface*); números musicais que, libertos do espartilho do palco, atingem momentos de raro fascínio (dos quais destacaríamos a canção tema cantada por Gene Kelly, em plena rua, o número Make em langh» de Donald O'Connor e sobretudo o **pas-de-deux** Gene Kelly — Cyd Charisse no «cabaret») e onde uma coreografia bem ancorada nos clássicos (frequentes são as homenagens a Busby Berkeley) sabe evoluir para efeitos pouco comuns (como a «visão» em que Gene Kelly dança com Cyd Charisse em traje de noiva).

Símbolo de uma felicidade e alegria que, fora da tela, não eram tão evidentes como isso (e Kubrick usou perfeitamente essa conotação imediata fazendo o seu «herói» de **Laranja mecânica** trautear «Singin'in the rain» enquanto exercia uma das suas violências), **Serenata à chuva** é um espectáculo que sabe bem rever. Uma reposição a saudar, portanto.

Gene Kelly e Cyd Charisse num dos mais perfeitos momentos da comédia musical americana

TEATRO LAURA ALVES
rua da palma Tel. 864756
UMA COMÉDIA DE José Vilhena
CALCINHAS AMARELAS
com
IRENE ISIDRO
BARROSO LOPES
MANUELA MARIA
LUIZ HORTA
CARLOS MIGUEL
TEREZA ZILOC
MARIA JOÃO
PAULA LIMÃO
a mais divertida comédia portuguesa dos últimos 50 anos
5.º MÊS
MAIS DE 55 000 PESSOAS JÁ VIRAM ESTAS CALCINHAS
Todas as noites às 21,30
Matinées: domingos às 16 h.
(à 2ª feira não há espectáculo)

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA — CENTRO CULTURAL
DIÁRIAMENTE ÀS 21.30 H.
EM MAIO...
— TEXTO COLECTIVO —
SÓ ATÉ DIA 31 DE JULHO
DOMINGO — Matinée, às 18 h. — 2.ª F. Descanso
— SUBSÍDIO DA SEC —
Praça de Espanha — Metro Palhavã — T. 762624

teatro do bairro alto
R. Tenente Raul Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

HOJE, às 21.30
SÁBADO, às 18 e 21.30
DOMINGO, às 18
SUBSÍDIO DA SEC

Canal da Crítica

MÁRIO CASTRIM

FREITAS DO AMARAL: SORRISO DE FAQUIR NUMA CAMA DE PREGOS

Mosaico é assim: lentamente pluralista. Numa semana, sem falar noutras semanas, dá-se o serão inteiro, com excepção dos *marretas*, ao Barbosa de Melo; noutra semana, *marretas* exceptuadas, dão-se duas horas de parlação ao dr. Freitas do Amaral, presidente do CDS.

Como facilmente se compreende, por estas e por outras é que eu gosto dos marretas.

OU FREITAS OU MARRETAS

Os meus leitores não estão certamente à espera que eu lhes apresente o dr. Freitas do Amaral. Não o farei e alguns até se darão por escandalizados só à ideia de que vou gastar algum tempo com ele.

Terão alguma razão, talvez. Não sei quantas vezes já o *big boss* do CDS esteve na televisão e acaba sempre por dizer a mesma coisa, utilizar os mesmos processos, amassar a mesma argumentação. Basta para o conhecermos.

No entanto, e dada a minha tarefa diária de faxina à TV, de duas, uma: ou falava do presidente do CDS, ou falava dos *Marretas*.

Não sei por que escolho o dr. Freitas do Amaral para esta crónica. Masoquismo, será.

TUDO ISTO EXISTE TUDO ISTO É TRISTE...

Não é. O dr. Freitas existe quase duas horas na televisão. É um dado que não pode ignorar-se. Depois, o dr. Freitas existe na política portuguesa. Existe assim, como o vimos ontem, com aquela suprema habilidade de se manter sereno face à violência das suas próprias palavras; fluente, na ultrapassagem de todos os sofismas; capaz de não dizer nada ao mesmo tempo que dá a ilusão de ter respondido a tudo.

Atitude fácil de sustentar, aliás, quando os jornalistas apenas se limitam a pôr questões, em vez de debater as questões. Não está em causa a legitimidade do processo e não se dirá que José Rebelo ou José Manuel Barroso tivessem facilitado a vida ao dirigente do CDS. Mas uma coisa é isto e outra coisa é a gargalhada destruidora do Artur Portela.

O dr. Freitas do Amaral sabe jogar particularmente bem quando é só ele a ter trunfos na mão e a poder jogá-los.

DEMOCRACIA? ORA ESCUTEM...

Com uma calma exemplar, o dr. Freitas do Amaral refere-se ao seu partido como *democrático*. A convergência dele é *democrática*. Assim como é *democrática* a sua alternativa.

Simplesmente, para onde aponta a sua *democracia*? O decorrer da entrevista elucidou-nos bem a tal respeito.

A *democracia* para o CDS é o apoio às medidas do Governo quando estas *forem acertadas*, ou seja: quando a prática do Governo não estiver de acordo com a linha socialista do partido que forma o Governo.

É a máxima abertura aos investimentos e *conselheiros* doutros países. É descobrir novos mercados de exportação (o quê e onde não nos diz) dentro da nossa tradição de descobridores de mundos — a ideia peregrina é dele, Freitas do Amaral, e não produto fácil de ironia da minha parte.

É propor a «salvação nacional» — mas com preço a pagar pelo PS, o que prova, primeiro, que o CDS é muito patriótico, graças a Deus; e segundo, que ninguém trabalha para aquecer...

AS DIOPTRIAS DO CDS

Para onde aponta a *democracia* do CDS ficámo-lo a saber melhor quando se resolve a falar da Reforma Agrária.

O CDS é contra a Reforma Agrária? Não. O CDS é pela Reforma Agrária desde que não haja... Reforma Agrária...

As pontuações, por exemplo. São exageradas, são gonçalvistas! São injustas. E a preferência dada ao Estado, por exemplo, na obtenção de certas propriedades. A preferência devia ser concedida aos proprietários vizinhos...

Isto, à primeira vista, parece ser a defesa dos grandes agrários. Mas não é. Isto é, na óptica do CDS, «servir os interesses do País».

Isto pode, à primeira ser uma tendência para a reconstituição dos latifúndios. Mas não é. Isto é, na óptica do CDS, uma alternativa *democrática*.

A intenção parece brutal, de uma inaudita violência — mas a serenidade do dr. Freitas do Amaral não se desmancha. Sorri, como o faquir deitado numa cama de pregos.

INFLAÇÃO ESSE CANCRO

As contradições, pouco lhe importam. E como não se trata de um debate, mas de uma entrevista, o dr. Freitas não se preocupa com as deformações, perdão, com as informações que presta.

Na realidade, defender que a inflação pode ser controlada, para além de representar a descoberta da quadratura do círculo capitalista, agrava-se com a citação do exemplo do Brasil — onde, como se sabe, a inflação é supergalopante, por via da qual entre a fraca percentagem dos muitos ricos e a imensa percentagem dos muitos pobres se cavou uma imensa terra de ninguém, o tal *desenvolvimento* de que fala o dr. Freitas do Amaral não favoreceu a população no seu conjunto, antes a enfraqueceu, pois ele se processou tendo em vista os interesses ligados aos monopólios.

Quanto ao exemplo da Europa Ocidental, como se pretende controlar a inflação? Através, por exemplo, do desemprego. Seis milhões só na CEE, não é doutor? E as perspectivas não são nada, nada mesmo, animadoras.

Todo o desenvolvimento, na sociedade capitalista, conduz ao empobrecimento. Dou-lhe um doce, doutor, se provar o contrário. Por isto é que o capitalismo não tem safa. Nem com chá do S. Roberto. Nem com a banha de cobra do CDS.

NO CENTRO

Curiosa é a posição de Freitas do Amaral quanto ao MIRN. Nada a objectar. Enquanto o MIRN se declarar adepto de actuação democrática deve ser atendido.

Aliás, «a existência de partidos da extrema-direita è a prova de que nos vamos democratizando». Numa democracia, isso não tem importância. *Haver direita e extrema-direita não traz mal ao mundo...*

Como se vê, o dr. Freitas do Amaral desmarca-se da direita e da extrema-direita. Para isso, lá está o MIRN. Com o MIRN, CDS é centro. Lógico...

Quanto aos perigos ilusórios dos partidos da direita, a prova está no nazismo (que até foi legitimado por eleições *democráticas...*) e no fascismo.

E se o CDS espera a sua hora, isso não significa nada, não tem nada com isso. Ele até é do centro...

APOTEOSE SINDICALISTA

A prática política de um partido da direita que se quer fazer passar por virtuoso não pode deixar de fundar-se no sofisma, no razoar aldrabado.

Isto ficou patente ao longo das duas horas, mas nunca talvez tão bem vincado como na questão sindical. Vejamos:

1 — O CDS é pela unidade dos trabalhadores.

2 — O CDS é pela central única.

3 — O CDS é contrário à partidarização do sindicalismo.

4 — Simplesmente, hoje existe em Portugal uma central única, partidarizada, segundo o dr. Freitas.

5 — Logo, o CDS é pela existência de várias centrais.

6 — Não partidarizadas, é claro.

7 — O CDS não intervém nas opções sindicais dos seus militantes.

8 — O CDS está a organizar cursos sobre sindicalismo donde já saíram centenas de militantes habilitados...

Podiam multuplicar-se as rasteiras que o dr. Freitas do Amaral armou a si próprio e onde, comodamente, caiu. Sem conseguir esconder que a sua opção é capitalista, agrária, imperialista. Tudo isto serenamente, escolasticamente. Como se esperasse que o fruto, de maduro, estivesse prestes a cair-lhe na mão direita.

Tolice! Na mão do centro.

edições Avante!

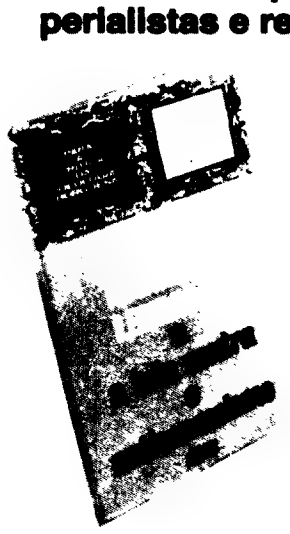
PUB.

O MARXISMO LENINISMO e a luta contra o anticomunismo

é um livro que

— Desmascara o mito do «imperialismo soviético».

— Denuncia a demagogia da «defesa dos Direitos do Homem» usada pelos políticos imperialistas e reaccionários.



Desmonta a acusação de totalitarismo que os anticomunistas lançam contra os países socialistas.

JÁ À VENDA NAS LIVRARIAS

Preço: 60$00

CDL a distribuição

DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA CDL

Rua Pedro Nunes — 9 A — Lisboa 1

Desejo receber ..... exemplares do livro .....
..... para o respectivo pagamento envio esc. $00
em cheque n.º ..... vale do correio n.º .....
sobre banco / estação de correio .....

Nome .....
Morada .....
Localidade .....

Hoje

13.ª Corrida de Touros da TV directamente do Campo Pequeno

I PROGRAMA

18.45 Abertura e «Alice e o seu cão de cristal», «Miguel no país dos bonecos de giz».
19.05 Abre-te Sesamo. «Os Sinos», A princesa e a Bolacha», Egas, Becas e os Fusíveis», Tobias e a Sanduiche».
19.30 Vamos Jogar no Totobola.
19.40 Telejornal — Flash.
19.45 Caminhos do futuro.
20.20 Gabriela. Telenovela baseada na obra «Gabriela, Cravo e Canela», de Jorge Amado. Adaptação de Walter Durst. Realização de Walter Avancini. Produção da Rede Globo de Televisão.
21.00 Telejornal — 1.ª edição. Noticiário do país e do estrangeiro e o Boletim Meteorológico.
21.35 Momento político com o prof. dr. Carlos Alberto da Mota Pinto.
22.00 Reportagem directa da Praça de Touros do Campo Pequeno da 13.ª Corrida da Radiotelevisão Portuguesa, com os cavaleiros Mestre Batista, José João Zoio, João Moura e o espanhol Álvaro Domecq e ainda o Grupo de Forcados Amadores de Lisboa de Nuno Salvação Barreto.
00.10 Telejornal — 2.ª edição.
00.20 Fecho.

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

Amanhã

I PROGRAMA

18.45: Abertura e bonecos: **19.15**: As aventuras de Robison Crusoé, 7.º episódio; **19.45**: Telejornal — Flash; **19.50**: Tropicália; **20.20**: Gabriela. Telenovela baseada na obra «Gabriela, Cravo e Canela», de Jorge Amado. Adaptação de Walter Durst. Realização de Walter Avancini. Produção da Rede Globo de Televisão; **21.00**: Telejornal — 1.ª edição; **21.35**: Eurovisão — Música para Jubileu. Programa musical para os 25 anos do reinado de Sua Magestade Isabel II de Inglaterra; **22.35**: Colditz 14.º episódio — A Partida — 1.ª parte. Intérpretes principais: Robert Wagner, David McCallum, Edward Hardwickee, Jack Hedley, Cristopher Neame. Realizador: John Brason; **23.30**: Telejornal 2.ª Edição; **23.45**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Futebol é sempre notícia

As Associações de Futebol de Viana do Castelo, Viseu, Leiria e Santarém estarão dispostas a apoiar as suas congéneres do Porto e Aveiro, quanto estas propuserem o alargamento das três divisões nacionais – revelam os jornais nortenhos. A mesma fonte adianta que, por outro lado, Lisboa, Setúbal, Coimbra e Braga (esta com alguma supresa), se oporão à iniciativa da A.F. do Porto, que entretanto, não desiste de defender a vontade unanimemente expressa pelos clubes seus filiados. A decisão caberá, nos termos regulamntares, ao Congresso da Federação Portuguesa de Futebol, ainda não marcado, embora já tenham sido efectuados os sorteios para os três Campeonatos Nacionais, sem quaisquer alargamentos.

ARTUR

Pode muito bem reforçar as fileiras de Alvalade. Por enquanto, a situação «estabilizou». O homem está de férias e nada está assinado: onde há preto a cor mantém-se e o branco não mudou de tom. Mas, nas tertúlias «leoninas», cada vez mais se afirma (e confirma?) que Artur será mais um na próxima época.

BELÉM

Fala-se em dois brasileiros para o Belenenses. A notícia aqui vai com reservas (mas os homens são de primeira categoria para o nosso futebol), um dos quais é internacional. Quem é quem? Entretanto, Medeiros será apresentado aos seus novos pupilos em 27 do corrente, começando a sua actividade com um estágio de dez dias num hotel da linha de Sintra. Cinco jogos em terras espanholas é o primeiro «biscate» dos «azuis», para rodar e, claro (e sobretudo) para angariar «carcanhóis».

BENFICA

Celso continua na agenda, embora relacionado com «assunto Romeu», que deverá viajar para o Norte. Fala-se no Boavista, mas há quem o aponte como certo (e de volta) no Guimarães. Será? Uma certeza: o relvado da Luz vai ser revisto e, possivelmente, melhorado.

CASA PIA

A Casa Pia AC elegeu os seus órgãos sociais para a temporada que se avizinha. O seu plano de reestruturação, complementarizando aquele acto, vai ser posto em prática. Entretanto, nomes para os três órgãos (por questões de espaço apenas os primeiros , e sem menosprezo dos outros): Eduardo Nery é o presidente da Assembleia Geral, José Sampaio e Costa comanda o Conselho Consultivo e de Contas, e Joaquim Rodrigues ocupa a chefia da Direcção.

CASTIGOS

Rodolfo, do F. C. do Porto, é um dos repreendidos (por escrito) na lista de castigos do Conselho de Disciplina da FPF. Na III Divisão, e também relativamente à Taça FPF, Botelho, do Lamego (clube na berlinda) tem quatro jogos para cumprir (de castigo, claro). O seu companheiro Felix tem três, o mesmo que Lopes Pereira, do Bragança. No rol há iniciados advertidos e com um jogo, juvenis com cinco, três e dois jogos de punição. e na II Divisão vários nomes (cinco homens), desde três jogos a advertência (Martins, do Lamas). Garcia , do Braga, Peixoto e Vieira do Estoril são também advertidos (Taça FPF, I Divisão).

GODINHO

Godinho tem ao seu lado uma Comissão Organizadora que velará por tudo o que diga respeito à sua festa de homenagem. De acordo com um comunicado daquela, não será o Belenenses, equipa que aquele internacional serviu durante vinte e cinco (25) anos incumbida da realização, mas a Comissão, que não está contra a actual directiva de Belém, formada «por pessoas reconhecedoras do esforço, dedicação e fé clubista», pensa no apoio desta, bem como .dos sócios e simpatizantes do clube.

ORDÃO

Vem ou não vem para Lisboa e para o Sporting? A questão coloca-se com o angolano, que se por tal optar terá que ver os problemas que cria com o dever de optar, num outro sentido, pela sua nacionalidade, na agenda «leonina». Entretanto, o problema parece encaminhar-se para uma solução final, até porque o Saragoça, interessado na venda do jogador, não pôs obstáculos. Óbvio: com uma verba (falada) na ordem dos doze mil contos (e quantos milhares de desempregados neste País onde o número dos que procuram trabalho para sobreviver ronda o meio milhão?), como é que se pode falar em problemas?

A equipa do patinado «leonino» que, culminando uma época dourada, venceu o Campeonato Nacional da I Divisão da modalidade (fase final)

PORTUGAL

ANDEBOL

Portugal inscreveu-se na Taça Latina, em andebol, que se processará em Marrocos, de 19 a 26 de Março de 1978.

CASCAIS

José de Jesus Fradique foi o vencedor do «1.º Passeio-Convívio da Linha de Cascais», em automobilismo, efectuado no pretérito sábado. Na posição imediata ficou Evangelista Ferreira, e em terceiro lugar (nota sensacional), uma senhora, Ana Paula Guimarães. À tarde (ainda sábado) decorreu a distribuição de prémios após um almoço de confraternização.

CONGRESSO

Portugal esteve representado no primeiro Congresso Mundial de Treinadores de Basquetebol, que decorreu nos últimos oito dias nas Ilhas Canárias. O Congresso foi da iniciativa da Associação de Treinadores de Espanha, a quem coube também a sua organização, e contou com a colaboração da Associação Mundial de Treinadores. Estiveram presentes conferencistas de quase todos os países do mundo, desde os Estados Unidos da América até à República Popular da China. Ao todo, somaram 126 estrangeiros e cerca de 400 espanhóis. A delegação portuguesa integrou Herminio Barreto e Eduardo Monteiro, que, bastante bem impressionados com aquela organização, já regressaram a Lisboa.

FUTEBOL ENFICA

Caleia Ribeiro, Ernesto Saraiva, Fernando Cruz, António de Almeida e Domingos Estanislau (direcção), Hernâni Sousa (assembleia geral) e Guilherme Valentim (conselho fiscal) formam a base da nova gerência do Clube Futebol Benfica.

HIPÓTESE

O prof. Reis Pinto é hipótese, como nome, para o cargo de director-geral de Desportos adjunto, cargo que vai ser criado. Reis Pinto é um especialista em Educação Física e um dos maioree entendidos em classes de ginástica. O prof. Mirandela Costa, por seu turno e dentro de uma certa reestruturação da DGD, será também chamada a desempenhar importantes funções.

HÓQUEI EM PATINS

Torcato Ferreira indicou à FPP os nomes dos dez seleccionados portugueses para o 33.º Campeonato da Europa de Hóquei em patins, que terá lugar no Porto de 23 a 30 do corrente. Ei-los: Ramalhete, Sobrinho, Chaba, Rendeiro e Livramento, do Sporting; Carlos Alves e Carvalho, do Oeiras; Garrancho, do Benfica; Cristiano, do FC Porto; e Fernando Pereira do Salesiana.

OPERÁRIO

O Clube Operário de Futebol elegeu a sua nova gerência: Cid Castelo Branco, Marcelino Garcia, Vítor Peralta, Leopoldo Monteiro, Paulo Leal e Augusto Leal (direcção), Pietro Vasques (conselho fiscal) e Telmo Castelo Branco (assembleia geral).

RECUSA

As equipas portuguesas do FC do Porto, Académico do Porto (feminina), Sangalhos e Académica de Coimbra declinaram os convites que lhes foram dirigidos para participarem em provas europeias de basquetebol. Assim, apenas três clubes portugueses estarão presentes nas competições europeias da modalidade: o Ginásio Figueirense (Taça dos Campeões Europeus – masculinos), o CIF (Taça dos Campeões Europeus – femininos) e Sporting (Taça Korac-masculinos). As datas previstas para os jogos da primeira eliminatória das referidas provas são: Taça dos Campeões Europeus (masculinos-13 e 21 ou 27 de Outubro), Taça dos Campeões Europeus (femininos) e Taça Korac em 20 e 27 Outubro.

TÉNIS

Disputar-se-á nos «courts» do Estádio Nacional, amanhã, sexta-feira, sábado e domingo, a primeira eliminatória, Zona «D», da Taça Gálea em ténis, prova do Campeonato do Mundo por equipas para jogadores com menos de 21 anos. Além de Portugal estarão presentes a Suiça e a Argélia. O Uruguai, que pertencia à mesma zona, comunicou que, devido à distância, não poderia estar presente.

A representação portuguesa é constituída pelos seguintes jogadores: Arsénio Marta, Manuel de Sousa, Miguel Soares, Luís Macara e João Lagos (capitão). Da equipa suiça faz parte Heinz Gunthardt, que apesar de jovem é um dos jogadores mais qualificados do seu país.

VELA

Disputa-se no próximo fim de semana (16 e 17 de Julho), ao largo da Baia de Cascais, uma série de regatas de vela, para barcos da classe «Optimisti». Ao todo serão seis as regatas a realizar para a atribuição do troféu «Taça Almirante Barroso». O Clube Naval de Cascais (organizador da prova) enviou convites a várias organizações portuguesas e espanholas da modalidade.

2 SENSACIONAIS EXCURSÕES

AVIÃO TAP AUTOPULLMAN, BONS HOTEIS ACOMPANHADAS POR DELEGADO

CIRCUITO dos 3 ALPES
Madrid-Zaragoza-Barcelona
Montpellier-Marselha Nice
Milão-Pádua-Veneza-Cortina d'Ampezzo
Innsbruck Zurique-Lagos da Suiça
Partidas: 8/7 e 15/9
14 DIAS DE VIAGEM 16.650$
(TUDO INCLUINDO)

CIRCUITO ALPINO
Salamanca-Madrid-Zaragoza
Barcelona-Montpellier-Geneve
Interlaken Zurique-Lagos da Suiça
Partidas. 11/7 e 15 9
11 DIAS DE VIAGEM 12.950$
(TUDO INCLUINDO)

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA abreu Fundada em 1840

PORTO Av. dos Aliados, 207 Telef. 317921
COIMBRA Rua da Sota, 2 Telefs. 27011/2
LISBOA Av da Liberdade, 160 Telef 371341
FARO Rua Cons. Bivar, 65 Telefs. 25035/6

Jogadores das ex-colónias têm que optar já este Verão

Os naturais de Angola, Moçambique, Cabo Verde Guiné, que ora militam nas equipas portuguesas de futebol, terão, na próxima época, de fazer uma opção definitiva quanto a nacionalidade.

Concretamente, deverão optar pela nacionalidade portuguesa ou pela dos países de origem. No primeiro caso, poderão continuar a alinhar nos seus actuais clubes, enquanto que, optando pela nacionalidade dos países de origem, terão de se sujeitar à regulamentação oficial vigente, que não permite que um clube português possa fazer alinhar, em cada jogo, mais que um futebolista estrangeiro.

Actualmente, militam em equipas da Primeira Divisão do futebol português os seguintes jogadores naturais daqueles novos Estados africanos:

Benfica: Alinho, Shéu, Alberto e Cavungi. Sporting: Manada (e Jordão, se este voltar ao futebol português); Boavista: AMário João; F.C. do Porto: Freitas e Seninho; Sporting de Braga: Chico Gordo e Lito; Académico: Rui Rodrigues; Belenenses: Alhinho e Sambinha; Estoril: Óscar; Portimonense: Matine, Norberto e Seidi; e Vitória de Setúbal: Jacinto João, Sabú e Libânio.

O "bailinho" da Madeira

FUNCHAL, 13 — Uma informação procedente do Brasil e veículada pelo «Jornal da Madeira», faz supôr que o conhecido treinador de futebol Otto Glória poderá vir a dirigir a equipa do «Marítimo».

A confirmar-se esta informação, subsistem dúvidas quanto às funções de Otto na equipa madeirense: se treinador ou super-visor.

VOLTA À ILHA EM BICICLETA

Entretanto, anuncia-se para Setembro a «Volta à Ilha da Madeira» em bicicleta, constituída por seis etapas, num total de 300 quilómetros.

Com vista à realização da prova, foram já contactados diversos ciclistas metropolitanos.

MARINHO .Á NÃO VEM

Soube-se ,por outro lado, que o furebolista Marinho, apontado como um dos possíveis grandes reforços da equipa do «Marítimo», não virá afinal para este clube. O contrato que cumpre na América é mais rendoso do que aquele que lhe poderiam oferecer na Madeira.

Por seu turno, Eduardinho, capitão do «Marítimo» deverá abandonar a equipa por não conseguir conciliar a sua vida particular com o esforço exigido pelo clube. E sendo assim, deverá passar-se para o «Nacional», menos exigente.

LÁ FORA

ACARIGUA

A Portuguesa de Acarigua (da Venezuela), que há um mês derrotou por 3-2 o Marítimo do Funchal em jogo particular naquele país, desenvencilhou-se categoricamente do Internacional de Porto Alegre, bicampeão do Brasil, a quem «mimoseou» com três tentos sem resposta, sem que as ausências de Cláudio, Dario, Lula, Falcão e Cacapava possam constituir alibi. O encontro concernia à Taça «Libertadores da América», versão naquele continente da Taça dos Campeões Europeus, e parece tornar-se improvável a qualificação da equipa brasileira para a fase seguinte.

DIFÍCIL

Terminou empatada a quarta partida das meias-finais do torneio de Candidatos ao Título Mundial de xadrez que está a ser disputada em Evian, na França, entre o soviético Lev Polugaevsky, e Viktor Korchnoi, também da União Soviética. Korchnoi está a a vencer por 3,5-0,5 e necessita apenas de mais cinco pontos nas restantes doze partidas para garantir a sua passagem à final. Na outra meia-final, que está a ser disputada em Genebra, entre o soviético Boris Spassky e o húngaro Lajos Portisch, o resultado é de 2,5-1,5 favorável a Portisch.

MILHA

O atleta neozelandês John Walker correu em Dublin a milha no melhor tempo do ano — 3 minutos e 52 segundos —, quedando-se todavia a 2,6 segundos do seu próprio recorde do mundo. Os principais adversários de Walker foram o irlandês Eamonn Cochlan, que fez 3.53,4, e o queniano Waloya, com 3.54,5. Todos os oito particiantes na prova baixaram dos quatro minutos.

PROIBIÇÃO

Os ginastas na Hungria foram os primeiros atletas a receberem da sua organização desportiva a notícia de que deveriam deixar de fumar se quisessem continuar a pertencer à selecção nacional.

Esta decisão da Associação de Ginástica da Hungria foi ontem divulgada pela agência noticiosa MTI. Os que não deixarem de fumar até 1 de Setembro não continuarão a fazer parte da selecção nacional.

TAUBER

Ulrike Tauber estabeleceu novo máximo mundial de natação na prova dos 200 metros estilos, percorrendo a distância em 2m e 16,96 segundos, no decurso dos campeonatos da RDA, em Leipzig. O anterior recorde pertencia à sua compatriota e camarada Kornelia Ender, vedeta dos Jogos Olímpicos de Montreal, onde alcançou oito medalhas e bateu cinco marcas.

TORPEDO

O Torpedo de Moscovo, que em 14 e 28 de Setembro próximo, respectivamente na Luz e na capital soviética, defrontará o Benfica para a Taça dos Campeões Europeus (1.ª eliminatória), é um dos quatro apurados para as meias-finais da Taça da URSS. Os outros três concorrentes são o Dynamo de Moscovo, o Zenit de Leninegrado e o Zarya de Voroshilovgrado.

VOLTA À FRANÇA EM BICICLETA

Mais uma etapa sem história

Foi mais uma etapa sem história a que ontem decorreu entre Rouen e Roubaix, duas cidades com características diferentes e um ponto comum: a industrialização. Entre elas, por estrada («Auto-Route du Nord»), 242,5 quilómetros a percorrer. Jean-Pierre Danguillaume impôs-se no risco de chegada depois de ter escapado aos 89 ciclistas que com ele abordaram os acessos à cidade. Isso aconteceu a mil metros da meta.

Para conquistar a sua primeira vitória nesta prova, que hoje terá a sua décima-segunda etapa e parte dela já em terras belgas, em direcção a Carleroi (em Bruxelas há um prémio para o primeiro ciclista português, instituído por um hoteleiro português residente na Grand Place), Danguillaume «mediu» as possibilidades que tinha, e, no momento exacto, escapou-se. No pelotão, o francês não podia ignorar a presença dos «açambarcadores» de etapas em pelotão, dos cotados «sprinteres», entre eles, nomeadamente (e de acordo com a ordem de chegada), Sercu, Van Linden, Karstens, Esclassan, Thaler e Rouxel, para não referirmos Villemiane, Santambrogio e Schuiten.

As classificações não sofreram quaisquer alterações, salvo os pontos que em duas subidas somaram Van Impe e Pedro Torres, e que permitiram ao pequeno belga consolidar a sua liderança na especialidade, agora com 104 pontos contra 88 de Kuipper e 72 do espanhol. Deslile e Andiano seguem-nos com 37 e 27 pontos, respectivamente. Na geral por equipas a Raleigh conserva ainda a primeira posição (como Thurau a geral individual e Van Linden as metas-volantes), seguida pela Mercier (com mais 1 minuto e 34 segundos), Kas, e a Teka em oitavo lugar. A Bianchi é a última e tem o seu ciclista Int' Ven na derradeira posição individual.

Os portugueses (Martins, Agostinho e Mendes) chegaram a Roubaix com o mesmo tempo de Roy Schuitten, o segundo classificado, isto é, com 7 horas, 7 minutos e 10 segundos. Martins ocupou a 15.ª posição. Agostinho ficou em 25.º e Mendes em 48.º. Oitenta e nove ciclistas compunham o bloco, que perdeu sete segundos em relação ao vencedor. Nos lugares cimeiros, e praticamente em toda a tabela, não se verificaram alterações classificativas.

Só a parte final animou a etapa, sem conseguir fazer esquecer, no entanto, a monotonia que uma vez mais imperou nos sobreviventes, dando ao bloco uma sensação de «unidade» perante a luta, exemplo que aqui se salienta como amostra para as «etapas» reivindicativas que devem harmonizar e estimular uma outra espécie de «garra», a dos trabalhadores de todo o mundo, e muito em particular os portugueses, quando a reacção, que nunca deixou de abrir as suas bocarras, ameaça as principais conquistas alcançadas depois do 25 de Abril.

Foi no último troço da etapa que tudo se decidiu. Aí, os pupilos de Raphael Geminiani impuseram o ritmo, mas foi a «Peugeot», através de Danguillaume, e não a «Fiat», orientada por aquele técnico, que vibrou a machadada final na ligação. Foi então que se viram Eddy Merckx, Delcroix, Joseph Bruyère e Molineris no comando e Jean-Pierre a «dizer adeus» aos despoletadores da monotonia. A tentativa de recuperação de Schuitten, que também tentou, debalde, escapar-se ao grosso da coluna, não resultou.

Classificação na etapa: 1.º, Jean-Pierre Danguillaume (Fra.-Peugeot) com 7.07,03 (média 34,071 km/h); 2.º, Roy Schuiten (Hol.-Lejeune), 7.07,10; 3.º, Patrick Sercu (Bél.-Fiat); 4.º. Gerben Kartens (Hol.-Raleigh); 5.º, Rik Van Linden (Bél.-Bianchi); 6.º, Jacques Esclassan (Fra.-Peugeot); 7.º Piet Van Katwyk (Hol.-Raleigh); 8.º, Jacques Bossis (Fra. - Gitane); 9.º, Dietrich Thurau (RFA-Raleigh) 10.º, Charly Rouxel (Fra.-Mercier); 15.º, Martins (Por.-Kas); 25.º, Agostinho (Por.-Teka); 48.º, Mendes (Port.-Teka), todos com o mesmo tempo.

Classificação geral (individual): 1.º, Thurau (RFA-Raleigh), 68h 28m 16s; 2.º Merckx (Bélg.-Fiat) a 51 s; 3.º Thévenet (Fra.-Peugeot) a 1m 22s; 4.º Kuipper (Hol.-Raleigh), a 1m 40s; 5.º, Meslet (Fra.-Gitane), a 2m 09s; 6.º Van Impe (Bélg.-Lejeune) a 2m 15s; 7.º Galdos (Esp.-Kas) a 2m 47s; 8.º, Laurent (Fra.-Peugeot) a 2m 52s; 9.º Villemiane (Fra.-Gitane) a 2m 53s; 10.º, Zoetemelk (Hol.-Mercier) a 3m 40s; 16.º, Martins (Por.-Kas) a 13m 04s; 24.º, Agostinho (Por.-Teka) a 21m 48s; 47.º Mendes (Por.-Teka) a 29m 34s.

Palmarés de Danguillaume

Jean-Pierre Danguillaume é francês. Nasceu em Joues-les-Tours (não admira, portanto, que esteja neste «Tour») em 25 de Maio de 1946, o que vale por dizer que tem 31 anos. Tem 1,80 m de altura e pesa (ou deverá pesar) 72 quilos. É casado e tem dois filhos. É profissional de ciclismo desde 1970. Ontem, como rezam as crónicas e nós assinalamos, escapou-se a um quilómetro da meta e ganhou a etapa Rouen-Roubaix, no norte de França.

Principais êxitos como profissional: 1970; 8.º da «Polimultiplicada»; 1071: 7.º do Paris-Camembert, 13.º do Grande Prémio das Nações; 1972: vencedor do Troféu dos Trepadores, em Henon, 2.º do Paris-Bourges, 3.º da «Polimultiplicada», 10.º no Midi-Libre, 11.º no Campeonato de França, 9.º no Campeonato do Mundo, 69 do Troféu Barachi, com Thevénet; 1973: 7.º da Volta à Espanha, vencedor do Midi-Libre, vencedor do Troféu dos Trepadores, em Vigny, 9.º do Campeonato de França, 2.º do Tours-Paris, 4.º do Grande Prémio das Nações: vencedor de uma etapa da Volta Mediterrânica; 6.º no Milão-San Remo, vencedor de uma etapa da volta à Bélgica, 5.º na «Fleche Wallonne», 7.º no circuito Liége-Bastogne-Liége, vencedor do Paris-Bourges, vencedor de uma etapa dos «4 Dias de Dunquerque», 6.º no Dauphine-Libéré, 7.º no Campeonato de França, vencedor de uma etapa do Midi-Libre e 3.º no campeonato do Mundo; 1976: vencedor de uma etapa da Volta à Córsega, vencedor da uma etapa do Paris-Nice, 8.º no Paris-Roubaix, 4.º no Circuito Liége-Bastogne-Liége, 2.º dos «4 Dias de Dunquerque»; 1977: 3.º da Volta ao Tarn, vencedor da Volta ao Indre e Loire, 5.º da Volta ao Oise, vencedor de uma etapa dos «4 dias de Dunquerque», vencedor de uma etapa do Dauphine-Libéré e vencedor da Volta au Aude.

Na volta à França: 64.º em 1970 (vencedor da etapa de Versalhes), 18.º em 1971 (vencedor da etapa de Poitiers), 21.º em 1972, 22.º em 1973 (vencedor da etapa de Divonne), 13.º em 1974 (1.º no Tourmalet e em Pau). Desistiu em 1975 e foi 22.º em 1976.

O traço de Pargana

Diniz Machado e Francisco Mata: Sporting-Benfica de caneta em riste

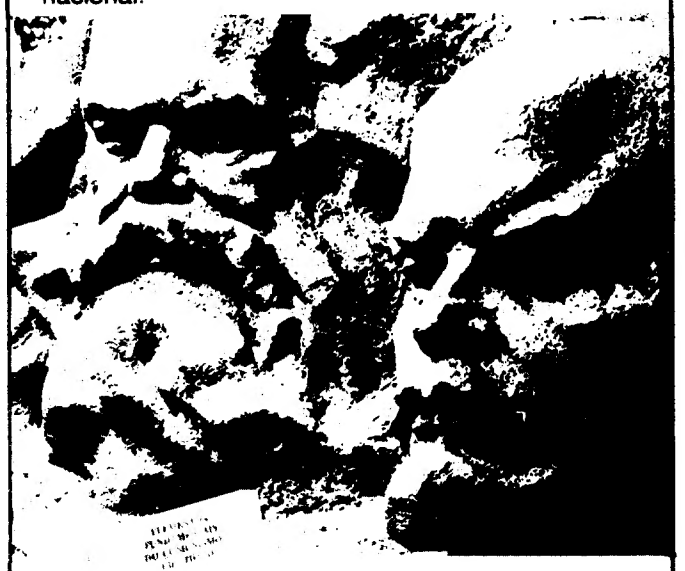
edições Avante!

PUB.

Konstantine Zaródov

A VIA PARA O SOCIALISMO

Nesta obra, Konstantin Zar9dov estuda a essência e conteúdo da época contemporânea, os problemas da construção do socialismo e as perspectivas do processo revolucionário, detendo-se na análise das três forças revolucionárias principais do mundo actual: o sistema socialista mundial, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.



JÁ À VENDA NAS LIVRARIAS

Preço: 90$00

CDL a distribuição

CDL DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA

Rua Pedro Nunes, 9 A — Lisboa 1

Desejo receber ..... exemplares do livro .....

..... para o respectivo pagamento envio esc. $00

em cheque n.º ...../vale do correio n.º .....

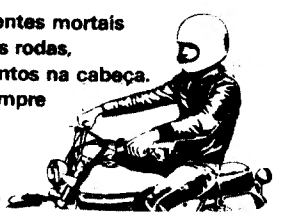
sobre banco / estação de correio .....

Nome .....

Morada .....

Localidade .....

Quase todos os acidentes mortais com veículos de duas rodas, são devidos a ferimentos na cabeça. Proteja-se usando sempre o capacete!



circular e viver.

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

Sede: Rua do Conde Redondo 60 - 2.º 3.º 4.º 5.º LISBOA

COMUNICADO N.º 176

A LUTA CONTINUA!

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, informa todos os trabalhadores têxteis que a **Paralisação Geral de 24 horas marcada para o dia 13/7/77**, que tinha sido aprovada por unanimidade na Reunião Geral de Sindicatos Têxteis realizada no passado dia 1/7/77 e rectificada na Reunião Geral de Delegados efectuada no passado dia 6 de Julho e nas dezenas de plenários de Empresa e nas várias reuniões de zona, **foi suspensa**, em resultado de uma Reunião de Sindicatos realizada ontem, dia 11/7/77 no Porto, cujo comunicado final salienta: "Têm sido os trabalhadores os grandes interessados na luta pela recuperação económica através do diálogo com o Governo na procura de soluções justas. Entretanto àcerca de dois meses que a CNS tenta ser recebida pelo Ministro ou Secretário de Estado do Trabalho.

Depois da CNS, e Sindicatos terem entregue um documento a exigir uma resposta sobre os direitos adquiridos e a não aplicação do Decreto dos 15% no Sector Têxtil, a qual, se não fosse positiva até ao dia 9/7, haveria uma paralisação no dia 13, o Ministério do Trabalho, até hoje, não nos respondeu, demonstrando assim, o mais baixo desprezo pelas justas reivindicações dos trabalhadores têxteis e pela resolução dos problemas que os afectam.

Tendo em conta toda esta situação e esperando que o Ministério do Trabalho defina claramente a sua posição e dando mais uma vez abertura ao diálogo sobre as questões fundamentais do nosso CCTUV, os Sindicatos, depois de terem ouvido os trabalhadores, decidem:

1.º — Adiar para data a marcar a jornada de luta de paralisação proposta para o dia 13.

2.º — Reafirmar a exigência da não aplicação do Dec. dos 15% para o Sector Têxtil e a manutenção das regalias adquiridas nos vários contratos.

3.º — Continuar a fazer um trabalho de informação junto dos trabalhadores para que, com a nossa unidade, consigamos fazer recuar o patronato e obrigar o Governo a respeitar as legítimas reivindicações dos trabalhadores.

4.º — Responsabilizar os Ministérios integrados na Comissão Técnica e o Governo por todas as posições que os trabalhadores posteriormente venham a assumir.

5.º — Exigir, mais um vez, que o Ministério do Trabalho responda claramente às exigências expressas nos documentos entregues nos dias 2 de Junho e 3 de Julho pela CNS e Sindicatos".

CONVOCATÓRIA

É perante tal situação que a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul convoca todos os **Delegados Sindicais** para uma **Importante Reunião Geral** a realizar no próximo dia 18/7/77 (2.ª feira) pelas 14.30 na Sede do Sindicato — R. Conde Redondo n.º 60-5.º Lisboa, para analisar e discutir a seguinte Ordem de Trabalhos:

1.º Análise à situação do COTUV/TÊXTIL

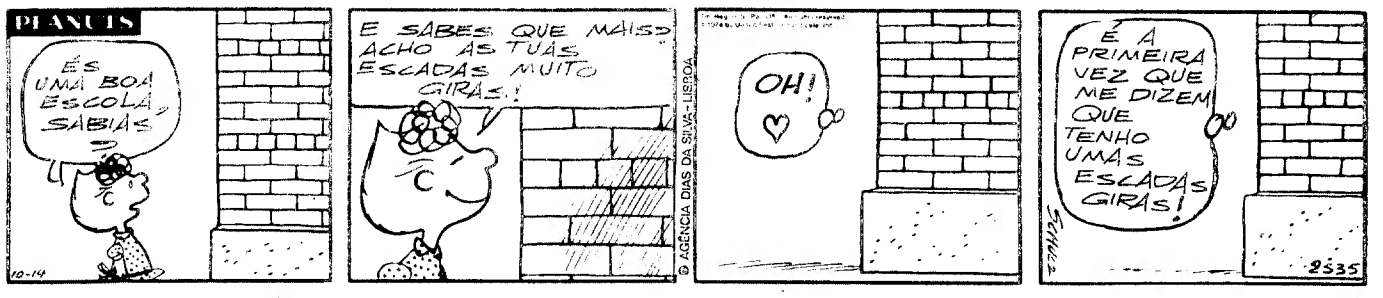
2.º — **Análise às conclusões do plenário de 16/7/77 da CGTP/IN.**

3.º — **Medidas a tomar.**

— A LUTA CONTINUA!
— PARA VENCER É PRECISO LUTAR!
— CONTRATO SIM, PACTO SOCIAL NÃO!
— NÃO À RECUPERAÇÃO CAPITALISTA!
— NÃO AO DECRETO 49-A/77 DOS 15% DE MISÉRIA!
— PELA DEFESA DAS REGALIAS CONQUISTADAS!
— UNIDOS E ORGANIZADOS NOS NOSSOS LOCAIS DE TRABALHO, LUTAREMOS ATÉ À VITÓRIA!
— UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Lisboa, 12 de Julho 1977

P'LA DIRECÇÃO



Canções de Sérgio Godinho lançadas em volume

Sérgio Godinho estará amanhã à noite, a partir das 22 e 30, nas instalações do Grupo de Teatro «Comuna» para o lançamento de um volume com as suas canções. O livro, que traz a chancela da editora Assírio e Alvim, intitula-se precisamente «Canções de Sérgio Godinho», abonando-se de um estudo introdutório de Arnaldo Saraiva. Incui ainda uma nota biográfica relativamente pormenorizada e excertos de críticas feitas nos últimos anos à obra do conhecido compositor-cantor.

A sessão de lançamento desdobra-se com a apresentação de uma série de canções inéditas de Sérgio, acompanhado entre outros por Fausto e Shila. Shila é a antiga companheira de Sérgio no «Hair» e no Living Theater de Julian Beck, autora ela própria de canções, que aliás surgirão em breve no álbum «Doce de Shila».

URSS edita autores portugueses

Foi já elaborada uma lista de obras de escritores portugueses para serem lançadas junto dos leitores soviéticos — revelou Anatoli Starostine, da editora russa «Progresso» à agência Novosti.

Atarostine, que se encontra actualmente em Lisboa, adiantou que as obras apontadas para tradução são de autores contemporâneos e progressistas. O trabalho de selecção foi feito em colaboração com a Associação Portuguesa de Escritores.

CLUBE DESPORTIVO OS ACADÉMICOS

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de 29 de Junho de 1977, lavrada de fls. 58 a 59 do livro H-33 de notas deste 8.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA, a cargo do Notário Lic. em Direito Eduardo António Correia de Azevedo, foi rectificado o artigo 7.º dos Estatutos da associação denominada «CLUB DESPORTIVO OS ACADÉMICOS», com sede em Alfragide, freguesia de Amadora, concelho de Oeiras, constituída por escritura de 28 de Julho de 1976, lavrada de fls. 3-v. a 5 do Livro n.º 126-G, das notas do 17.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA, o qual passou a ter a seguinte redacção:

7.º

Constituem património da associação a receita da quotização mensal dos sócios e das taxas cobradas pelos serviços prestados e, mediante deliberação da assembleia geral, quaisquer bens adquiridos por doação, deixa testamentária ou a título oneroso.

É certidão de narrativa sob a forma de extracto que vai conforme com o original.

É certidão de narrativa sob a forma de extracto que vai conforme com o original.

Lisboa, 1 de Julho de 1977.

O segundo ajudante.

(Edmundo Edilberto Ramalho)

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado, havia neblinas em várias regiões a norte do Tejo e pouco nublado ou limpo a sul deste rio e o vento era fraco.

TEMPERATURAS EXTREMAS

ELVAS

Máxima 27,5º

PENHAS DA SAÚDE

Mínima 6.º

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Períodos de céu muitonublado na faixa costeira a norte do Tejo e pouco nublado ou limpo nos restantes regiões; vento fraco ou moderado de Noroeste; neblima matinal no litoral Oeste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H	
PORTO	17º
PENHAS DOURADAS	10º
COIMBRA	17º
PORTALEGRE	17º
LISBOA	20º
SAGRES	17º
FARO	22º
PONTA DELGADA	19º
FUNCHAL	20º

MARÉS DE HOJE

	PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
1.04	3,5	m	6.37	1,5 m
13.28	3,6	m	19.06	1,4 m
Dia 14				
1.49	3,6	m	7.16	1,4 m
14.09	3,8	m	19.44	1,3 m
Dia 15				
2.30	3,6	m	7.54	1,2 m
14.48	3,9	m	20.21	1,2 m

AMANHÃ

NASCER AS 6.22
OCASO AS 21.02

DIA 16 DIA 23 DIA 30 Dia 6

palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11788

HORIZONTAIS:

1 Curto. Serra de Portugal.
2 Tornar a ler. Nome antigo de Ceuta.
3 Artigo indefinido. Ruins. Alteza Serenissima.
4 Bigorna de ourives. Desgraça. Uma das Novas Hébridas, na Melanésia.
5 Prendes. Amanhã. (ant).
6 Ave aquática do Brasil. Ir para fora.
7 Emparelho.
8 Boi selvagem. Lista. Fruto seco.
9 Em a. Terra lavrada.
10 Clareira. Nome que se dá ao combóio expresso de Paris.
11 Autores. Brisa. Juízo.

VERTICAIS:

1 Rude. Jamais.
2 Acaba. Amofina.
3 Artigo definido (ant). Liga de cobre e zinco.
4 Caminha para cá. Textualmente. Arara.
5 Estavam. Dar marradas.
6 Sadias. Ecoa.
7 Ruim. Liquidam contas.
8 Falda. Óxido de cálcio.
9 Zomba. Célebre poeta e músico grego que segundo a lenda foi salvo da morte por golfinhos encantados ao som da sua lira. Isolado.
10 Ocultar. Freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis.
11 Terreno coberto de vegetação no meio de um deserto. Acre.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7849

HORIZONTAIS:

1 Penhasco. Partir em migalhas.
2 Viatura de artilharia.
3 Esteiro. Vende a crédito. Sadias.
4 Batráquio. Palavra gaélica que significa filho e precede um grande número de nomes irlandeses e escoceses. Átomo. 5 Crianças.
6 Costure. Lista.
7 Oceano. Paus onde se hasteiam as bandeiras.
8 Prender com elos. Zombe. Estrépito de desmoronamento.
9 Oferecerás. Comilão (pop).
10 Idem. Nome de astro. Tempo do verbo ir.
11 Preposição e artigo. Misturais.

VERTICAIS:

1 Pândega. Tinha como medida.
2 Tempo do verbo ir. Sessegado.
3 Mau cheiro. Frustrar.
4 Gálio (s.q). Ruins. Chefe etíope.
5 Estiveram ofegantes. Grande brilho.
6 Fértil. Atmosfera. Tratamento que se dá na China a certas pessoas.
7 Mediana. Nota musical.
8 Item. Talharia.
9 Fluido aeriforme. Ribeira de Portugal. Apelido.
10 Autores. Parvos.
11 Diferença. Transpiras.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11787

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 NÃO. HÁ. Ga.	1 Nápoles. SEM.
2 Ara. GOSTO.	2 Ara. Alapara.
3 Pardo. At. Io.	3 Irão. Era. Rs.
4 Ié. Abatei.	4 DESGOSTO.
5 La. Sr. Ema.	5 Hão. Re. Só.
6 Eelgerias.	6 Amas.
7 Saro. Essa.	7 Gabriel. Rã.
8 Passal. Aca.	8 Gota. As. Er.
9 Sá. Tom. Elar.	9 Ás. Tessália.
10 Erro. Arriba.	10 Toem. Acabo.
11 Más. Usa. Aos.	11 Golias. Aras.

PROVÉRBIO: **NÃO HÁ GOSTO SEM DESGOSTO**

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7848

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Porto. Corto.	1 Pária. Barra.
2 Alão. Piri.	2 Olavo. Rs. Ám.
3 Ras. Sem. Sôr.	3 Rãs. Róis. Pó.
4 Iv. Maçar. Pá.	4 Tô. Mossa. Ar.
5 Aoros. Remar.	5 Sãs. Asava.
6 Os. Amuas.	6 Mec. Más.
7 Brisa.	7 Marmota.
8 Assas. Tocar.	8 Op. Réu. Ovas.
9 Amava.	9 Rís. Máscara.
10 Rapava. Aram.	10 Tropas. Ar.
11 Amoras. Sare.	11 Oirar. Crime.

farmácias de serviço

LISBOA

AFRICANA — R. Bernardino Costa, 45. Tel. 369120.
ARNALI — Rua Escolas Gerais, 88-A. Tel. 863940.
ASCENSO — Praça do Norte, 11-A (B.º Encarnação) Telefs. 311216-310172.
AVENIDAS — Av. República, 27-A. Telefone 533688.
AZEVEDO FILHOS — Pr. D. Pedro IV., 31 (Rossio). Tel. 327478.
CARRASCO — Rua Presidente Arriaga, 39. Tel. 667460.
CELTA — Rua Moura Girão, 3-B Telefone 890621.
CENTRAL DO LUMIAR — Rua do Lumiar, 77 (Tel. 790480)
CUNHA — Rua Escola Politécnica, 16. Tel. 325455.
DIMAR — Rua Conde Monsaraz, 17-B. Tel. 842533.
G. SILVA — Rua Francisco Tomás da Costa, 3-C. Tel. 771873.
GAMA — Calçada da Estrela, 130. Telefone 660339.
J. RIBEIRO — Estr. da Luz, 199-A. Tel. 780969.
JOÃO XXI — Av. João XXI, 16-A. Tel. 726462.
MARLUZ — Calc. da Picheleira, 140-B. Telfs. 720703-728395.
MENDES GOMES — C.ª da Ajuda, 222. Tel. 638256.
NOBEL — Rua Actor Vale, 53. Telefone 842152.
OLIVEIRA — Rua de Campolide, 54-A. Tel. 684424.
OLIVEIRA VIEGAS — R. Viriato, 29-A. Tel. 548966.
ORIENTAL DE LISBOA — Rua Alves Torgo, 2-B. Tel. 45079.
PORFÍRIO — Rua Francisco Metrass, 59-B. Tel. 663349.
RAINHA SANTA — R. Afonso Lopes Vieira, 57-B. Tel. 765262.
S.A.E SILVA F.ºs — Rua S. João da Mata, 72-74. Tel. 661010.
SALTER — Rua de Xabregas, 63-65. Tel. 381185.
SANEX — Av. da Igreja, 31-C Telefone 897505.
SIMÃO — R. Cidade de Cabinda, 16-A. Tel. 310581.
TAPADA — Calç. da Tapada, 83-A Tel. 634721.
UNIÃO — Est. de Benfica, 592-594. Tel. 700092.
ARNALI — Rua Escolas Gerais, 88-A. Tel. 369120.
CENTRAL DO LUMIAR — Rua do Lumiar, 77. Tel. 790480.
MARLUZ — C.ª da Picheira, 140-B-C. Telefs. 720703-728395
MENDES GOMES — Calç.ª Ajuda, 222. Tel. 638356.
SALTER — Rua de Xabregas, 63-65. Telefone 381185
OLIVEIRA VIEGAS — R. Vitória, 29-A. Tel. 548966.
PORFÍRIO — Rua Francisco Metrass, 59-B. Tel. 663349
UNIÃO — Estrada de Benfica, 592-594. Tel. 700092
SANEX — Av. da Igreja, 31-C. Telefone 872060

LINHA DE CASCAIS

CARCAVELOS
Central, até às 24 e das 0 às 9 horas
ALGÉS
Miraflores, R. António Granjo, 2 (tel. 2113953) até às 21 horas.
ALCABIDECHE
Carvalho, até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos, até às 21 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085)
PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng.º Bonneville Franco (Tel. 2435147) até às 22 horas
OEIRAS
Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (Tel. 2430485) até às 24 e das 0 às 9 horas
NOVA OEIRAS
Leal, até às 21 horas
PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (Tel. 2471204) até às 24 e das 0 às 9 horas
PAREDE
Junqueiro Mendes, até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira, (Tels. 262313-267314) até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Suíça Cruzeiro (Tel. 260087) até às 24h e das 0 às 9 horas.
CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento 19,41 (Tel. 280141) até às 21 horas
Cascais, R. Conde de Monte Real, B.º Caixas (Tel. 282407) até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
S. Jorge, R. Pedro del Negro, 5-Reboleira (Tel. 938703) Permanente
Carmele, R. Elias Garcia, 28 (Tel. 933303) até às 22 horas
Helénica, R. Elias Garcia, 2 (Tel. 933613) até às 22 horas
DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A (Tel. 971121)
MERCÊS
Claro Russo
QUELUZ
Serra e Pinto, Av. D. António C. de Sá, 50-E (Tel. 957619)
CACÉM
Araújo e Sá, Est. de Paço de Arcos, Lote 1-B (Tel. 2940781)
ALGUEIRÃO
Rodrigues Rato (Tel. 2912038)
RIO DE MOURO
Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres (Tel. 2912038)
SINTRA
Marrazes-Vila (Tel. 2930155)
COLARES
Abreja (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020)
ALMADA
Central, R. de Olivença, 11-B (Tel. 2750504)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, Est. Nacional, 244-A (Tel. 2040141)
BARREIRO
Normal, Av. Alfredo da Silva, 116 (Tel. 2073035)
COVA DA PIEDADE
Castro Rodrigues, L. 5 de Outubro, 62 (Tel. 270121)
MOITA União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (Tel. 239025)
MONTIJO
Diogo, R. Almirante Reis, 50 (Tel. 2310032)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (Tel. 2233471)
SETÚBAL
Brasil, P. do Brasil, 15 (Tel. 24788) até às 22 horas
Costa, L. da Misericórdia, 48 (Tel. 22760) Permanente
SEIXAL Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2218560)
COSTA DA CAPARICA
Higiénica, Av. da República, 23 (Tel. 2400020)

PORTO

NAU VITÓRIA — Rua Nau Vitória, 723 — Tel. 490427; **ORDEM DA TRINDADE** — Rua Heróis e Mártires de Angola — Tel. 27420; **CONFIANÇA** — Rua de Santa Catarina, 960 — Tel. 22884; **ANTAS** — Av. Fernão Magalhães, 1076 — T. 481158; **ANTIGA PORTA DO OIVAL** — Campo Mártires da Pátria, 122 — Tel. 24262; **FERREIRA** — Praça D. Afonso V, 55-B — Tel. 681975; **LOUSADA** — Largo do Campo Lindo, 62 — Tel. 480353.
ALVES DA SILVA — Av. da Boavista, 1016 — Te. 60342; **AZEVEDO** — Rua de Azevedo, 136 — Tel. 52344; **GOMES FERREIRA** — Rua Faria Guimarães, 449 — Tel. 481907; **FALCÃO** — Rua de Santo Ildefonso, 61 — Tel. 21566.

COIMBRA

BAPTISTA — Praça da República, 9 — Tel. 23747; **RAINHA SANTA** — Rua Figueira da Foz, 11-B — Tel. 24737.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Em Águas de Bacalhau»
LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Calcinhas Amarelas»
TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.30 (13 anos)
«Casimiro e Carolina»
CASA DA COMÉDIA
21.45 (13 anos)
«A Invenção do Amor»
S. LUÍS
21.30 (13 anos)
«Faustino Limitada»
A BARRACA
21.15 (13 anos)
«Barraca Contra Tira Dentes»
TRINDADE
Grupo de Campolide
(13 anos)
«1383»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Aqui Quem Manda Sou Eu»
QUARTETO
23.45 (18 anos)
«A Verdadeira História de Jack, o Estripador»
VARIEDADES
21.15 (13 anos)
«Desculpa ó Caetano»
COMUNA
21.30 (13 anos)
«Em Maio»
OS BONECREIROS
21.30 (13 anos)
«Maria Madalena»

LISBOA/Cinemas

MONUMENTAL
21.30 (10 anos)
«Patton»
CINEARTE
21.30 (18 anos)
«Alfie Darling»
LUMIAR
21.30 (14 anos)
«Aleluia e Sartana, Reis do Gatilho»
OLIMPIA
Sessões permanentes (18 anos)
«Coxas Quentes»
SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Os Dias Impuros de um Marinheiro»
VOX
21.15 (13 anos)
«3 Horas Decisivas»
RESTELO
21.30 (18 anos)
«Um Casal em Apuros»
LUMIAR
21.30 (14 anos)
«Aleluia e Sartana, Reis do Gatilho»
EUROPA
21.30 (18 anos)
«Ives, o Temerário»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Na Ponta do Sexo»
CAPITÓLIO
21.00 (18 anos)
«Êxtase Sexual de Macumba»
PROMOTORA
21.15 (13 anos)
«Uma Mulher e Uma Mulher»
ROYAL
21.15 (13 anos)
«De Que Signo É?»
CINE AUDITÓRIO
21.15 (17 anos)
«Sangue Azul»
QUARTETO
21.15 (18 anos)
«Lucky Luciano»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
Às 21.15 (18 anos)
«O Braço violento de Kung Fu»
ESTORIL
Casino
Às 17 e 21.15 (18 anos)
«Tentáculos»
Alácio
(18 anos)
«Escada de Caracol»
CASCAIS
S. José
Às 21.15 (18 anos)
«Lisztomania»
Oxford
21.30 (18 anos)
«Aquela Manhã Vermelha de Junho»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (18 anos)
«Lodo na Cidade»
AMADORA
Recreios desportivos
Às 21.15 (18 anos)
«A Rapariga da Orquídea»
AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Viva Rama — Viva Krishna»
SINTRA
Carlos Manuel
Às 21.15 (13 anos)
«Xica da Silva»

OUTRA BANDA

ALMADA
Academia
21.15 (18 anos)
«Emanuelle e Françoise»

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO
21.30 (18 anos)
«Schmurz»
SÁ DA BANDEIRA
21.30 (13 anos)
«O Pato»

PORTO/Cinemas

TRINDADE
21.15 (13 anos)
«A Pantera Volta a Atacar»
RIVOLI
21.30 (13 anos)
«Juramento de Amor»
S. JOÃO
21.30 (6 anos)
«Os Dois Missionários»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Emanuelle e Françoise»
CHARLOT
21.30 (18 anos)
«O Homem da Maratona»
SALA BEBE
21.10 (13 anos)
«Escândalo na TV»
CHAPLIN
21.30 (13 anos)
«Julia»
TERÇO
21.15 (18 anos)
«Adeus Bruce Lee»
CARLOS ALBERTO
21.30 (18 anos)
«A Polícia ao Serviço do Cidadão»
VALE FORMOSO
21.30 (18 anos)
«Bobby»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Barry Lyndon»
OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Rapariga para Casal Precisa-se»
ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«A Sombra de Bruce Lee»
ESTÚDIO 400
21.30 (18 anos)
«Malícia»
BATALHA
21.30 (13 anos)
«As Aventuras de Ulisses»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (6 anos)
«Os Dois Missionários»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«Felícia»
JÚLIO DINIS
21.15 (13 anos)
«Wancyo o Invencível»

COIMBRA

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«O Último Comboio de Gunhill»
TIVOLI
21.15 (18 anos)
«O Homem da Maratona»

cinemas

ALVALADE

T. 897480 — 15.30-18.30 e 21.30h
Nada resistia ao seu golpe mortal!
A ESPADA DE SAMURAI
um filme de Teiji Matsuda

APOLO 70

Tel. 763319 — 14.15, 17.45 e 21.15
Não acons. men. 13 anos
BARRY LYNDON
20.ª Semana
Um filme de Stanley Kubrick
Não acons. a men. de 13 anos
Hoje às 00.30 h; (Grupo D/18 anos)
OS PÁSSAROS
de Alfred Hitchcock

AVIS

Tel. 47163 — 15, 18.15 e 21.30
Não acons. a menores de 13 anos
Mentir. Pecar. Amar. Viver.
SOFRIMENTO DE AMOR
o filme começa a projectar-se logo após o início da sessão

BERNA

Tel. 776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Dustin Hoffman, Laurence Olivier, Roy Scheider
O HOMEM DA MARATONA
14.ª Semana
um filme de John Schlesinger
Não acons. a men. de 18 anos

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
Festival de cinema Português
Grupo B — Maiores 10 anos
CAMÕES
c/António Vilar, José Amaro e Igrejas Caeiro

CASTIL

Tel. 530194 — 15, 17, 19, 21.30
Não acons. a men 18 anos
RAPARIGAS PRECOCES
Um filme de Ernest Hofbauer

CONDES

Tel. 322523 — 14, 16.30, 19, 21.30
Para todos
SERENATA À CHUVA
c/Gene Kelly-Debbie Reynolds
DONALD OCONNOR, CHID CHARISSE

EDEN

Tel. 320768 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Chen Kuan-Tai/Fu Sheng/Chi Kuan Chun
LUTADORES IMPLACÁVEIS
Um filme de Chang Cheh
Interdito a menores de 18 anos

ESTÚDIO

Tel. 535134 — 15.30, 18.30 e 21.30
Não acons. a men. 13 anos
Uma meditação sobre o sentido da vida e a cooperação entre diferentes gerações
NUNCA DEIXEI DE TE AMAR

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 — 15, 17, 19 e 21.30h
Não acons. m/ 13 anos
DANIEL EMARIA
com Peter Firth, Junnie Vetusto

IMPÉRIO

Tel. 555134/5 — 15.00, 18.15, 21.30
Mestres do cinema contemporâneo
Para todos
2.ª Semana
MÚSICA NO CORAÇÃO
C/Julie Andrews e Christopher Plummer
O grande êxito de sempre!
O filme dos 5 Oscars

LONDRES

Tel. 801313 — 14.15, 16.30, 19 e 21.15
Para todos
A ÚLTIMA LOUCURA DE MEL BROOKS
c/ Liza Minneli
A melhor comédia dos últimos 50 anos

MUNDIAL

Tel. 538743 — Estreia às 21.30h
Não acons. men. 18 anos
Lando Buzzanca c/Stella Carnacina
BELO COMO UM ANJO

PALÁCIO FOZ

15.15, 18.15, 21.15 horas
Não acons. men. 10 anos
Bilhetes: Esc. 10$00
Filme: «Snoopy Volta ao Lar
Realização: Bill Melendez

NIMAS

Tel. 574362
14.15, 16.30, 18.45 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
SEMENTES DE VIOLÊNCIA
c/ Glen Ford, Anne Francis, Vic Morrow
Um filme de Richard Broock

ODEON

Tel. 326283 — 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. men. 13 anos
Colorido
RAINHA DO AMOR
c/ Sara Montiel

PATHÉ

Tel. 821933
14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. men. 18 anos
Da Suécia, um novo e ousado filme
A LINGUAGEM DO AMOR N.º 2

POLITEAMA

Tel. 32b305 — 14.15, 16.30, 19 e 21.30
EMMANUELLE BRANCA
EMMANUELLE NEGRA
(Amores violentos ainda não contados

RESTELO

Tel. 610375 — Às 21.15
Interdito a menores de 18 anos
UM CASAL EM APUROS
c/ Sydne Rome e António Selines

ROMA

Tel. 887778 — 15.30, 21.15
Não acons. a men. 13 anos
OS MARIDOS DE ELIZABETE
Atenção: o filme começa a projectar-se logo após o início da sessão

ROXY

Tel. 48560 — 14.15, 17.45 e 21.30
Da Índia uma bela história de amor e aventura!
PASSADO INESQUECÍVEL
Um filme de Nasir Hosain
16.ª Semana
Não acons. men. 13 anos

S. JORGE

Tel. 579294 — 15.15, 18.15 e 21.30
Não acons. a men. 13 anos
em 3.ª semana
Um festival Charles Bronson!
3 HORAS DECISIVAS
A acção! A alegria! A aventura!

STADIUM (Algés)

Tel. 212012 — 21 e 23.30
Não acons. a men. de 18 anos
HISTÓRIA DE UM PECADO
de Walerian Boroxzyh
Guarda de crianças durante as sessões

TIVOLI

Tel. 570595 — 15.15, 18.30 e 21.30
Não acons. a men. de 18 anos
NUNCA É TARDE PARA AMAR
Colorido
um filme de Faryl Duke
4.ª Semana

UNIVERSAL

Tel. 774402 — 15, 19 e 23h.
(não acons. a men. 18 anos)
Noivado à Italiana
17.00, 21.00
SEXO LOUCO

rádio

1.º Programa

16.00 Musivária; **17.00** Tempo de Teatro: «A sombra da Ravina», de J.M. Synge, numa adaptação de Denis Jacinto; **17.34** Música popular; **18.00** Música portuguesa; **18.30** Temas de saúde — Música portuguesa; **19.00** Orquestras; **19.15** O Mundo é a nossa casa — Música variada: **20.00** Jornal da noite; **20.30** Resumo do programa — melodias; **21.00** 33.º episódio do folhetim «Os mistérios do Castelo de Udolfo», de Ann Radcliffe, numa adaptação de Ema Paul; **21.20** Contraponto; **24.00** Último jornal; **00.30** Música portuguesa; **01.00** Música na noite.

2.º Programa

16.07 Suite inglesa n.º 1, em lá maior, BWV 606, de Bach; **16.30** O Octeto de Munique: Octeto em fá maior op. 166, de Schubert; **17.35** A suite sinfónica n.º 2, de Milhaud; **18.00** Efeméride musical: nascimento do cantor Carlo Bergonzi; **18.20** O pianista Noël Lee: O túmulo de Couperin, de Ravel; **18.45** Sinfonia n.º 8 em Ré Maior (versão para sopro), de Mendelssohn; **19.20** Efeméride musical: morte do compositor Arnold Schoenberg; Pierrot Lunaire, op. 21; **20.00** Poema sinfónico: «Idílio de Siegried», de Wagner; **20.25** Sonatas: Trio sonate em mi menor, de Rosenmüller; Sonata k. 481, em mi bemol maior, de Mozart; **21.00** Ópera comentada, por Maria Helena de Freitas; **23.00** Intercâmbio musical: Concerto pela Orquestra Filarmónica de Berlim sob a direcção de Carlo Maria Giulini — gravações cedidas pela RIAS, da Temporada de 1976/77 **1.ª Parte**: Sinfonia n.º 8 «incompleta», de Schubert; **Intervalo**: Prelúdios, de Debussy; **2.ª parte**: sinfonia n.º 7 em dó maior, de Schubert; **01.00** Fecho.

3.º Programa-Nacional e Regional (290 m)

16.00 Variante (continuação); **16.10** Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); **16.20** Variante sobre rodas, por Fernando Petronilho; **17.10** Prevenção e saúde, pelo dr. Sousa Pereira (repetição); **17.25** «Pão pão, queijo queijo»; **18.00** Contacto; **18.20** Títulos de 1.ª página; **18.30** Actualidade; **18.45** Fórmula 1; **19.05** Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **19.30** Debate em directo; **19.35** A lei em que vivemos, pelo dr. Ruy Moura Guedes (repetição); **20.15** Antologia; **20.30** Pesquiza; **21.00** A música e as vozes; **21.30** Ouando o telefone toca; **23.03** Nocturno; **24.00** Nocturno (continuação) **00.15** Dia a dia com o passado; **02.00** Fecho.

4.º Programa-Emissão Total em Estereofonia

16.00 Gong — Realização de João David Nunes; **19.00** Em Órbita; **20.00** Forum — realização de Jorge Lopes; **22.00** Auditório; **00.00** Prisma — realização de Fernando Quinas; **02.00** Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

16.00 Noticiário; **16.05** Sequência da Tarde; **18.08** Apelos; **18.15** Igreja em notícia — palavra do dia; **18.30** Transmissão do Terço do Externato do Parque; **19.00** Programa da Liga dos Amigos da RR; **20.00** Objectivo; **20.53** Apelos; **21.05** Gente Grande; **21.30** O Som da Noite; **22.00** Quando o telefone toca; **22.30** Temas vivos; **23.05** Última Hora; **23.30** Textos e Pretextos; **23.55** Meditando; **01.00** Rotação; **02.00** Encerramento da Estação.

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Eanes em Trás-os-Montes

Continuação da pág. 1

dente da Câmara esteve virada, ligam-se ao problema das deficientes vias de comunicação (podemos informar que o secretário de Estado dos Transportes, Machado Rodrigues, estará muito em breve no Nordeste transmontano para apreciar «in loco» o estado actual das estradas), aos problemas que afectam os retornados, aos preços dos produtos básicos, à agricultura, às barragens, à autonomia das câmaras e à criação de parques nacionais em Montezinho e Nogueira.

800 MILHÕES DE TONELADAS

Em Moncorvo, poder-se-á dizer, iniciou-se uma nova fase da viagem no seu último dia de Nordeste transmontano. Além da barragem do Pocinho e do empreendimento mineiro, o Presidente da República, que almoçou com os trabalhadores da Cooperativa de Alfândega da Fé, visitou a Barragem da Burga, em Vila Flor, o complexo agro-industrial do Cachão e Macedo de Cavaleiros, concelho de Raul Rego convidado de honra do general Eanes.

Das minas de ferro de Moncorvo e da sua importância, assunto que não se esgota e tem alimentado as esperanças das populações, do desenvolvimento regional, como contributo para a eliminação de assimetrias regionais, será ocioso falar. Cerca de um milhão e seiscentos mil contos estão já aprovados para o arranque, contemplado no Programa Siderúrgico Nacional (PSN). Técnicos são de opinião que o jazigo mineiro de Moncorvo possui quantidades de ferro que atingem os 800 milhões de toneladas. A sua rentabilidade, porém, tem sido até ao momento o maior problema. Com uma alta percentagem de matérias impuras, a sua purificação até 0,1 por cento de fósforo (a percentagem certa para o tornar concorrencial e lucrativo) tem-se ficado, até hoje, pelo campo das hipóteses e dos desejos.

Alentejo mobilizado

Continuação da pág. 1

de toda a parte chegam notícias da profunda perplexidade e inquietação dos militantes e eleitores socialistas perante o conteúdo concreto do projecto de lei Barreto, o ministro da Agricultura continua apenas a oferecer ao debate público a multiplicação das suas afirmações demagógicas». Referindo-se ao desemprego que, no entender do ministro Barreto, o seu projecto vem minimizar, a nota afirma que, ao contrário, a aprovação do projecto «concentrando meios de ataque, asfixia, pressão, ingerência e destruição das UCPs e cooperativas, conduz inevitavelmente a um profundo agravamento do desemprego».

Afirma-se ainda, nesta nota, que o ministro da Agricultura «não conseguirá esconder que o artigo 32, n.º 5, do seu projecto-lei, ao determinar que os reservatários apenas serão obrigados a absorver a «totalidade» ou «parte» (que parte?) dos «trabalhadores presentes na respectiva área em 1 de Janeiro de 1975 (quando os trabalhadores permanentes eram, nessa data, 11 000 e hoje são 40 000 e os eventuais cerca de 10 000 e hoje cerca de 60 000) representa o patrocínio legal de despedimentos de milhares e milhares de trabalhadores».

A terminar, afirma-se nesta nota que «a rejeição do projecto da lei Barreto é tarefa actual de todos quantos são fiéis ao espírito e aos objectivos libertadores e generosos do 25 de Abril».

Entretanto, no âmbito da discussão pública do projecto de lei da Reforma Agrária, tem hoje lugar, na sede dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, uma sessão de esclarecimento com a presença de António Bica e de trabalhadores de UCTs.

Para amanhã, estão previstas sessões de esclarecimento às 17.30 no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, às 21 horas na SFUCO em Olivais, às 18.30 na Sociedade Guilherme Cossul, às 19 horas no Centro de Trabalho de Alfama, às 21 horas no Jardim Constantino, às 21 horas na Sociedade de St.ª Iria de Loures, às 21 horas no Pavilhão Polivalente da Brandoa e às 21.30 nos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora.

Homenagem ao antifascista José Alberto Rodrigues

O antigo preso e deportado político dr. José Alberto Rodrigues vai ser homenageado por um grupo de democratas e antifascistas do concelho de Vila Pouca de Aguiar. A homenagem visa constituir uma jornada de luta contra a intolerância e o terror fascista, e foi organizada por uma comissão constituída pelos drs. Bento Acácio Pinheiro, Manuel Joaquim Leal da Costa, eng.º Delfim Guedes Santos, José Dias Sousa, João Dias Sousa, José Joaquim Vaz, Manuel Joaquim da Costa Ribeiro, José Vicente Sousa e Manuel Chaves.

O dr. José Alberto Rodrigues ocupou posições de responsabilidade nos movimentos contra o regime fascista e é considerado um símbolo de resistência antifascista. Juntamente com Ruy Luís Gomes, Maria Lamas, José Morgado e Virgínia Moura, foi membro do MND (Movimento Nacional Democrático) e deu também o seu apoio às candidaturas de Norton de Matos e de Humberto Delgado.

Edições SEARA NOVA

DERROTA AMERICANA NO VIETNAM

Wilfred Burchett

Neste livro, que se lê como um romance, Wilfred Burchett relata os inacreditáveis cinquenta e cinco dias que conduziram à vitória final do Vietnam e à reunificação.

COLECÇÃO DE LESTE A OESTE

Preço: 150$00

QUEREM FALAR COM O MINISTRO

Estudantes do ISCSP ocupam Reitoria

Estudantes do ISCSP — Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas — ocuparam esta manhã a Reitoria da Universidade Técnica. Na origem desta ocupação, a determinação dos estudantes de conseguirem uma entrevista com o ministro Sottomayor Cardia.

Concretamente, os alunos do ISCSP pretendem que o titular da pasta da Educação e Investigação Científica lhes dê esclarecimentos sobre as intenções do MEIC quanto ao seu futuro. Em entrevista anterior, fora-lhes dito que as aulas começariam dentro de quinze dias, e esse prazo expirou no passado dia 7.

Entretanto, e a despeito de algumas notícias postas a correr, que fazem supor o início das aulas no próximo dia 15, os estudantes afirmam que não há condições para tal, traduzindo-se a carência de estruturas nomeadamente na falta de professores, o que de resto é sabido pelos responsáveis do MEIC.

Face às circunstâncias, os estudantes que acabam de ocupar a Reitoria afirmam a disposição de não sair dali até que o ministro se disponha a conceder-lhes uma entrevista. Aliás — acrescentam — já tentaram igualmente avistar-se com outros responsáveis do MEIC, sem que tais diligências tivessem logrado êxito.

Rui Gomes em tribunal

Continuação da pág. 1

Rui Gomes àqueles que pelas suas atitudes se tornaram eles próprios réus perante o Direito mais soberano que é a vontade expressa do povo português!?» interrogam-se as antifascistas que subscrevem o manifesto e dentre as quais se salientam Maria Lamas, Maria Antónia Palla, Antónia de Sousa, Fernanda Lopes Cardoso, Conceição Moita, Fátima Martins Pereira, Rosa Raínho, Carmelinda Pereira, Maria João Seixas e Naida Silva.

NO PORTO

PORTO, 13 — O prof. Ruy Luís Gomes, reitor vitalício da Universidade do Porto, preside esta noite à um comício que se efectua no Pavilhão do Académico, com o objectivo de denunciar a actual situação de Rui Gomes e exigir «justiça democrática».

Entretanto «os artistas e intelectuais revolucionários organizados na FAPIR» emitiram um comunicado no qual se manifestam contra «a prisão arbitrária de que Rui Gomes é vítima há mais de 20 meses, sem culpa formada»

EM FARO

FARO, 13 — (Manuel Geraldo enviado especial do «DL») — «A libertação e o arquivar do processo de Rui Gomes», constitui o ponto mais significativo da moção ontem à noite aprovada pelas centenas de pessoas presentes no salão de reuniões da Junta Distrital de Faro, durante um comício de solidariedade para com aquele estudante, cujo julgamento se iniciou ao princípio da tarde de hoje no Tribunal Militar de St.ª Clara.

«Isenção absoluta dos jurados ou greve da fome indeterminada» eis a questão que Rui Gomes irá colocar sem falsos subterfúgios ao Tribunal, no período que a lei lhe faculta para alegações na 1.ª sessão do pleito, referiu José Carlos Rodrigues, no decorrer da sua intervenção no comício, em que participou na qualidade de membro da Comissão de Luta para a libertação imediata de Rui Gomes. Na mesa encontrava-se ainda José António Sousa da Comissão Nacional da CGTP-Inter,

tome nota

O POEMA RUSSO...

Ontem à noite, na Assembleia da República, o presidente Vasco da Gama Fernandes comunicou aos deputados que na mesa aparecera um papel anónimo, assemelhando-se a um poema escrito em russo. O presidente admitiu a hipótese de uma brincadeira, dado que não sabe Russo...

O deputado comunista Aboim Inglês, que possui alguns conhecimentos daquela língua, foi convidado a esclarecer o mistério. Tratava-se, afinal, de um poema de autoria de um poeta búlgaro, louvando a Revolução Portuguesa. E parece que o papel havia sido entregue ao presidente da Assembleia pelo deputado António Macedo, presidente do Partido Socialista.

O REACCIONÁRIO

O diário da manhã «O Dia» publica hoje, com grande destaque na primeira página (por acordo com o «Le Quotidien de Paris») uma entrevista com o cardeal (a que chamam sempre «monsenhor») Lefèbvre. O que diz o cardeal monsenhor?

«É preciso que a Igreja seja reaccionária, senão desaparecerá. É preciso que a sociedade seja reaccionária.»

Eis, em síntese, o pensamento de «monsenhor» cardeal. Daí o acordo com «Le Quotidien de Paris».

ESPANHA

Indústria hoteleira perde 100 milhões de dólares

Segundo um funcionário do Secretariado espanhol de Turismo, 100 milhões de dólares, em receitas e divisas, deixarão de ser ganhos pela industria hoteleira, na presente estação, devido à desvalorização da peseta decidida ontem. Entretanto, o mesmo técnico classificou esta perda de «pouco volumosa», levando em conta os 1,8 mil milhões de dólares que o governo já havia gasto, desde Janeiro, para apoiar a moeda nacional além da «hemorragia de dólares» que seria provocada caso a medida demorasse mais tempo para ser adoptada.

Ontem, o governador do Banco de Espanha, Jose Maria Lopez de Letona falou na televisão, explicando a decisão, e disse que o país não poderia suportar mais uma moeda excessivamente valorizada.

Entretanto, muitos analistas financeiros de Madrid duvidam que a Espanha possa reduzir significativamente as importações, pois muitas delas, como o petróleo e a maquinaria, são vitais para a sua economia.

A Imprensa britânica aborda a questão pelo lado turístico e o «Daily Express» titula, na primeira página. «La Fiesta de 1.ª peseta».

Por sua vez, Santiago Carrillo, secretário-geral do PCE, qualificou as decisões de «positivas, mas incompletas», após um encontro com Adolfo Suárez que durou quase duas horas e meia. Carrillo disse ainda que um acordo social, político e económico à escala nacional era «tanto desejável como possível». Contudo, antes disso, os sindicatos comunistas já haviam excluido a possibilidade de assinatura de um «pacto social» com o Governo de Suárez.

Caso dos "dólares algarvios": acórdão lido para a semana

FARO, 13 — (Do nosso enviado especial, Manuel Geraldo) — Segundo conseguimos apurar junto de uma fonte próxima do Tribunal da Comarca de Faro, é quase certo que os trabalhos do julgamento do caso dos «dólares algarvios» só serão retomados no princípio da próxima semana, com a leitura provável do acordão. Soubemos também que o júri designado para este processo, composto por três juízes e oito jurados, esteve reunido à porta fechada, para uma análise pormenorizada dos 200 quesitos e para apresentação dos seus depoimentos de alegação respeitantes a cada um dos réus.

Violadores julgados no Funchal

FUNCHAL, 13 — Decorre nesta cidade o julgamento dos oito indivíduos que, em Janeiro último, raptaram e violaram uma jovem no antigo cemitério, junto ao parque de Santa Catarina. A vítima tem 17 anos e sete dos seus violadores são casados.

O julgamento decorre à porta fechada, com meia centena de polícias a garantir a segurança e a ordem junto do tribunal.

O crime provocou a maior reacção de repúdio junto da população.

Entretanto, na próxima sexta-feira, serão também julgados dois indivíduos acusados de terem violado uma serviçal de 13 anos, que trabalhava na casa dos pais dos réus.

Arpoados nove cachalotes

FUNCHAL, 13 — Grande azáfama, esta manhã, na «fábrica de baleias» local: tratava-se de varar nove cachalotes acabados de arpoar junto à ponta do Garajau.

Desde há muito tempo que não eram capturados aqui tantos cetáceos, justificando-se perfeitamente um certo alvoroço.

Prepara-se entretanto a extracção do óleo, sendo os ossos e outros componentes dos cachalotes destinados a farinha para alimentação animal.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA
EM MAIO: 46 450
Hoje 20 páginas

MADEIRA
viagens semanais de
JUNHO a OUTUBRO
em voos especiais TAP
desde 3 710$00
bons hoteis, visitas, transfers
guia permanente, etc...
NÃO PERCA TEMPO INSCREVA-SE já!
preços especiais para grupos
Av. Liberdade 233 Tel. 536121 Lisboa 2
Europeia